

VITÓRIA
no povoado e cidade

HEMEROTECA
Biblioteca Central - UFES

0010071

REVISTA

IJSN

Instituto Jones dos Santos Neves
Ano IV - Nº 4 - OUT/DEZ DE 1985
VITÓRIA - ESPIRITO SANTO

HEMEROTECA
Biblioteca Central - UFES



Reforma Agrária

A TERRA PARA QUEM PLANTA!



ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE 1985

Participação, Desenvolvimento e Paz.



COMISSÃO
NACIONAL
DA JUVENTUDE

MINISTÉRIO
DA EDUCAÇÃO

I N D I C E

DEBATE	
Reforma Agrária	5
POLÍTICAS	
Efeitos da indexação da economia e a remuneração do capital e do trabalho	15
Competência da Nova República e estabelecer prioridades educacionais	20
Agora é de plantar milho e acabar com o subsídio ao trigo	24
Pelo fim da velha prática autoritária	27
ESTUDOS E PROJETOS	
Estudos Populacionais projetam a rede urbana até o ano 2010	28
HISTÓRIA	
Caúnas. Vento... areia... tempo!	34
Tribuna Livre	
Nietzsche, Artaud e a Arte Integram-se na libertação do delírio 1889-1930. Um período histórico da pré-industrialização do E. Santo	38
Em 1984 a racionalidade repressiva consubstancia a realidade orwelliana	41
O Grande Capital predomina na expansão da economia capixaba	45
ENTREVISTA	
Terra parada é crime. Um crime que mata até cidade.	52
RESENHA	
59	
NOTÍCIAS	
60	
LISTA BIBLIOGRÁFICA	
63	

REVISTA
IJSN
Instituto Jones dos Santos Neves
ANO IV - Nº 4 - TRIMESTRAL
VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

Registrada sob o número 1854 - P. 209/73, na
Divisão de Censura e Diversões Públicas do De-
partamento de Polícia Federal de Brasília (DF)

EDITADA PELO DEPARTAMENTO DE COMU-
NICAÇÃO SOCIAL E RECURSOS AUDIOVI-
SUAIS DO IJSN

Diretor Superintendente
Manoel Martins Filho

Coordenador Técnico
Antônio Luiz Caus

Coordenador Administrativo e Financeiro
Mauro R. Vasconcellos Pylro

Gerente Geral do Projeto AGLUBB-Vitória
Luís C. Feitosa Perim

Coordenador Geral do Projeto Especial
Cidades de Porto Médio-Vitória
José Antônio Colodete

CONSELHO EDITORIAL
Adilson Vilaça - Carlos Teixeira - Djalma Vaz-
zoler - Fernando Betarello - Heloísa D. Figuie-
redo - Miriam Cardoso.

EDITOR
Adilson Vilaça

REDAÇÃO
Djalma Vazzoler, Francisca Proba, Julia Demoner
e Sueli Campo

ILUSTRAÇÕES
Eugênio Herkenhoff, Lastênio (pag. central) e
Sazito

APOIO
Clarice Silva e Márcia Lugão

FOTOS
Douglas Lynch

DIAGRAMAÇÃO E ARTE
Ivan Alves Vieira Filho

COMPOSIÇÃO:
Escrita Composições e SMW

FOTOLITO:
Traçolito Ltda.

IMPRESSÃO:
Gráfita - Gráfica Túlio Samonni Ltda.

DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA
- Os artigos assinados são de inteira responsabi-
lidade dos autores
- Colaborações em forma de artigos, ensaios ou
resumos bibliográficos, devem ser encaminhados
ao Departamento de Comunicação Social e de
Recursos Audiovisuais do Instituto Jones dos
Santos Neves.

Endereço: Av. César Hilal, 437 - 1º andar -
Praia do Suã - Vitória - ES - CEP 29.000 -
Tel.: 227-5044

CARTA AO LEITOR

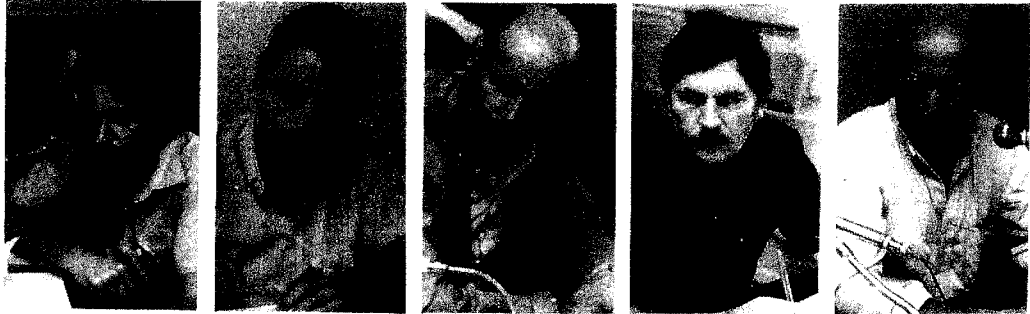
A Lei 4.504, de 30/11/64, mais conhecida como Estatuto da Terra, ficou engavetada durante 21 anos. Feita para atender ao sonho de implantação de um capitalismo moderno e, talvez, de quebra, cumprir o imperativo constitucional que visa "promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos", a Lei não resistiu à grito daqueles que não admitem mudanças na secular estrutura agrária brasileira.

O primeiro governo da Nova República, através do ato de entrega ao Congresso da Proposta para Elaboração do 1.º Plano Nacional de Reforma Agrária, em 27 de maio, desenterrou o Estatuto e ressuscitou a gritaria. Quem tem medo da reforma agrária?

A reforma vai beneficiar sete milhões de brasileiros e, segundo o Estatuto, as terras produtivas são intocáveis. Portanto, quem tem medo são os grandes proprietários de terras ociosas, os especuladores.

Neste número a Revista IJSN trata da reforma agrária com o Debate e a Entrevista, reunindo personalidades ligadas ao tema e ouvindo moradores do Município de Ecoporanga.





Derli

Burnier

Emil

Roger

Ricardo

DEBATE DEBATE

DJALMA

Reforma Agrária. A terra para quem planta?

Falar em reforma agrária na atual conjuntura brasileira é suscitar a explicitação de conflitos e aspirações que a noite de vinte e um anos escamoteou.

Como que destampando uma panela de pressão, a Nova República trouxe à baila o tema, talvez, mais polêmico deste país-continente.

A sociedade exige que a questão agrária seja amplamente discutida. Um laboratório de convivência democrática, eis o que poderíamos chamar o confronto de idéias entre o Membro da Comissão Pastoral da Terra, Derli Casoli, o Presidente da Federação da Agricultura do Espírito Santo, Pedro Burnier, o Presidente da Ceasa, Emil Schubert, o Chefe da Divisão Estadual Técnica do Incra, Roger Dario Delboni e o Secretário da Agricultura, Ricardo Santos, neste debate, mediado pelo servidor do IJSN, Djalma José Vazzoler, (redator e membro do Conselho Editorial da Revista IJSN). Foi convidado também o Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Antônio Angelo Moschen, que não pôde comparecer.



Pelo Plano de Reforma Agrária, 7,1 milhões de agricultores receberão um pedaço de terra. O que isso vai significar para a sociedade, principalmente para os empresários da área e trabalhadores rurais?

Ricardo — Nós temos hoje, estimado pelo INCRA, cerca de 10,6 milhões de trabalhadores rurais sem terra. E o plano prevê a distribuição de terras para o assentamento de 7,1 milhões de trabalhadores rurais. Isso visa beneficiar diretamente 7,1 milhões e, de uma maneira indireta, beneficiar os 3,5 milhões de trabalhadores rurais que permaneceriam incorporados no mercado de trabalho das empresas rurais e dos proprietários rurais.

Evidentemente, é um plano que tem um alcance social e econômico extraordinário. Acho que o país não tem outra alternativa para gerar emprego e renda semelhante ao plano nacional de reforma agrária.

Além disso, ao serem transformados em cidadãos, milhões de brasileiros, que se encontram em condições sub-humanas de vida, vão ter muito mais condições de participação política do que têm hoje.

Acreditamos que o associativismo é fundamental para que essas áreas submetidas à reforma agrária sejam fortalecidas. Os produtores rurais assentados deverão fortalecer a sua ação, fortalecer sua organização de produtores com o objetivo de sobreviver economicamente e também com o objetivo de se fortalecerem politicamente, seja sob a forma de propriedade familiar, seja sob a forma associativa ou cooperativa.

Burnier — O que a gente sente e tem colocado é que a proposta de plano apresentada é muito doutrinária e pouco conclusiva. Acho que, em determinados aspectos,

ela extrapola o Estatuto da Terra. É muito interessante e muito proveitoso e até próprio do clima democrático da Nova República que se discuta, como proposta, todos esses pontos. Agora, apenas acho que, em termos estratégicos de ganhar tempo, a proposta deveria cingir-se mais ao Estatuto da Terra e a ações concretas para, de imediato, colocar o processo em andamento. Pegando dois aspectos, o programa de tributação e o programa de colonização, que são bastante minimizados no anteprojeto: de pronto, o Incra e o Ministério poderiam partir para uma ação rápida de cobrança de dívida acumulada. E colocar isso numa fase também de reforma de alíquotas a serem cobradas desse imposto, ou seja, transformar esse mecanismo de tributação num mecanismo também coadjuvante ao processo.

Ricardo — Mas isso já está sendo feito. Está havendo cobrança de dívida acumulada.

Burnier — Outro aspecto refere-se à malfadada colonização feita pelo Incra em tempos anteriores. Um erro não justifica o outro. Nós também não podemos, num país de extensão territorial grande a ser explorada, relegar a um plano secundário a colonização. Essa, em processos passados, tamos as grandes teses do uso social da terra, incentivou o desbravamento que, em muitos casos, acumulou experiências positivas.

Outra crítica que faço é sobre o cronograma financeiro. Cr\$ 5.250.000 é uma quantia bastante irrisória para cobrir custos de assentamentos. O Plano gasta 56 folhas para falar de questões doutrinárias e filosóficas, quando o cronograma e os custos

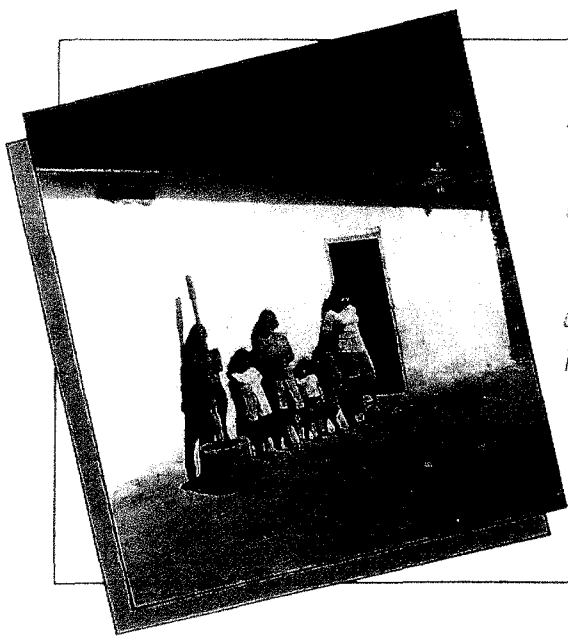
de implantação ocupam apenas uma folha.

Além disso, algumas colocações filosóficas foram até provocativas da nossa classe quando, por exemplo, colocam o trabalhador rural como cidadão não pleno enquanto ele não tiver acesso à terra em que trabalha.

Achamos também que se deveria dar mais ênfase à participação da classe empregadora no processo de reforma agrária. Em nenhuma linha desta proposta se falou na comissão agrária. Exatamente a comissão agrária é a janela onde a classe produtora (a classe empresarial) poderia participar do plano. Causou espécie à gente não ver isso consubstanciado na proposta. Afinal, a classe produtora é também participante do processo.

Derli — Essa reforma agrária pode ficar falha se for feita apenas em lugares distantes dos grandes centros do Brasil, como no norte do país (Rondônia, Pará ou Acre), onde atualmente estão acontecendo os grandes conflitos de terra, onde as terras boas estão nas mãos de grandes grupos estrangeiros. Quais são as terras para a reforma agrária, hoje, sendo que as melhores terras estão concentradas nas mãos de pequenos grupos que não vão abrir mão dessas terras? Coloco isso como um desafio para a gente. Há no Brasil, hoje, mais de 5 milhões de proprietários. E, desses proprietários, 540 controlam 80% das propriedades. Como fica agora, sendo que mais de 130 milhões de hectares de terras ociosas estão nas mãos desses latifundiários que não estão vendo com bons olhos a proposta de reforma agrária e reagem de maneira violenta? Basta ver no norte do Brasil onde estão acontecendo grandes conflitos de terras. De repente, chega um fazendeiro para um grupo de posseiros, diz que a terra é dele e começa a briga. Só este ano, já foram assassinados 96 lavradores, principalmente no norte do Brasil. Como você explicaria para a gente essa reação tão desenfreada?

Burnier — Hoje, nós, da classe empregadora, estamos muito mais preparados para discutir o aspecto de reforma agrária dentro de um aspecto participativo. Aceitamos as grandes teses do uso social da terra, da distribuição de terras ociosas... Digo isso das federações de agricultura nas regiões mais adiantadas, que respondem por mais de 80% do produto agrícola bruto nacional. Nós nos negamos a sermos vestidos com aquela camisa de força do grileiro e do jagunço nordestino e amazonense do norte, quer dizer, quem produz alimento e quem sustenta o Brasil de alimentos, seja para a população ou seja para exportação, não pensa dessa maneira. Acho que uma federação como a de Minas Gerais, que tem 350 sindicatos rurais, do Rio Grande do Sul,



"Ao serem transformados em cidadãos, milhões de brasileiros, que vivem em condições sub-humanas, vão ter muito mais condições de participação política do que têm hoje".

(Ricardo)

que tem mais de 400 sindicatos rurais, esse pessoal quando fala, fala representando o pensamento dos sindicatos rurais. A Federação da Bahia, a Associação de Criadores da Bahia, esse pessoal representa um peso do pensamento forte da classe. Quer dizer, nós temos que acreditar mais na Federação da Bahia do que em três fazendeiros do sul da Bahia que ameaçam matar todo mundo a bala.

Derli — A realidade é que eles estão matando, praticando violências e não estão sendo punidos...

Burnier — Aqui tenho o manifesto assinado pela Federação da Agricultura da Bahia, Associação Baiana de Criadores, Organização de Cooperativas da Bahia, Associação Comercial da Bahia, Conselho Nacional de Produtores de Cacau, Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas da Bahia e Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Faço questão de citar a Bahia por apresentar-se como um estado conservador e ser nosso vizinho. Diz o manifesto que, em princípio, os produtores rurais não são contra a reforma. "Ao contrário, manifestam-se plenamente favoráveis a um projeto que atenda às justas aspirações da ascensão social e econômica das grandes massas rurais, inclusive e principalmente à posse e uso da terra em proveito próprio. Em particular, entendem os produtores que um projeto de reforma agrária deve se apoiar no Estatuto da Terra e respeitar a Constituição e as leis do País. Os produtores vêem como condição essencial e necessária para o êxito de um projeto de reforma que seja acompanhado de um programa de políticas agrícolas, todas voltadas para a assistência aos produtores rurais. Uma simples reforma fundiária não será nada mais do que uma tentativa sem êxito de assentamento de trabalhadores rurais no campo. E certamente resultará numa reforma agrária falida. E a Nova República não pode frustrar as aspirações. Entendem os produtores agropecuários que a prioridade das desapropriações deve concentrar-se exclusivamente nas terras do governo e latifúndios improdutivos, e outros que, juntos, ocupam grande parte do território nacional, constituem na própria negação da função social e econômica da terra. Latifúndio improdutivo mantido como reserva de capital é um direito de propriedade indefensável". Não é possível ser mais claro que isso. Ou eles resistem o que assinaram ou não podemos discutir.

Ricardo — Acrescento ainda que esse plano, ao gerar emprego para milhões de brasileiros que hoje vivem em condições de vida difícil, terá um impacto certamente muito positivo com relação aos setores urbanos industriais, produtores dos chamados

"As federações de agricultura nas regiões mais adiantadas aceitam, a tese do uso social da terra, da distribuição das terras ociosas".

(Burnier)



bens-salários: a estrutura de indústria têxtil, indústria de alimentos, inclusive frangos e ovos. Vai haver uma expansão de demanda desses produtos. A expansão do mercado interno, de modo geral, beneficiará os chamados produtos de bens-salários.

Eu citaria também setores produtivos de máquinas agrícolas e insumos agrícolas. Na medida em que a tecnologia agrícola seja adaptada às condições naturais e às condições sócio-econômicas de nossos produtores, os setores industriais que hoje estão produzindo maquinaria agrícola e outros insumos industriais deverão mudar seu perfil e suas linhas de produção para atender a uma nova política agrícola. A gente não pode separar nunca o plano de reforma agrária de uma nova política agrícola. Acho que as duas coisas, na medida em que a gente visa democratizar a política agrícola e agrária, têm que marchar de maneira conjugada.

— **Que mecanismos estão sendo ou deverão ser acionados para que o Plano Nacional de Reforma Agrária se torne uma realidade?**

Roger — A implantação efetiva da reforma agrária, de acordo com o Estatuto da Terra, tem algumas etapas que estão perfeitamente definidas. Em primeiro lugar, há necessidade de um plano nacional. O que temos atualmente é uma proposta para a elaboração do Plano Nacional. Após aprovar esse plano nacional —, que vai definir áreas prioritárias, os objetivos para a elaboração dos planos regionais e também os limites de dotação a nível nacional e de cada região —, é que poderão ser elaborados os planos regionais, também definidos

no Estatuto. Nesses planos regionais, serão identificadas as áreas de ação dentro das regiões já declaradas prioritárias no plano nacional, os objetivos específicos, as áreas desapropriáveis, as obras de melhoria e os custos. Após esses planos regionais, é que poderá haver alguma desapropriação para efeito de assentamentos. E, no momento de serem realizadas essas desapropriações, há necessidade também da elaboração de projetos específicos para cada imóvel ou então grupo de imóveis. Portanto, há necessidade, para a efetiva implantação da reforma agrária, da aprovação do plano nacional, dos planos regionais e também a seleção das áreas dentro da região objeto de desapropriação. Tem, também, a questão dos órgãos específicos envolvidos na reforma estabelecidos no Estatuto da Terra em seu artigo 37: o Inbra, a nível nacional, suas diretorias regionais e também as comissões agrárias que serão criadas após a definição das áreas regionais prioritárias. As comissões agrárias compõem-se de 3 representantes da classe trabalhadora, 3 representantes da classe dos proprietários, 1 representante de entidade pública ligada à Agricultura, 1 representante de estabelecimento de ensino e 1 representante do Inbra, que a presidirá. Então, é preciso passar por essas etapas todas para se chegar a, efetivamente, implantar a reforma agrária.

Mas, aqui no caso do Espírito Santo, e como está ocorrendo em vários outros estados, a gente não está esperando a conclusão de uma etapa para se iniciar a seguinte. Por exemplo, não vamos esperar a aprovação do plano nacional para iniciar a elaboração do plano regional. A gente



"Quais são as terras para reforma agrária sendo que as melhores terras estão nas mãos de pequenos grupos que não vão abrir mão dessas terras?"

(Derli)

está tentando ganhar tempo nesse sentido. Estamos levantando informações, mantendo contato com diversos órgãos de classe e órgãos do governo, discutindo o assunto e tentando montar esse plano. Esse plano é de competência legal do Incra, mas ele não vai assumir isso sozinho, nem poderia, na Nova República. Vai procurar ampliar a discussão.

Derli — Também em outros estados o pessoal está bem adiantado nas discussões. Paraná, Santa Catarina, por exemplo.

Roger — Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo... O Espírito Santo, inclusive, está um pouco mais atrasado, porque aqui demorei tomar posse. A gente demorou também conseguir dados referentes ao Espírito Santo. Esta semana é que começaram a chegar dados melhores do próprio Incra.

Ricardo — Embora a elaboração esteja um pouco atrasada, a discussão, em termos dos diversos segmentos da sociedade capixaba, está muito avançada. E a própria experiência dos assentamentos trouxe muita discussão à baila. De maneira concreta, nós estamos discutindo isso há bastante tempo.

Roger — Foi bem lembrado pelo Ricardo que o Espírito Santo está até numa situação privilegiada em relação ao assunto juntamente com o Paraná, São Paulo. E os trabalhadores aqui já estão se organizando, existem vários grupos em função do programa de assentamentos do governo. As discussões não são recentes, o que se coloca é a elaboração do plano, hoje. Mas a discussão já é antiga.

Ricardo — Com relação às experiências

que estão sendo desenvolvidas desde o ano passado pelo governo estadual, no norte do estado, são 3 grupos de Jaguaré, 2 grupos em Conceição da Barra, 2 grupos em São Mateus e já estamos adquirindo áreas na Grande Vitória para implantar o assentamento peri-urbano. São grupos de trabalhadores organizados e já estão vindo com uma proposta de trabalho associativo. Nós já temos 174 famílias assentadas e essas famílias participam da elaboração do projeto; existe uma metodologia de diálogo permanente dos trabalhadores com os técnicos da Secretaria de Agricultura, do Sistema Operacional da Agricultura e tudo é feito no sentido de que esses grupos de trabalhadores, depois de uma certa fase, consigam obter sua autonomia no sentido de que eles possam gerenciar um projeto agrícola por si só. Numa primeira fase, existe ajuda do governo, ajuda essa antes da primeira safra anual, em que os trabalhadores recebem alimentos, sementes e material de construção de casas rústicas... A segunda fase, que é a fase efetiva de implantação do projeto, prevê sempre culturas permanentes e culturas anuais e todo o gasto na propriedade é contabilizado para pagamento futuro por parte do grupo de trabalhadores... Numa terceira fase, esses trabalhadores deixam de ser financiados com fins fundiários e passam a recorrer a sistemas normais de financiamentos da rede bancária. Em Síntese, a experiência que vem sendo desenvolvida pelo governo é essa.

Burnier — Uma observação, Secretário, é que nós estamos muito mais atrasados em tecnologia para o pequeno proprietário, especificamente no norte do estado. Mas

estamos bastante atrasados também para o grande e médio proprietários. É claro que, economicamente, esse homem é mais forte, mas devo dizer que, usando especificamente, por exemplo, o problema de irrigação no norte do estado, não foi acrescido, pela máquina técnica do estado, nada ainda a quem arriscou seu dinheiro e seu trabalho comprando o conjunto de irrigação. A irrigação que se faz hoje no norte do estado é sem nenhuma orientação técnica de base. Ninguém estudou ciclo de regra para nenhuma cultura, ninguém estudou ainda evapotranspiração potencial para se dar uma orientação técnica para quem está usando o equipamento. Existem equipamentos parados e que custam uma fortuna, exatamente em épocas em que eles deveriam estar sendo usados. Eu acho que a falta de informação técnica, falta de pesquisa básica para a agricultura é um grande problema nacional, não é só do Espírito Santo, não.

Ricardo — Você levanta a questão tecnológica de maneira geral. O modelo de pesquisa que se implantou no país, sobretudo nos últimos 5 anos, concentra os recursos a nível federal, através da Embrapa, que é a grande empresa que coordena todo o sistema de pesquisa a nível nacional. Para citar um exemplo, em 1982, ela custeava 45% da nossa empresa, Emcapa. Em 1985, essa percentagem é abaixo de 5%. Então, houve um fortalecimento do centro de pesquisa da própria Embrapa e ela foi retirando apoio às empresas regionais. Essas empresas regionais, no caso de uma empresa de pesquisa como a nossa, tem importância muito grande porque visa adaptar tecnologia às produções naturais da região e às condições sócio-econômicas dos produtores existentes naquela região. Então, é um problema muito sério que existe em termos de geração de pesquisas desse país no sentido de que há grandes centros nacionais gerando pesquisas e gerando tecnologia que não se adaptam às diversas condições regionais do país, que é um país de dimensão continental.

Além disso, praticamente não existe tecnologia adaptada ao pequeno produtor ou, quando existe, é deficiente. Você deverá concordar comigo que talvez poucos governos estaduais investiram tanto em pesquisas no Estado do Espírito Santo como o atual. Realmente, nossa grande preocupação é no sentido de gerar uma tecnologia estadual adaptada às diferentes regiões do Espírito Santo, — nós temos aqui regiões naturais bem distintas umas das outras — e adaptadas às diferentes condições sócio-econômicas de nossos produtores. Investir em pesquisa tecnológica adaptada é uma questão que a gente considera vital para a

MEMEROTECA

Biblioteca Câmara Municipal de São Paulo

solução dos programas da nossa agricultura de hoje, de agricultura dos chamados setores deformados.

Que formas de assentamentos devem ser privilegiadas no processo de Reforma Agrária?

Burnier — A gente vê que os assentamentos, aqui no Espírito Santo, foram feitos na forma de assentamentos comunitários. Por que não se tencionou colocar também alguns desses assentamentos pensando na propriedade familiar? Assim teríamos, ao longo de um prazo histórico, um outro tipo de experiência para poder desenvolver pesquisas, até de cunho social, comparando ou analisando os dois modelos.

Ricardo — Em primeiro lugar, esses assentamentos não nasceram de uma iniciativa espontânea do governo mas foi uma resposta que o governo pretendeu dar a movimentos de trabalhadores organizados, sobretudo os bóias frias existentes no norte do estado. Eles já vieram com proposta de trabalho associativo. Proposta esta que está sendo submetida a debates intensos dentro dos próprios assentamentos.

A segunda razão é que o número de famílias existentes dentro desses grupos é tão grande que o atendimento de módulos ou de parcelas de terras individualizadas exigiria uma quantidade de terra muito maior do que o governo tinha condições de oferecer. Teria que ter pelo menos uns 5 alqueires por família.

Evidentemente que um programa de reforma agrária, com possibilidade de desapropriar terras particulares improdutivas, possibilitará um estoque muito maior de terras para efetivar a experiência de propriedade familiar.

Derli — Acabo de chegar de um encontro em Goiânia onde havia representantes de todos os estados do Brasil. E o pessoal do Rio Grande do Sul colocou uma experiência que eles estão vivendo lá. Os assentamentos onde o trabalho é feito de forma individual e não de forma coletiva não estão dando certo. Praticamente 2 assentamentos já foram de água abaixo. O pessoal começou a trabalhar de forma individual e foram aos bancos, fizeram os empréstimos e agora não estão conseguindo pagar. Os bancos estão tomando as terras, já tomaram de 70 famílias. Do outro lado, um grupo de 115 famílias, e um grupo de 15, decidiram fazer um trabalho de forma coletiva. Ao invés de fazer de imediato empréstimos aos bancos, foram trabalhando, agora conseguiram comprar até um trator. Tiveram uma produção bastante alta este ano. Provaram, na prática, que a forma de trabalho coletivo é melhor.

Burnier — Derli, quando a gente enfatiza esse problema da propriedade indivi-

dual dentro do processo de reforma agrária, é porque a gente nota que o grande objetivo do trabalhador rural, o grande objetivo do trabalhador sem terra é o de constituir para a família dele um pedaço de terra como também um patrimônio. Quem faz a reforma agrária, especificamente os órgãos do governo — Secretaria da Agricultura, o Incra e o Ministério da Reforma Agrária —, tem que se auto-policiar para não colocar como uma camisa de força no trabalhador aquilo que o governo ou os técnicos acham que seria o ideal.

O que a gente vê é uma tônica muito grande de todas as pessoas que a gente conversa na área do Incra e do Ministério de levar o modelo comunitário para esses assentamentos. Nós já tivemos, num passado mais distante, uma série de atividades onde o técnico quer colocar no público, no trabalhador rural, uma série de coisas que ele acha que é correto. O produtor rural aceita momentaneamente e depois mostra que houve, até certo ponto, uma violentação do processo. A gente tem que se policiar muito, tomar cuidado. Do contrário, daqui a cinco ou dez anos, vamos frustrar uma expectativa que nós botamos no trabalhador sem terra: dele constituir uma propriedade.

Ontem, nós estávamos em Boa Esperança e assistimos a um espetáculo de 29 meeiros, cada um comprando 10 hectares, 5 hectares e recebendo um diploma. Estivemos na propriedade de um deles que se tornou proprietário rural. Hoje, esse antigo meeiro tem mais 2 meeiros trabalhando para ele. Eu sei que isso às vezes violenta o modelo sociológico, o modelo humanístico que a Igreja e que nós todos podemos querer le-

var ao campo, mas que às vezes, dentro da imperfeição terrena, não é o modelo que o proprietário, pelo menos lá em Boa Esperança, gostaria de ver implantado.

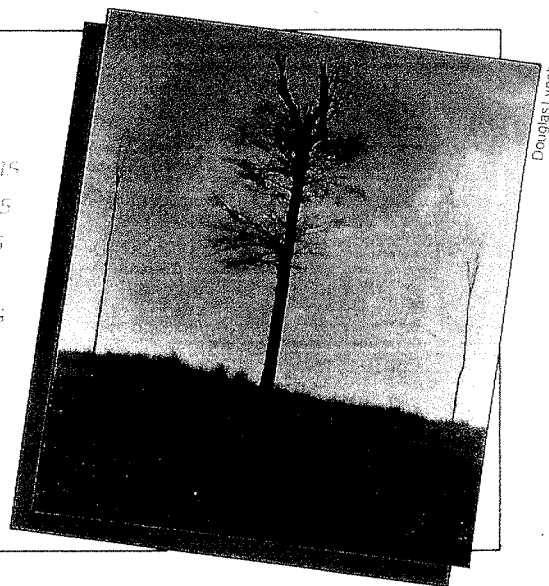
Roger — Pelo que o Pedro disse, tem-se a impressão que, na proposta de plano, está se induzindo para formas associativas na organização da produção. Não é bem assim. Não se está impondo formas de unidades individuais, ou associativas, ou mistas. Está se respeitando a organização própria do trabalhador e seu livre direito de escolher a melhor forma de se organizar. Não seria justo por parte do governo impor previamente como o trabalhador vai se organizar nesses novos assentamentos. Porque nós sabemos que o grande sucesso da reforma agrária está na internalização do próprio trabalhador da responsabilidade e do grande desafio que ele tem pela frente.

Burnier — Roger, eu faria duas perguntas. A primeira é a seguinte, como é que a propriedade em moldes cooperativos se encaixaria dentro do Estatuto da Terra? Em segundo lugar, mais ou menos ligado a isso, você prevê que daqui a três anos esses assentamentos comunitários marchem para que tipo de estrutura? Você vai ter que dar uma forma a isso, você vai ter que chamar isso de cooperativa de trabalho comunitário, de sociedade com cota limitada, ou sociedade anônima, enfim, você vai ter que dar uma caracterização a isso. Num processo inicial, tudo bem. Mas vai se chegar a um ponto em que você vai tomar financiamento, vai comprar equipamento, vai pleitear recursos. Esse aglomerado de pessoas têm que se consolidar dentro de uma figura.

Roger — Em primeiro lugar, a gente espera que, na maioria dos assentamentos, os

"Nos planos regionais serão identificadas as áreas de ação dentro das regiões já declaradas prioritárias no plano nacional, as áreas desapropriáveis, as obras de melhoria e os custos".

(Roger)



Douglas Lynch

trabalhadores vão decidir por unidades individuais.

Burnier — Essa é a expectativa do Incra?

Roger — O Incra não tem expectativa nesse sentido. É pelo que a gente vê, aquilo que está arraigado na cabeça do trabalhador, na nossa e na da sociedade. Mas que outros, optando por outras formas, também não sejam bloqueados previamente.

Quanto ao aspecto legal, eu não vejo que o Estatuto da Terra proíba essa forma. Ele coloca unidades familiares, mas também outras formas de organização.

Quanto à outra parte da pergunta, a forma de organização, possivelmente, com o passar do tempo, essas organizações de trabalhadores, assentamentos que optarem por formas associativas, terão que também ir caminhando, evoluindo para adquirir uma forma jurídica que seja mais compatível com a realidade.

Derli — A questão de que o trabalhador tem na cabeça a forma individualista, não é bem assim, no meu entender. Tanto os trabalhadores do campo como da cidade sentem a necessidade de um trabalho de forma coletiva. Basta olhar o que está acontecendo hoje nas periferias das grandes cidades, onde o pessoal está se reunindo para um trabalho coletivo. Também no campo, vejo todos os dias que as famílias da região onde trabalho, Pedro Canário e Conceição da Barra, estão se organizando para fazer um trabalho comunitário. Estão descobrindo que é o único caminho para resistirem na terra.

Emil — Eu tive oportunidade de conhecer algumas experiências de colonização no norte do país, em Rondônia e também

no Pará. Ali sim o trabalhador da terra sofreu um processo de camisa de força, quer dizer, foi jogado nessas novas áreas, muitas vezes arrancado de sua região, totalmente desconhecidas. E o que a gente teve oportunidade de conhecer lá é que havia um interesse muito grande de se organizar. Tanto assim que muitos já estão se organizando. Então, eu acho que esse plano de reforma agrária só dará certo se houver uma efetiva participação dos interessados. E, se houver essa participação, eles vão ter a oportunidade de decidir sobre que forma de assentamento querem, que formas de propriedade querem.

Burnier — Se você vai comprar uma coletadeira, se você vai construir um galpão para armazenagem, se você vai caminhar para qualquer coisa de uso coletivo, é muito mais fácil aceitar a idéia da propriedade coletiva. Agora, o que eu coloco é que eles não abririam mão daquele direito à terra, daquela idéia de direito à terra. Esse é o aspecto que eu coloco quando levantei o problema.

Roger — O individualismo está na cabeça de todos nós mas a gente verifica no estado que, a partir do momento em que os trabalhadores começam a discutir a questão com maior seriedade, eles normalmente têm optado pela forma coletiva. Eles têm optado por várias formas de organizar o trabalho. Tem forma de trabalho totalmente conjunto, têm formas mistas, etc. mas em nenhum dos assentamentos eles optaram por dividir a terra.

Burnier — Tenho certeza de que, se você fizer uma enquete entre os técnicos que comandam e orientam esse processo, nenhum deles vai achar que a propriedade

de individual seria a melhor forma de exploração da terra.

Ricardo — Eu gostaria de fazer uma observação. O Presidente da Federação da Agricultura, Dr. Pedro Burnier, tem maior contatos com proprietários e parceiros. Nós tivemos contatos com parceiros, trabalhadores sem terra, em Santa Tereza. Eles não aceitam de forma alguma a exploração da propriedade sob forma associativa. Está na cabeça desses parceiros e proprietários o seguinte: queremos a nossa propriedade.

Burnier — Pois é, Ricardo. Ele sempre teve o seu talhão de terra separado, diferente do talhão dos outros. Caprichou mais no dele.

Ricardo — A experiência dele sempre foi do trabalho individualizado. Entretanto, você não tem tido muito contato com esses grupos de trabalhadores organizados onde trabalhadores bóias frias que vivem em favelas, nos municípios do norte do Espírito Santo sobretudo, talvez pela necessidade de sobrevivência, devido às condições de vida extremamente difícil, seja mesmo para refletir com relação às condições de desemprego ou de se encontrar uma saída para uma situação muitas vezes até de fome, isso tem levado a que se organizem em grupos. E, nesse processo de organização, as propostas que vêm são propostas de que essa organização seja levada também para o campo da produção. Então, eu respeito muito a sua experiência como presidente de federação e que você está enfatizando muito esse ponto, levando em conta os contatos mais frequentes que você têm com proprietários e parceiros. Mas é importante considerar também que esses grupos que estão sendo atingidos são pessoas que se encontram em situação muito mais difícil dentro da agricultura capixaba. São trabalhadores bóias frias, sendo uma grande parte desempregados ou subempregados. A forma associativa vem sendo imposta por eles mesmos.

A Reforma Agrária, bem como uma nova política agrícola poderão contribuir para a desinflação?

Emil — Eu acho que uma nova política agrícola deverá, a partir da realidade do nosso homem do campo, da realidade brasileira, beneficiar principalmente o pequeno e o médio produtor, desenvolvendo assim uma agricultura alternativa a que nós temos aí. Eu quero citar principalmente o uso de adubos químicos, agrotóxicos e aquela tecnologia sofisticada que está sendo usada aí, muitas vezes desconhecendo a realidade do nosso homem do campo, especialmente do pequeno e do médio produtor. Então, na medida em que essa nova política agrícola desenvolver uma tecnologia adaptada ao nosso homem do campo e à



Os assentamentos, aqui no Espírito Santo, foram feitos na forma de assentamentos comunitários. Por que não se tencionou colocar também alguns desses assentamentos pensando na propriedade familiar?"

(Burnier)

MEMEROTECA

Biblioteca Central - UFES

nossa realidade, nós vamos ter também como consequência uma desinflação de custos.

Ricardo — Eu só gostaria de complementar. Está se incorporando milhões de hectares de terras improdutivas no processo de produção. Teremos, então, uma expansão na produção de alimentos, de matérias-primas de origem agrícola para a indústria e também de produtos exportáveis, o que certamente fará com que haja uma redução de preços pela expansão de oferta de preços desses produtos agrícolas.

Derli — É interessante o que o Emil coloca, principalmente se formos analisar o modelo consolidado no Brasil a partir do século passado quando o governo motivou a implantação de indústrias e introduziu no campo um sistema de trabalho completamente desconhecido por nossos trabalhadores rurais, como o tipo de máquinas, de adubo, de tecnologia...

Burnier — Uma preocupação nossa constante é com os números colocados no orçamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária. Eu perguntaria se tem algum número já em termos de quantia gasta por família assentada até hoje nos assentamentos promovidos pela Secretaria.

Roger — Nos projetos de assentamento, o preço da terra foi comprado a preço bastante baixo. Daqui para frente há uma previsão de 15 milhões de cruzeiros por família, correspondente à terra. A implantação do projeto todo, inclusive a segunda fase que o Ricardo disse que será financiada, chegaria a 30 milhões o total por família.

Burnier — Incluindo a terras e outros gastos?

Roger — Exatamente. Mas isso não é o que foi gasto, não. É um orçamento.

Burnier — Com relação à terra, você partiu de que área por família assentada?

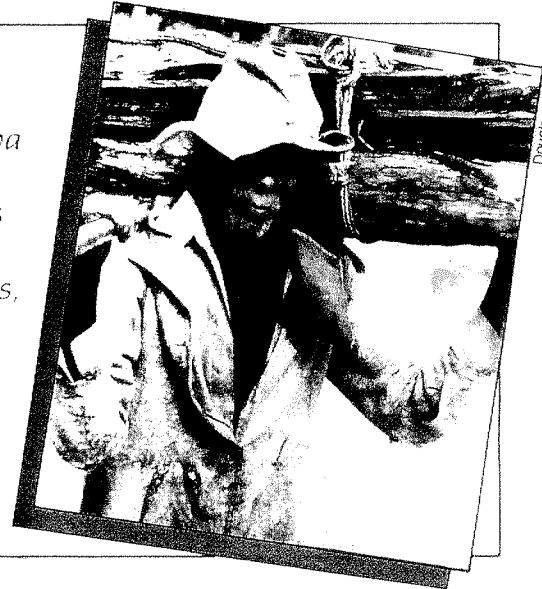
Roger — 6 a 8 hectares por família.

Burnier — Com relação ao problema do barateamento do custo unitário a ser produzido nos itens dos programas assentados, a gente tem sempre que partir da idéia de que as terras que não estão sendo aproveitadas não vão apresentar uma fertilidade muito grande. Alguma razão sempre houve para as terras estarem ociosas. São terras onde se vai gastar mais dinheiro por unidade do que as que estão em uso. O bom senso caminha nessa linha.

Outro aspecto importante também é o seguinte: a tecnologia não está desenvolvida para as pequenas unidades. Então, elas vão ter também uma dificuldade grande de ter rendimentos compatíveis. Veja o problema de irrigação no norte do estado. É um problema típico. Hoje não existe tecnologia colocada no norte para produzir feijão. Ao passo que o proprietário maior já faz uma

"Os assentamentos não nasceram de uma iniciativa espontânea do governo mas foi uma resposta aos movimentos de trabalhadores organizados, sobretudo os bóias frias existentes no norte do estado."

(Ricardo)



irrigação, correndo o risco de não ter também orientação e nem assistência. A terra onde vai ser assentando o pequeno e mini produtor não vai ser a melhor terra e ele não vai estar com a tecnologia desenvolvida para ter uma alta produtividade, e ele vai ter que ganhar alguma coisa. Não vai trabalhar com o escravo para produzir barato e a periferia da cidade se alimentar.

Ricardo — Eu acho que esse depoimento seu, Pedro, é fundamental, na medida em que ele parte do Presidente da Federação da Agricultura. Você faz uma análise sobre o papel tecnológico da agricultura brasileira que caminhou no sentido de desenvolver tecnologia avançada para escala de produção maior da agricultura e é adaptada muito mais a médios, grandes proprietários e empresas rurais. E se a gente for observar o que aconteceu nesses 20 anos atrás, realmente, tudo se caminhou nesse sentido. O papel da tecnologia gerada pelas nossas entidades de pesquisa, a própria assistência técnica, se adaptou a tal política. Isso ajudou também a puxar o crédito rural e os mecanismos de incentivos. Tudo contribui para a concentração da propriedade, da estrutura fundiária.

Realmente, quando a gente fala em reforma agrária, o que se procura, além de se absorver contingentes enormes de trabalhadores rurais sem terra, é tentar corrigir distorções nessa estrutura fundiária brasileira, a segunda mais concentrada do mundo. É fundamental que a política agrícola, — e aí estou falando em todos os seus mecanismos, a pesquisa tecnológica, e assistência técnica, a política de preços mínimos, o apoio às associações e cooperativas na comercialização —, se adapte no sentido de

garantir a sobrevivência dos pequenos produtores. Isso para nós, sobretudo quando se fala do Espírito Santo, é fundamental, levando em conta, em muitas regiões nossas, o problema de como se ter uma política agrícola que garanta a sobrevivência do pequeno produtor, em especial, as regiões de hortigrangeiros, regiões de café, regiões de banana, alguns bolsões do norte, de produção de alimentos, de mandioca etc.

É preciso gerar e difundir tecnologia bem como financiar e organizar a produção de tal forma a sustentar a pequena produção. Ontem mesmo nós vimos o grande desafio que existe no norte do estado com relação ao problema de manejo de solo e água para o pequeno produtor, onde nós não temos tecnologia para isso. Esta só existe para atender ao grande produtor, como por exemplo a irrigação por aspersão. Se continuarmos a não investirmos num novo padrão tecnológico para o pequeno produtor, sobretudo no norte, ele não produzirá feijão, não produzirá milho.

Emil — O Dr. Pedro disse que uma grande parte das terras que não estão em uso hoje são terras pouco produtivas ou não produtivas. Eu acho que não corresponde exatamente à realidade do país.

Burnier — Eu digo o seguinte. Emil: quanto às terras próximas aos núcleos urbanos que não estão sendo aproveitadas e são passíveis de desapropriação, a expectativa é de que essas terras apresentem um potencial de produção abaixo da média. Senão o pessoal estaria plantando.

Ricardo — Eu concordo com o Pedro naquilo que diz respeito às terras longe dos grandes centros. As terras próximas aos



"O pequeno proprietário migra porque não tem condições para produzir, para sobreviver, com sua família, na sua própria terra. É necessário a garantia do sustento e desenvolvimento do pequeno proprietário."

(Emil)

grandes centros, na G.V., por exemplo, são de excelente qualidade para a produção. Entretanto, o Estado não está intervindo para evitar a especulação imobiliária. De modo que a própria expectativa de crescimento de valor faz com que o proprietário não precisa produzir.

Burnier — Um dos mitos da reforma agrária é achar que a unidade de produção vai ser barata. Eu não concordo com isso.

Roger — Quanto à questão de que as terras ociosas são de pior qualidade, o Pedro colocou bem, se situam abaixo da média de produtividade, isso, de modo geral, é de se esperar. Mas, também, a gente deve afirmar que, no caso do Espírito Santo, pelo pouco que se conhece, existem excessões. Existe uma vastidão de terras ainda ociosas que são de ótima qualidade. Este fato de que as terras ociosas não são as melhores, não invalida o processo.

Burnier — Só digo que encarece o produto.

Roger — Tudo bem. Pode ser um dos fatores que contribuem para isso. Mas, por outro lado, outras medidas podem ser acionadas no sentido de superar esta questão. No início, deve-se partir daquelas áreas que ofereçam melhores condições. E o desenvolvimento de todo o processo, que, evidentemente, vai incorporar outras questões em termos de tecnologia, já abordadas anteriormente, vai possibilitar o uso dessas terras que hoje se apresentam em condições inferiores.

Burnier — Eu estou querendo alertar para o seguinte: dizer que o produto agrícola gerado pela reforma agrária será um produto de custo mais baixo é um engano.

Um dos fatores seria o problema da terra. Outro fator seria a falta de uma tecnologia apropriada para o pequeno produtor. Esse produtor tem que ter renda, inclusive para poder pagar a conta dele junto à Secretaria de Agricultura no caso dos assentamentos iniciados que você falou. Nós não podemos partir da miséria no campo, do custo pequeno no campo, para resolver o problema da cidade.

Ricardo — Considero de extrema relevância a questão do preço da terra. A reforma agrária, com certeza, vai trazer uma redução no preço da terra, na medida em que ela vai coibir, que ela vai penalizar, quem usa terra para especulação. Isso vai beneficiar inclusive o grande empresário agrícola que hoje é obrigado a dispendir uma grande soma de recursos na aquisição da terra para implantar o seu projeto agrícola, porque existe muita terra retida para especulação. A desapropriação possibilitará a oferta de terras que antes não estavam disponíveis. E a taxa progressiva, que é um instrumento complementar da reforma agrária, vai também penalizar quem está segurando terra sem produzir, o que resultará na redução do preço da terra. E a redução do preço da terra vai ajudar a reduzir custos da implantação da reforma agrária e o custo de produção da agricultura de modo geral. Evidentemente que a geração de tecnologia adaptada vai também ajudar muito na redução desse custo. A política de pesquisa da Embrapa no Ministério da Agricultura da Nova República está muito preocupada com isso e está havendo uma reversão nesse sentido.

O que fazer para consolidar os peque-

nos proprietários beneficiários da Reforma Agrária em suas terras?

Emil — Eu gostaria primeiro de citar algumas causas da migração do pequeno proprietário. Como primeira causa, eu vejo a falta de condições para produzir, para sobreviver, com sua família, na sua própria terra. Em segundo lugar, a precariedade das condições de vida no campo, por exemplo, no que diz respeito a estradas, escolas, saúde, eletrificação rural e outros. Em terceiro lugar, a expulsão pela força, por parte de grileiros. Em quarto lugar, a informação distorcida da vida na cidade, da vida em geral fora do campo, levada através dos meios de comunicação e da própria escola.

Para diminuir o risco de perda da terra da parte daqueles que agora vão receber sua gleba, através da aplicação do plano de reforma agrária, é necessário que os produtores se organizem para defenderem os seus próprios interesses.

Por outro lado, é preciso mudar a política agrícola, a fim de que o proprietário possa produzir e garantir o seu sustento e desenvolvimento; que haja uma reorientação geral da política do governo no sentido de melhorar as condições de vida no campo; que haja uma legislação que iniba a posse da terra para fins especulativos.

Derli — Segundo dados oficiais, 105 milhões de hectares de terra estão em mãos de multinacionais. E as melhores terras estão ocupadas com produtos não destinados ao povo brasileiro. O povo está querendo mesmo é alimentação, como o milho, o feijão, a batata, mandioca... são produtos necessários à população. Então fica um desafio. Como efetivar a reforma agrária, sabendo que as melhores terras estão sendo utilizadas com produtos de exportação? No norte do Espírito Santo, planta-se eucalipto nas terras mais férteis. A cana, em São Paulo, está nas melhores terras do Estado. A soja, nas melhores terras do Rio Grande do Sul.

Emil — Reforço o que Derli acaba de dizer e afirmo que esse plano de reforma agrária é naturalmente um plano limitado, não atende aquilo que amplos setores da sociedade civil esperam. Ele define, por exemplo, que empresa rural não vai ser desapropriada, terras produtivas não irão ser desapropriadas ainda que tenham milhares de hectares. É muito alto o limite que foi fixado para a desapropriação.

Derli — Há maior concentração de terras com aqueles que têm o dinheiro na mão, que compraram mais terras. Existe áreas enormes concentradas nas mãos de pequenos grupos, que, apesar de produzir muito, essa produção não fica no Brasil. Um caso típico: a carne. O Brasil exporta carne e de repente compra carne. É um ab-

surdo. Então, essas áreas estão produzindo sem, entretanto, trazer benefícios para o povo. Porque a produção está ficando concentrada, o lucro está ficando concentrado.

Um problema sério que vejo aí é quando se fala na tecnologia adaptada às regiões. A gente tem condições de desenvolver uma tecnologia muito barata aqui no Espírito Santo. Eu, que sou da região de São Gabriel da Palha, vejo muita água que não está sendo utilizada para agricultura daquela região. É só fazer um estudo prático para descobrir que há meios, há condições de se desenvolver uma tecnologia bem simples, adaptada à situação dos trabalhadores do norte do estado, principalmente.

Burnier — Achemos, como já foi colocado neste debate, que não basta distribuir terras. Há necessidade de uma política agrícola. Até mesmo concordamos que ela privilegie, nessa etapa inicial, de poucos recursos e de iniciativa em termos de reforma agrária, os pequenos proprietários. Neste ponto, eu invoco o Espírito Santo como uma terra não só abençoada mas também pioneira. Hoje em dia, quem chegar no Espírito Santo e disser que não tem crédito para o pequeno proprietário fazer complementação de várzea e fazer pró-várzea, a gente tem que colocar esse camarada numa posição de muita cautela porque todos os programas de crédito de pró-várzea no Espírito Santo são dirigidos a pequenos proprietários (propriedades abaixo de 50 hectares). Existe um esforço enorme de todos nós nesse sentido. A Federação da Agricultura foi uma que batalhou para que esse crédito de pró-várzea viesse para o estado. Então, nós nos colocamos também no processo como participantes de uma parte do mérito disso, na política de desenvolvimento de ações no sentido de amparar e privilegiar o pequeno e mini proprietário.

Infelizmente, não há recursos para todos. O certo seria o recurso que canalizasse a atenção e a propriedade para o setor agrícola como um todo. Nós até aceitamos que haja uma preferência especial pelo mini e pelo pequeno, defendemos isso, trabalhamos nessa linha. Mas é preciso também que os médios e grandes proprietários sejam apoiados nessa política, principalmente no aspecto de garantia de preço mínimo. O milho, o feijão ou a mandioca produzidos pelo médio, pelo pequeno e pelo grande devem ter, como de fato têm, a proteção uniforme do Estado.

Achemos que a ferramenta do subsídio, por mais que ela possa parecer uma ferramenta privilegiadora, como de fato é, deve ser encarada como também um apoio e uma ferramenta a ser utilizada em determinados processos para se ganhar no processo. Sempre foi essa a justificativa empre-

gada e deve continuar sendo empregada. Tenho certeza de que o secretário não abriria mão desse privilégio nosso de 35% ao ano para os juros agrícolas no estado. E ele é muito mais justificado quando se emprega para um programa de investimento de pequenas propriedades e de Pró-várzea.

Derli — Se nós olharmos as estatísticas, os empréstimos foram destinados aos grandes proprietários, nem aos médios, aos grandes. E também favoráveis à cultura de exportação, caso da cana em São Paulo e a soja no sul. Mais de 50% dos empréstimos do crédito agrícola foram feitos a esse pessoal. Não houve uma preocupação de emprestar dinheiro aos pequenos. É muito menos aos posseiros. Hoje, no Brasil, há mais de 650 mil posseiros. E eles não têm direito de fazer empréstimos bancários por não possuírem documentação das terras. Anos atrás, aconteceu que os empréstimos feitos a pequenos e médios proprietários foram bastante direcionados para a zona cafeeira. Em consequência, houve uma queda sensível na produção do milho e do feijão. Não se incentivou plantio desses produtos.

Burnier — Mas pensa bem no jeito que o nosso povo no norte do estado, o mini proprietário, planta feijão. Se esse pessoal tivesse se entupido de crédito para plantar feijão, com o risco que tem aí no norte, seria um desastre. Quanto à mandioca, tudo bem. A mandioca é uma cultura muito mais segura. Houve realmente um prejuízo enorme do pequeno e do mini proprietário por não ser apoiado em crédito para mandioca. Estamos sendo estrangulados por um preço da mandioca há mais de 10 meses. Só para ilustrar, há um ano atrás, eu vendi

mandioca a Cr\$ 120 e hoje vendo a Cr\$ 100. E muitos dos companheiros nossos estão vendendo a Cr\$ 80. Quanto ao feijão, eu discordo de você. Acho que o crédito, como coisa escassa nesse país, deve ser privilégio da agricultura e, dentro da agricultura, deve-se, cada vez mais, privilegiar aqueles que têm mais necessidade. Num estado onde 87% dos proprietários têm abaixo de 100 hectares, você tem que dar peso a isso. Essa tem sido, pelo menos nos 3 últimos anos, eu garanto, a filosofia da nossa federação.

Derli — A monocultura do café é injustificável. Se amanhã, ou depois, o café vier cair de preço, nós estamos arrasados.

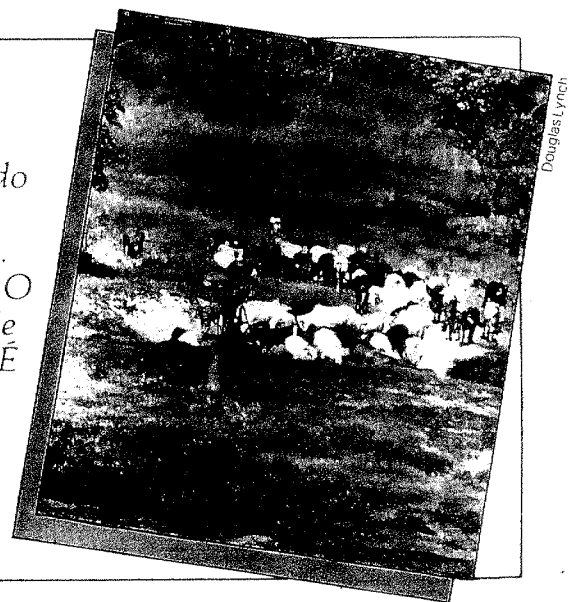
Burnier — Você tem toda razão nesse aspecto da monocultura do café. Mas não foi só o crédito responsável por isso, não. O pessoal caminha para o café porque é realmente a cultura mais segura, a cultura mais rentável, a cultura onde ele tem um conhecimento maior.

O processo de Reforma Agrária hoje corre algum risco de provocar um novo golpe militar?

Derli — É bom que fique claro para nós que o golpe de 64 não foi só em decorrência da questão agrária. Quem estava por trás desse golpe era o imperialismo americano, com interesse de controlar o Brasil, com interesse de fazer crescer aqui as multinacionais, de implantar as indústrias deles. E um dos problemas foi o de não permitir o crescimento da agricultura. Com isso, incentivou-se a migração para a cidade para servir de mão-de-obra barata nas grandes empresas. A reforma agrária, que estava na boca dos trabalhadores do campo, foi

"Há áreas enormes concentradas produzindo muito mas sem trazer benefícios para o povo. Um caso típico: a carne. O Brasil exporta carne e de repente compra carne. É um absurdo".

(Derli)



destruída pelo golpe de 64. De repente, ninguém mais podia falar em reforma agrária. Se falasse, era punido, era preso... Foi um assunto que saiu inclusive do dia a dia do trabalhador rural.

Eu acredito que a reação que aconteceu em 64 não aconteça hoje. O nível de consciência da população e de organização do povo cresceu. Apesar das ameaças feitas pelo Euclides de Figueiredo, não acredito que há pretensão do próprio exército em tentar bloquear esse processo democrático que está surgindo, de participação do povo nas discussões. Hoje, o Brasil está praticamente desligado dos EUA no campo atômico, por exemplo. No campo militar, o Brasil não tem praticamente relações diretas com os EUA. Um golpe hoje no Brasil iria trazer grandes prejuízos não só para a nação mas também para outros países. Um golpe no Brasil não viria ao encontro daquilo que os próprios americanos estão falando, ou seja, que não é bom que haja mais governos militares. Eles estão dizendo isso. Querem governo civil.

Burnier — Acho que houve uma evolução muito grande da consciência nacional e do povo como um todo. As massas urbanas evoluíram e acho também que nós no campo evoluímos muito. O proprietário, o dono de terras produtivas, aquele que vive da agricultura, evoluiu muito nesses anos. Ele é hoje uma pessoa inteiramente ligada aos problemas maiores do país, o que em 64 não existia. A influência da televisão, do telefone (DDD), dos jornais... isso cria uma consciência de progresso e de ligação com os problemas maiores da nação. Imaginar que um processo militar fosse obstáculo hoje ao programa de reforma agrária é ver assombração.

Derli — Exato. Isso não entra mais na cabeça do povo. A gente percebe com clareza que os militares sempre estiveram ao lado dos grandes empresários e com aqueles líderes que não estavam a fim de ver um processo democrático no país e o povo percebe isso.

Burnier — Eu não vou aqui defender a revolução de 64, mas também não posso, pura e simplesmente, encampar a tese do imperialismo americano, do militarismo como os grandes obstáculos ao nosso desenvolvimento agrícola e à implantação da reforma agrária. Não posso aceitar a tese da coligação espúria do imperialismo americano e militarismo com o empregador rural, com o produtor rural. Nisso, eu discordo de você. O Estatuto da Terra, por exemplo, com todas as deficiências que ele possa ter, foi um programa ditado pelo governo da revolução de 64.

Temos que ver a posição de cada setor e lançar pontes democráticas para ligar es-

ses setores e conseguir, através dessas ligações, fazer com que a reforma agrária caminhe objetivamente, concretamente, sem muitas delongas e sem muitas amarrações no passado. Não é esquecer o passado, não, mas é tentar concretamente caminhar.

Derli — O Estatuto da Terra foi elaborado a partir de algo muito teórico e não se partiu de uma realidade concreta. O povo não foi escutado.

Emil — Eu acho que atribuir esse Estatuto da Terra unicamente à visão aberta e democrática dos militares seria desconhecer os interesses, principalmente dos EUA e dos países europeus e do Japão, em transformar o Brasil num produtor de alimentos para abastecer os mercados dos grandes países consumidores.

Ricardo — Não apenas isso. Mas a revolução de 64 fez uma opção fortemente capitalista para o país. E entendia-se, desde aquela época, que a estrutura agrária do Brasil estava há um século de atraso em relação ao capitalismo brasileiro. E esses problemas se agravaram durante vinte anos. A decisão de se elaborar o Estatuto da Terra foi dentro dessa visão modernizadora da revolução de 64 com relação ao capitalismo brasileiro. Portanto, o Estatuto da Terra não é nenhum documento revolucionário do ponto de vista das classes populares, não. Foi um mecanismo que visou adaptar a estrutura fundiária do país às necessidades do capitalismo brasileiro.

Derli — O capitalismo modernizou várias coisas. De repente entrou no Brasil técnicas de produção, entraram aqui meios de comunicação que até então nós não tínha-

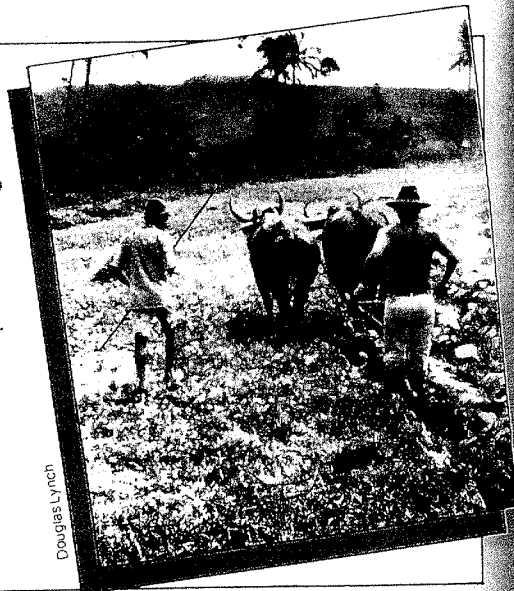
mos conhecimento. Há outros aspectos, outros segmentos da sociedade para os quais poderia ser dado mais apoio, como é o caso da educação, por exemplo, que foi sempre relegada a segundo plano. Não adianta falar aos trabalhadores sobre reforma agrária se não mudar o sistema educacional no campo. Aquilo que nossos filhos estão estudando, estão aprendendo, é o modelo educacional implantado nos grandes centros urbanos.

Burnier — Eu acho que nós todos, tanto o lado dos produtores quanto o lado dos trabalhadores rurais, temos que nos unir em torno da agricultura. Nós temos que batalhar pelo nosso setor. Evidentemente, nós temos que batalhar pela nação toda, mas nós não devemos perder a visão do campo, a visão agrícola nossa e enfatizar bem que esse processo de êxodo rural, esse processo de saída do campo é uma conjunção sociológica de vários aspectos como a falta de oportunidade de trabalho, a falta de escola equipada, a falta de saúde, a falta de uma porção de coisas. E, por outro lado, privilegia a cidade em diversos aspectos.

A reforma agrária, por si só, não vai conseguir ser aquele grande instrumento para estancar o êxodo rural porque não é só o problema da falta de terra. É uma série de outras colocações, de outras coisas que existem e são muito colocadas na cabeça do jovem. Você vai no campo hoje e o que vê? Quem está ficando para trás? São os velhos e as crianças que ainda não podem sair. O pessoal de meia idade e a juventude está toda saindo do campo. E não é só aqui no Espírito Santo, é no país de uma maneira geral.

"O povo quer é batata, feijão, milho... Hoje, no Brasil, há mais de 650 mil posseiros. E eles não têm direito de fazer empréstimos bancários por não possuírem documentação das terras".

(Derli)



Douglas Lynch

POLÍTICAS

Efeitos da indexação da economia na remuneração do capital e do trabalho

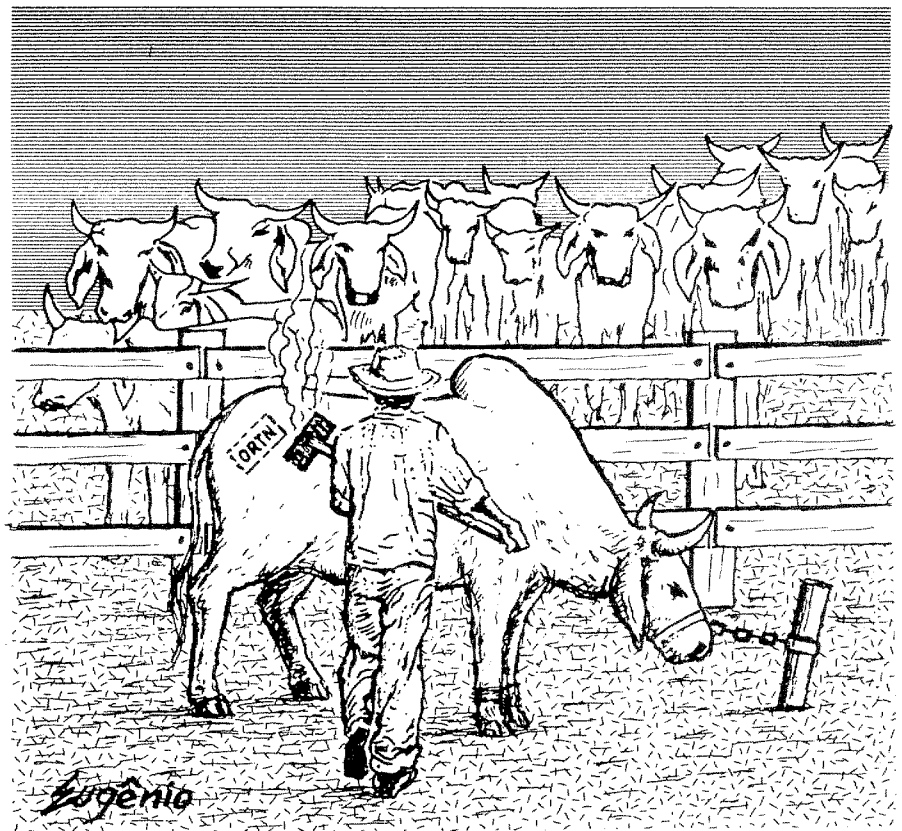
Roberto da Cunha Penedo *

Um dos mais polêmicos temas relacionados com o atual estágio de nossa conjuntura econômica é certamente o grau de INDEXAÇÃO da economia brasileira. Este discutido assunto ganha maior dimensão na medida em que a economia passa por uma aceleração de seu processo inflacionário. Dentro deste escopo de análise o bode expiatório é sempre o instrumento da correção monetária.

Não há dúvida e nem se discute o fato de que a economia brasileira possui um dos maiores e mais complexos sistemas de indexação do mundo livre. Pode-se mesmo afirmar que atualmente no Brasil quase tudo é indexado: aluguéis, prestações de casa própria, tarifas de serviços públicos, salários, imposto de renda retido na fonte, prestações de serviços profissionais, equipamentos importados e nacionais, custas judiciais, entre muitos outros. Mais recentemente já se tem notícias de algumas lojas de roupas e mesmo de criadores de animais de raça que estabeleceram o preço de seus produtos em ORTN's evitando assim o desgaste das frequentes remarcações.

De uma maneira geral, existem três correntes de pensamento a respeito do tema INDEXAÇÃO. Os primeiros defendem a desindexação total da economia como condição "sine-qua-non" para acabar com a inflação, não se importando com seus possíveis reflexos no restante do sistema sócio-econômico. Para os segundos, o processo de indexação generalizada é altamente benéfico na medida em que cria mecanismos imunológicos para os males inflacionários. Na opinião deste grupo, a extinção da correção/indexação seria como atacar os sintomas e deixar livre a doença. Uma terceira corrente de pensamento defende o estabelecimento de uma posição intermediária em que o processo de desindexação passaria gradualmente por mudanças nas formulações de cálculo da correção monetária.

Todavia o problema INDEXAÇÃO no Brasil é bem mais complexo ainda, adquirindo mesmo dimensões EXÓGENAS, na medida em que a nossa economia apresen-



ta característica de nítida multindexação.

Parece-nos certo afirmar que muito pior que uma economia indexada é uma economia plurindexada principalmente em decorrência das DICOTOMIAS nascidas a partir dos reajustes oriundos destas múltiplas indexações. Poderíamos citar, com maior ou menor grau de utilização, os seguintes índices empregados como fator de correção de valores temporais: ORTN, UPC, IGP, INPC, IPC, IPA, MVR, ICC, Salário Mínimo, Desvalorização Cambial e outros.

História — Para um melhor entendi-

mento do processo de indexação de nossa economia é extremamente interessante conhecer, ainda que superficialmente, sua evolução histórica.

O termo "Correção Monetária", no Brasil, possui duas conotações. A primeira, diretamente ligada às variações dos valores das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, ORTN's. A segunda, mais abrangente, como correção automática de determinados valores com bases em índices que "refletem" uma posição inflacionária. Como há, e sempre houve, uma grande mistura (confusão) de causa e efeito entre,

*Professor Adjunto do departamento de Economia da Ufes e Técnico do IJSN.

as taxas de variações das ORTNs e as chamadas taxas inflacionárias, aumenta a necessidade de um melhor conhecimento dos processos de cálculos desses Índices.

O uso corrente do termo "Correção Monetária" está mais ligado às variações das ORTNs, criada pela lei 4.357 de 1964, ficando, a partir desta data, institucionalizado o princípio de "CORREÇÃO MONETÁRIA" e minimizada a ocorrência de problemas econômicos graves, tais como:

1 - Enorme carga fiscal incidente sobre os lucros ilusórios oriundos do processo inflacionário;

2 - Aniquilamento de oferta de crédito de longo prazo;

3 - Estímulo ao mau pagador, principalmente dos contribuintes que ganhavam com o "atraso" do pagamento em função da depreciação da moeda;

4 - Desestímulo às aplicações de longo prazo, mesmo no sistema produtivo, como por exemplo, construção de imóveis, por inexistência de financiamento, e

5 - O resultante processo de descapitalização das empresas, função da ocorrência de fatores, tais como:

- Subextinção dos cálculos de depreciação;

- Apresentação de lucro nominal fictício (ilusão monetária) e consequente pagamento de imposto de renda sobre esse lucro, e

- Distribuição de lucros nominais sob a forma de dividendos ou participação acionária.

Desta maneira, a oficialização do processo de correção monetária permitiu a quase eliminação destes e de outros problemas ao mesmo tempo em que viabilizou o processo de formação de poupança de longo prazo estimulando o mercado de capitais.

Desde sua criação até a data presente, o processo de fixação de valores para ORTNs passou por 12 critérios distintos de cálculos. Negar a incerteza gerada nos diversos mercados em função desta frequência na ocorrência de alterações de fórmula de cálculo das ORTNs seria como negar o óbvio. Desde sua criação até dezembro de 1979, as fórmulas matemáticas de cálculo (7 ao todo) estavam baseadas, principalmente, na inflação passada e em alguns casos, também em previsões, sempre otimistas, da inflação futura.

A eliminação de fórmulas matemáticas de cálculo para a fixação da correção monetária teve início em janeiro de 1980 quando as autoridades monetárias decidiram fixar um índice de correção para o ano, de 50%. Registra-se que neste mesmo ano a inflação atingiu 110%, donde se conclui também não ser a indexação via C. M.

a única responsável pela nossa inflação. No período de janeiro/81 a fevereiro/83, reconhecendo o erro de pré-fixação anual da C. M., as autoridades monetárias decidiram por um acompanhamento das taxas inflacionárias através de valores arbitrados para as C. M. em período mais curtos, conseguindo, por este processo estatístico quase linear, manter a correção monetária bem próxima da inflação.

A partir de março de 1983, por força de um acordo com o FMI, e através da resolução 802, o Banco Central determinou que a correção monetária seria igual à inflação no período março/junho 83 e que a partir de julho/83 estes valores seriam iguais, porém em bases trimestrais. Esta última determinação acabou não prevalecendo em virtude de utilização intensiva da prática do chamado "Expurgo da inflação corretiva", imposto pelo Governo para reduzir o impacto inflacionário causado pelos cortes de subsídios e da maxidesvalorização do cruzeiro de Fev/83. A partir de 1984, a Correção Monetária passou a ser fixada pelas autoridades Monetárias a taxas iguais à inflação (IGP-FGV) do mês precedente. Recentemente, com o advento da Nova República, retornou-se ao processo de cálculo da correção Monetária através de formulação matemática. Desta feita, a partir de maio/85, a C. M. será calculada através da média geométrica das taxas inflacionárias dos últimos três meses. Segundo o próprio comunicado do Banco Central, o conhecimento antecipado da Correção Monetária, eliminadas as atuais incertezas, possibilitaria uma melhora na condução das operações de mercado aberto com menores oscilações das taxas do "overnight". Além disso, essa medida contribuirá para a colocação de papéis de prazos mais curtos, principalmente das "Letras do Tesouro Nacional" facilitando o processo de rolagem da dívida interna de curto prazo.

Recente - Durante o mês de março, duas medidas econômicas diretamente li-

gadas ao cálculo de correção monetária foram tomadas. A primeira diz respeito ao Índice de Construção Civil. No Brasil, a inflação é medida através do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna calculado pela Fundação Getúlio Vargas através de uma média ponderada de três índices: o índice de Preços por Atacado (com peso 6), o Índice de Preços ao consumidor - Cidade do Rio de Janeiro (com peso 3) e o Índice de Construção Civil - RJ (com peso 1).

A recente alteração no cálculo do ICC, que julgamos ser tecnicamente justificável, diz respeito à expansão da área de abrangência de seu cálculo, saindo do campo restrito do Estado do Rio de Janeiro para um Índice Nacional de Custo de Construção Civil. Além deste novo Índice representar mais realisticamente as variações ocorridas no mercado de Construção Civil, esta alteração também reduziu as grandes pressões exercidas pelo antigo ICC, nos meses de fevereiro e agosto, época do dissídio coletivo dos trabalhadores de construção civil no Rio de Janeiro sobre o IGP. A análise dos dados históricos demonstra que, apesar da redução ocorrida no IGP de Fev/85 em função desta mudança, num segundo momento, essa seria mais que compensada nos demais meses até agosto do corrente exercício (época do novo dissídio coletivo no Estado do Rio de Janeiro para os empregados de Construção Civil), acreditando-se mesmo que, a médio prazo, o IGP tenderia a se elevar no novo cálculo mais que no processo de cálculo anterior.

A segunda alteração ocorreu na fórmula de cálculo no Índice de correção monetária. Conforme citado anteriormente, e por determinação do Conselho Monetário Nacional, o Banco Central fixará a Correção Monetária a partir de Maio com base na Média Geométrica da inflação dos últimos três meses. Consegue-se assim um processo de antecipação do Índice de Corre-

TABELA 1
NÚMERO ÍNDICE DOS COMPONENTES DO IGP

ÍNDICES	NÚMERO ÍNDICE DOS COMPONENTES DO IGP					
	Anos	IGP	IPA	IPC	ICC	INPC
	1979	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
	1980	200,2	209,2	182,8	196,9	178,7
	1981	420,3	445,7	375,8	395,8	357,0
	1982	821,4	864,7	744,0	784,2	702,8
	1983	2.090,8	2.290,5	1.800,2	1.853,6	1.675,3
	1984	6.703,5	7.624,4	5.341,8	5.081,0	4.912,3

Fonte: FGV

ção Monetária. Realmente, esta medida tenderá a "por fim" à histeria que sempre acontecia no mercado financeiro para se tentar "conhecer" o Índice de Correção Monetária do mês. Tecnicamente, aposta-se que a antecipação da correção trará ao mercado financeiro e à condução da política monetária pelo Governo, as seguintes vantagens:

a) Devolução ao "overnight" de sua principal característica, ou seja, de termômetro de liquidez da economia;

b) Estatização do mercado de ORTN, viabilizando ainda o lançamento de ORTNs com vencimento de um ano, reduzindo desta forma a deságio deste título;

c) Viabilização do lançamento de LTNs de prazo mais curto, 35 a 42 dias, para gerir a política monetária do dia a dia reduzindo assim a dimensão das aplicações por um dia no mercado aberto.

d) Ampliação da base para lançamento de mais títulos de rendimento pré-fixado;

e) Encerramento da tímida atuação do Banco Central na formulação das taxas no "overnight".

Ainda neste campo, medidas complementares tomadas pelo CMN, como a permissão aos Bancos para sacarem até 40% de seu compulsório para ajustar suas necessidades de liquidez no final de cada expediente, teriam o efeito semelhante de uma necessidade menor de injeção de recursos por parte do Banco Central no sistema financeiro.

Multiplicidade - Outro grande problema envolvendo o processo de INDEXAÇÃO da economia brasileira está na sua composição de multi-índices. Dentro deste quadro, a maior dicotomia está registrada pela diferença entre o índice de correção do trabalho e o índice de correção do capital.

A remuneração da mão-de-obra, a título de salário, recebe, desde 1979, correção semestral (para quase todos os trabalhadores) com índices baseados nas variações do INPC, calculado pelo IBGE. O INPC é um índice de Preços ao Consumidor calculado através dos IPCs, de dez regiões metropolitanas do Brasil, ponderado por suas respectivas populações.

A remuneração do fator capital é hoje formada por duas componentes: a primeira, de recomposição de perda do poder da moeda, denominada de correção monetária, sendo a segunda, os juros propriamente ditos.

Registra-se, desta forma, a primeira grande diferença. Enquanto os salários são corrigidos semestralmente por índices iguais ou inferiores ao INPC, o capital recebe remuneração mensal, quando pós-fixada

igual, mas, na maioria das vezes, superior à variação da ORTN mais os juros. Este processo é sustentado a nível de mercado pela pressão do desaquecimento da economia sobre o nível de emprego, gerando um maior poder de barganha para os empregadores nas negociações entre patrões e empregados quando se enfrenta o fantasma do desemprego. Do outro lado, a remuneração do capital, principalmente o financeiro, continua a merecer taxas bastante elevadas de juros, graças à força do grande tomador institucional do mercado que é o Governo nos seus vários níveis, particularmente o Federal, no processo de cobertura financeira do déficit público.

A segunda grande diferença é histórica. A análise dos dados estatísticos, a partir de 1979, quando do início do cálculo do INPC até o presente, demonstra bem o processo. No ano de 1980, quando da prefixação da C. M., a variação do INPC ficou acima da variação das ORTNs, porém aquém

da inflação. No período de 1981/82, graças ao mecanismo de menor espaçamento das variações para o acompanhamento linear da inflação, a correção monetária se aproxima (quase igual) da inflação, ficando pouco acima do INPC.

No ano de 1983, com o grande saldo inflacionário decorrido na economia brasileira, a C. M. ficou aquém do INPC e do IGP pela segunda vez, novamente graças à manipulação nos índices de C. M. que sofreram, neste ano, expurgo de inflação corretiva, resultante de cortes de subsídios e de maxidesvalorização do cruzeiro de Fev/83. A partir de 1984, com a regra de fixação da C. M. com base na inflação do mês anterior, o INPC, conforme já ocorrido em 1981 e em 1982, ficou aquém da C. M. e da inflação. Aliás, em todos os anos desde sua instituição de cálculo, o INPC vem se mantendo abaixo da inflação (medida pelo IGP-GV). Desta forma, toda e qualquer recomposição da remuneração da faixa de

TABELA 2
BRASIL
CORREÇÃO MONETÁRIA VERSUS TAXA DE
INFLAÇÃO - 1965 A 1984

Anos	Correção Monetária ¹ - Reajuste Anual (%) (a)	Taxa de Inflação ² (%) (b)	Diferença (a-b)
1965	63,00	55,40	7,60
1966	39,20	38,20	1,00
1967	23,23	25,00	-1,77
1968	25,00	25,50	-0,50
1969	18,51	20,10	-1,59
1970	19,60	19,30	0,30
1971	22,67	19,50	3,17
1972	15,30	15,70	-0,40
1973	12,84	15,50	-2,66
1974	33,31	34,50	-1,19
1975	24,21	29,40	-5,19
1976	37,23	46,30	-9,07
1977	30,09	38,80	-8,71
1978	36,24	40,80	-4,56
1979	47,19	77,20	-30,01
1980	50,78	110,20	-59,42
1981	95,57	95,20	0,37
1982	97,76	99,70	-1,94
1983	156,58	211,00	-54,42
1984	215,30	223,80	-8,5

Fonte: CEF e FGV, Conjuntura Econômica

¹ Os reajustes da Correção Monetária correspondem às variações ocorridas anualmente com as ORTN's.

² IPA para o período 65/69; IGP-DI para o período 70/84.

trabalho continua mantida em patamares bastante inferiores àqueles que compõem a remuneração do fator capital e, principalmente, bastante abaixo da inflação.

Inflação — O cálculo da inflação no Brasil é realizado pela Fundação Getúlio Vargas através do Índice geral de Preços, Disponibilidade Interna, que é uma média ponderada do IPA, IPC e ICC (conforme já demonstrada). Esta formulação de cálculo $IGP = 6 \times IPA + 3 \times IPC + 1 \times ICC$,
10

merece de nossa parte profundos questionamentos quanto à sua aplicação a nível do Brasil, além de seus efeitos perversos na economia, conforme demonstramos.

Num primeiro momento, a Fundação Getúlio Vargas acaba de corrigir uma das distorções deste Índice ao retirar da fórmula do ICC do R. J. e introduzir o INCC do Brasil, dando assim uma maior abrangência ao Índice de Construção Civil.

É nosso parecer que processo análogo deveria ocorrer a nível do IPC, tal qual é feito com o INPC da FIBGE calculado para 10 regiões metropolitanas do país.

A grande distorção porém diz respeito ao IPA (Índice de Preços ao Atacado). Este Índice registra "uma tendência" de alta e não uma alta de preços já diluída a nível de mercado consumidor. Ao se registrar as altas de preços no mercado atacadista, o IPA define a tendência de preços para o mercado varejista. Assim, este índice é um indicativo de inflação futura, ou um "Leading indicador". Portanto, surpreende que este índice de tendência futura possua o maior peso na determinação da inflação presente. Este atual processo de cálculo, em verdade, evidencia a chamada antecipação inflacionária que, aliada ao rígido esquema de INDEXAÇÃO da economia, realimenta o processo inflacionário antes mesmo dele acontecer de fato na íntegra a nível de mercado consumidor final. Exemplificaremos esta assertiva, através do processo de reajustes dos cigarros. Com preço controlado pelo Governo, os cigarros são vendidos no atacado ao preço de tabela. Assim, uma vez concedido um aumento de preços, automaticamente, este aumento afeta o IPA. Todavia, todos sabemos, principalmente os fumantes, que durante pelo menos um mês após a liberação de novos preços, ainda é possível adquirir cigarros em bares e pontos de venda similares ao preço antigo. Neste período, porém, mesmo que o cigarro ao nível do consumidor não tenha subido, a "inflação cigarro" já se fez sentir no IGP através da elevação do IPA. Estamos evidenciando assim uma antecipação do processo inflacionário, correndo o risco de estarmos gerando uma espiral agregativa de aumento de preços, função da espec-

tativa inflacionária realizada pela autorização do aumento do cigarro via elevação do IPA.

Outro problema sem explicação lógica é a escolha dos pesos destes três índices que compõem e determinam o IGP. Carece de qualquer fundamentação razoável atribuir ao IPA (tendência de inflação futura) um peso duas vezes igual ao atribuído ao IPC, (que registra a ocorrência de variações de preços a nível de consumidor).

Avaliações do quadro histórico dos índices IGP, IPC e INPC de 1979 até o presente permitem-nos afirmar que o IGP esteve bastante acima também do IPC-RIO, (seu componente de cálculo), Tabela (1). Embora possam parecer desnecessários, testes estatísticos foram realizados e demonstraram um coeficiente de correlação mais elevado entre as variações do IGP com as do IPA que aqueles encontrados entre as variações do IGP com os do IPC. Este fato apenas reforça a posição de que o IGP assume características nítidas de um índice que somatiza as forças de certo preço futuro

Surpreende que o IPA, um índice de tendência futura, possua o maior peso na determinação da inflação presente.

com as já efetivamente realizadas no mercado.

Observa-se também que a grande diferença acumulada entre a Correção Monetária e a taxa de Inflação, tem sua origem maior em 3 anos: 1979, 1980 e 1983 (Tabela 2). A diferença de 1979 é explicada pela subestimativa dos IGPs de valores futuros, componentes de sua fórmula matemática de cálculo utilizado até o final de 1979. O ano de 1980 apresentou também uma grande diferença só explicada pela política governamental que prefixou a Correção Monetária para o ano em 50%, nível bastante irreal. Finalmente, a diferença registrada em 1983 é devida à prática do "expurgo corretivo", decorrentes dos cortes de subsídios e de maxidesvalorização do cruzeiro registrados em 1983.

Proposição — A proposta de alteração do cálculo do IGP aqui apresentada não objetiva reduzir valores do IGP, conter por meio de cálculos a inflação ou coisa similar. Esta proposta possui dois objetivos básicos. Primeiro, reduzir drasticamente o impacto da inflação futura no cálculo da in-

flação presente. Segundo, é muito importante, emparelhar o cálculo da inflação aferida pelo IGP-DI, ao cálculo do INPC, e assim permitir uma menos desigual remuneração entre os fatores capital e trabalho.

Para atingir esses objetivos, o cálculo do novo IGP-DI (proposição) deveria obedecer à formulação matemática abaixo:

$$IGP = 7 \times IPC + 2 \times IPA + 1 \times ICC$$

10

A característica básica desta nova fórmula é dada pela mudança nos pesos, alterado de forma que o peso do IPC passe de 30% para 70% e que o peso do IPA seja reduzido de 60% para 20% na composição do novo IGP-DI, chamado de IGP* (Índice Geral de Preços com novos pesos).

Testes estatísticos e cálculos do Índice Geral de Preços com novos pesos, a partir de dados passados (1982-1984), mostram que, caso implantado, teríamos um IGP* (que servirá de base para ORTN) bem mais próximo do IPC-RJ, e este histórica e estatisticamente vem se mantendo próximo do INPC, principalmente quando analisado em períodos iguais ou superiores a 6 meses (tabelas 3 e 4).

Estas comprovações podem ser feitas através de observações dos valores das tabelas 3 e 4. A tabela 3 apresenta, na primeira parte, as variações mensais do IGP e seus componentes, do INPC, da ORTN e do IGP*. Na segunda parte, foi construída uma série de Números Índices desses indicadores tomando por base Dezembro de 1981 = 100. Devido ao fato de as mudanças mensais não demonstrarem de forma nítida a tendência do relacionamento do IGP* e do IGP com o INPC, passa-se a observar a tabela dos números índices. No final desta série de números índices, dezembro/84, verifica-se que o IGP atinge a 2011 enquanto o INPC permanece em 1.675 e o IGP a 1.809. Desta forma, compreende-se que o IGP* aproxima-se mais do INPC que faz o IGP (hoje utilizado para a fixação das ORTNs). Este emparelhamento foi conseguido pela mudança dos pesos do IGP-DI fazendo assim que o IGP* reflita uma posição mais próxima do IPC-Rio (1.731) que do Ipa (2.190), este último, um "LEADING INDICATOR" de preços futuros conforme já dito anteriormente.

A análise dos índices para variações de 6 a 12 meses encontram-se na tabela 4. Os dados para julho de 1984 apresentam o seguinte quadro: IGP = 76,4%, INPC = 73,81% e IGP* = 74,8% para variação semestral e IGP = 217,9%, INPC = 197,04% e IGP* = 198,21% para variação dos últimos 12 meses. Verifica-se que o IGP*, em ambos os casos, aproxima-se do INPC que faz o IGP. Ainda que esta assertiva não seja válida para todos os meses em estudo, ela o é, po-

rém, para a grande maioria deles, facultando-nos afirmar que o processo de cálculo do IGP com os novos pesos propostos possibilita uma maior aproximação deste Índice com o INPC e com a ORTN. Esta aproximação da variação do IGP com a variação do IGP com variação da ORTN ocorre por via de formulação matemática, pois hoje o IGP é a base de cálculo das ORTNs e assim uma maior aproximação do INPC com IGP* (novo) o aproximará também das ORTNs, conforme verificado em todo o ano de 1984, quando a variação da ORTN foi obtida com base em valores de meses precedentes do IGP. Esta colocação é mais forte estatisticamente para variações de 12 meses, que para as variações de 6 meses, pois permite uma maior divulgação do diferencial entre as variações do IGP, do IGP* e da ORTN calculada pela fórmula atual.

Conclusão. A simples modificação na fórmula de cálculo do IGP, conforme acima proposto, através da correção do índice de inflação alcança ambos os objetivos propostos: eliminação da pressão altista do IPA sobre os valores presentes e principalmente aproximação através de raciocínio lógico, sem alquímias e com jogo aberto, do índice de correção do trabalho (INPC) com o índice de correção do capital (IGP) como se estivéssemos fazendo uma correção da correção monetária.

Finalmente, há o desejo de expressar o firme posicionamento do autor de que idealmente deveríamos manter a economia INDEXADA, porém a um único índice que servisse de elemento de recomposição para todos os ativos e serviços da economia. O panorama econômico com um único índice seria extremamente desejado, pois seriam assim eliminadas todas as distorções hoje existentes em vários mercados, função do processo de plurindexação. Todavia, reconhecendo a impossibilidade técnica e principalmente política e uma simples eliminação de todos os índices menos um, pelo menos a curto prazo, é que apresento a presente proposta de alteração da fórmula de cálculo do IGP-DI que, conforme acima demonstrado, não elimina, porém reduz em muito as distorções econômicas e sociais oriundas do uso corrente de vários índices no processo de recomposição de valores dos ativos e passivos econômicos e financeiros. Assim, o objetivo final desta nova fórmula de cálculo é a eliminação das distorções acima citadas. O meio de conseguir é o emparelhamento tanto maior quanto possível do IGP com o INPC, uma vez que a correção monetária já vem sendo emparelhada ao IGP, e esta maior aproximação do IGP com o INPC pode ser obtida através de nova fórmula de cálculo de IGP, conforme proposto e comprovado.

TABELA 3

ÍNDICES DIVERSOS E SUAS VARIAÇÕES MENSAIS

PERÍODOS	VARIAÇÃO MENSAL (%)							ÍNDICE (base: Dez/83 = 100)						
	ICC	IPC	IPA	IGP	IGP*	INPC	ORTN	ICC	IPC	IPA	IGP	IGP*	INPC	ORTN
1982														
JAN/82	3,8	7,1	6,3	6,1	6,6	7,6	5,2	103,8	107,1	106,3	108,3	106,6	107,6	108,2
FEB/82	10,9	6,6	6,4	6,8	7,0	6,5	5,0	113,1	114,1	113,1	113,5	114,1	114,6	116,0
MAR/82	12,5	5,5	7,1	7,2	6,5	5,8	5,0	129,5	120,5	121,2	121,7	121,5	121,2	121,8
ABR/82	4,3	5,5	5,5	5,4	5,4	4,8	5,0	135,1	127,1	127,9	128,6	128,1	127,0	121,8
MAIO	5,3	7,9	5,5	6,1	7,2	6,4	5,5	142,2	137,1	134,9	136,1	137,3	134,1	128,8
JUNHO	5,7	6,5	9,3	8,0	6,8	7,5	5,5	147,4	146,0	147,4	147,0	146,6	145,2	135,0
JULHO	5,5	7,2	5,7	6,1	6,7	6,5	5,5	155,5	156,5	155,8	155,9	156,4	154,7	143,0
AGOSTO	16,9	5,1	4,6	5,8	6,2	6,0	6,0	181,8	164,5	162,9	165,0	166,1	161,9	151,6
SETEMBRO	4,0	4,2	3,4	3,7	4,0	4,7	7,0	189,3	171,4	168,4	171,1	172,3	171,8	161,2
OUTUBRO	3,7	4,3	5,2	4,8	4,4	3,9	7,0	195,2	178,8	177,2	179,5	180,3	178,5	173,5
NOVEMBRO	4,1	4,7	5,3	5,0	4,8	4,2	7,0	203,7	187,2	186,5	188,3	188,4	185,9	185,1
DEZEMBRO	2,4	7,8	6,0	6,1	6,9	6,4	6,5	208,1	201,8	197,7	199,7	201,9	197,9	197,8
1983														
JAN/83	3,9	9,0	9,8	9,0	8,6	10,8	6,5	216,2	220,0	217,1	217,7	219,1	219,2	210,4
FEB/83	12,7	6,7	5,5	6,5	7,1	6,6	6,0	247,7	234,7	229,3	231,9	234,9	233,1	223,1
MAR/83	8,7	9,2	10,7	10,1	9,4	8,7	6,7	263,9	256,3	255,8	255,3	257,0	251,3	238,2
ABR/83	4,1	8,3	10,3	9,2	8,1	7,7	9,0	274,7	273,6	270,9	278,8	278,1	271,9	259,7
MAIO	7,2	6,9	6,6	6,7	6,9	5,5	9,0	294,5	296,7	298,4	297,5	297,5	288,1	283,0
JUNHO	5,1	11,1	13,7	12,3	11,0	8,1	8,0	309,5	329,6	319,3	334,1	330,0	312,3	305,3
JULHO	6,6	12,5	14,4	13,3	12,3	13,6	7,8	329,9	370,8	388,2	378,5	370,6	354,9	329,5
AGOSTO	16,9	8,2	10,1	10,1	9,4	9,5	9,0	385,6	401,2	427,4	427,4	405,4	388,7	359,2
SETEMBRO	8,9	9,9	14,4	12,8	10,7	9,5	8,5	419,9	440,9	488,9	470,0	448,8	435,7	389,7
OUTUBRO	5,1	9,7	15,6	11,3	10,4	13,0	9,5	441,1	483,7	565,2	532,1	481,1	426,7	387,1
NOVEMBRO	12,3	6,7	8,7	8,4	7,6	7,2	9,7	494,7	516,1	614,4	577,0	533,2	515,6	468,1
DEZEMBRO	4,9	8,8	7,4	7,6	8,1	7,1	8,4	518,9	561,5	659,4	621,1	570,4	532,4	507,4
1984														
JAN/84	5,9	9,9	10,2	9,8	9,6	9,8	7,6	549,5	617,1	727,2	682,1	631,7	606,4	546,0
FEB/84	21,7	10,5	11,9	12,3	11,9	8,9	9,8	668,7	681,9	811,7	766,0	706,9	660,5	589,5
MAR/84	9,4	9,7	10,1	10,0	9,7	9,7	2,3	731,6	748,0	895,9	842,6	775,5	724,2	673,2
ABR/84	4,4	8,5	9,6	8,9	8,9	10,4	10,1	763,8	788,6	981,9	917,6	839,9	799,5	740,6
MAIO	9,0	9,2	8,8	8,9	9,0	8,6	8,9	824,9	886,1	1068,1	999,2	915,5	868,3	806,5
JUNHO	8,9	9,8	9,1	9,2	9,6	8,8	8,9	898,7	973,2	1165,5	1091,1	1003,4	944,6	878,2
JULHO	5,3	10,6	10,8	10,3	10,1	11,6	9,2	945,9	1076,4	1291,4	1203,5	1104,7	1054,2	959,0
AGOSTO	27,6	9,9	9,2	10,6	11,5	7,1	10,3	1207,0	1385,0	1430,2	1331,1	1237,9	1129,4	1057,8
SETEMBRO	5,6	10,2	11,2	10,5	9,9	9,9	10,6	1274,6	1303,7	1568,1	1470,9	1353,6	1240,9	1169,9
OUTUBRO	8,6	10,7	13,7	12,6	11,1	11,2	10,5	1384,2	1443,2	1782,9	1656,2	1503,8	1380,6	1292,8
NOVEMBRO	8,6	8,8	10,7	9,9	9,2	10,1	12,6	1503,2	1570,2	1973,7	1820,2	1642,1	1519,7	1455,7
DEZEMBRO	8,2	10,3	11,0	10,5	10,2	10,2	9,9	1626,5	1731,9	2190,8	2011,3	1809,6	1675,2	1599,8

IGP* = Índice Proposto
Fonte: Suma Econômica

TABELA 4

VARIAÇÃO SEMESTRAL E 12 MESES DE ÍNDICES DIVERSOS

PERÍODOS	VARIAÇÃO SEMESTRAL							VARIAÇÃO 12 MESES						
	ICC	IPC	IPA	IGP	IGP*	INPC	ORTN	ICC	IPC	IPA	IGP	IGP*	INPC	ORTN
1982														
JAN/82	33,4	37,8	35,6	35,9	36,9	39,8	39,0	84,9	98,4	94,6	84,6	86,1	93,2	96,9
FEB/82	31,8	36,3	36,6	36,1	35,9	39,3	37,7	78,4	97,4	91,4	91,8	94,3	95,6	96,9
MAR/82	40,3	36,9	39,7	38,9	37,8	40,1	36,7	85,8	96,8	90,1	91,5	94,4	96,0	94,1
ABR/82	43,8	39,3	40,1	40,2	39,9	40,2	35,8	87,4	94,8	90,5	91,3	93,2	95,0	91,7
MAIO	46,6	43,7	39,6	41,4	42,2	41,3	35,5	90,6	97,7	87,9	91,2	96,4	93,4	90,8
JUNHO	47,3	46,0	47,4	47,0	46,4	45,2	35,5	93,1	101,9	96,0	97,6	102,0	99,8	89,9
JULHO	49,8	46,0	46,5	46,7	46,3	43,8	35,9	99,8	104,2	98,7	99,5	102,6	101,1	89,0
AGOSTO	58,0	44,1	44,0	45,5	45,5	43,2	37,2	107,8	96,4	96,8	97,7	97,6	99,4	89,0
SETEMBRO	46,0	42,3	38,9	40,4	42,0	41,8	39,8	104,9	94,8	93,8	95,1	95,6	97,2	91,2
OUTUBRO	44,5	40,7	38,5	39,7	40,8	40,5	42,5	106,8	96,1	94,1	95,9	96,8	97,0	93,5
NOVEMBRO	42,9	36,6	38,2	38,2	37,6	37,6	44,3	109,3	96,4	92,9	95,3	97,0	94,5	95,9
DEZEMBRO	41,1	38,2	34,1	35,8	37,7	36,3	45,9	108,0	101,8	97,7	99,7	101,6	97,9	91,8
1983														
JAN/83	38,9	40,5	39,4	39,6	40,1	41,8	47,3	108,1	105,2	104,3	104,9	105,3	103,9	100,7
FEB/83	33,8	42,6	40,8	40,6	41,3	42,6	47,3	111,5	105,5	102,7	104,3	105,5	104,2	101,1
MAR/83	39,3	49,3	50,8	49,3	48,6	47,5	46,9	103,5	112,6	109,6	109,7	111,1	109,1	105,4
ABR/83	40,4	55,1	58,1	55,6	54,2	52,9	49,6	101,1	118,1	119,0	117,4	116,9	114,9	113,2
MAIO	44,6	58,2	60,1	58,1	57,3	55,0	52,4	106,8	116,2	121,2	118,6	116,3	113,4	120,3
JUNHO	48,4	63,2	71,7	67,3	63,4	55,6	54,6	109,5	125,6	130,3	127,2	124,9	112,2	125,5
JULHO	52,4	68,5	78,9	73,8	69,0	58,1	56,4	111,8	136,9	149,5	142,8	136,9	124,3	130,4
AGOSTO	58,1	70,9	86,6	79,7	72,8	62,4	60,9	114,7	143,8	162,7	152,7	144,4	131,7	136,9
SETEMBRO	59,0	72,0	82,8	84,1	74,9	64,2	63,6	121,6	156,9	190,8	174,9	160,2	142,2	140,3
OUTUBRO	60,5	74,2	101,9	90,9	78,4	72,3	64,3	125,5	170,2	219,3	197,2	175,5	163,5	145,9
NOVEMBRO	67,8	73,8	106,0	94,1	79,6	74,8	65,4	142,9	175,2	229,7	206,9	182,9	151,1	151,1
DEZEMBRO	67,6	70,3	94,5	85,9	70,7	75,2	66,0	148,9	177,9	234,0	211,0	186,2	172,8	156,6
1984														
JAN/84	66,6	66,3	87,3	80,2	70,5	70,9	65,7	153,9	180,3	215,2	213,2	188,8	170,3	159,2
FEB/84	73,4	69,8	90,4	83,7	74,3	69,9	76,9	174,3	190,1	255,2	230,1	201,5	276,1	186,8
MAR/84	74,1	69,5	83,2	79,0	72,7	70,1	72,8	177,0	191,5	255,2	229,7	202,4	279,4	187,6
ABR/84	73,0	67,7	73,7	72,2	69,4	66,2	73,5	177,7	192,1	260,9	238,9	202,4	286,3	185,2
MAIO	76,7	71,8	74,0	72,9	72,7	65,4	72,1	179,9	192,6	255,3	235,5	208,7	294,4	184,9
JUNHO	73,0	73,4	76,7	75,6	74,0	71,0	73,1	190,2	195,2	243,6	226,5	204,4	299,8	187,3
JULHO	71,9	74,5	77,5	76,4	74,8	73,8	75,6	186,4	190,1	232,5	217,9	198,2	297,0	191,0
AGOSTO	80,3	73,5	73,2	73,8	74,1	71,0	76,4	212,8	194,6	229,8	219,3	207,5	300,5	194,5
SETEMBRO	81,3	73,9	81,4	80,6	78,9	77,7	74,6	205,3	195,7	220,5	212,9	201,4	291,5	200,2
OUTUBRO	81,3	73,9	81,4	80,6	78,9	77,7	74,6	205,3	195,7	220,5	212,9	201,4	291,5	200,2
NOVEMBRO	72,1	77,2	84,0	82,2	78,1	75,0	80,5	203,1	204,4	220,1	215,1	207,4	194,7	211,0
DEZEMBRO	81,1	78,0	86,9	84,4	80,1	77,3	82,1	213,4	208,7	230,3	223,8	213,5	203,1	215,3

IGP* = Índice Proposto
Fonte: Suma Econômica

É competência da Nova República estabelecer prioridades educacionais

Yvon de Araújo Yung Tay *

A prioridade educacional básica, na atual República da Prê-Libertação, deve fortalecer, material e intelectualmente, o Trabalhador da Educação-Cultura; lutar pelo preenchimento dos cargos de chefia do Governo, em geral, por pessoas patrióticas, competentes e honestas; e, finalmente, promover o máximo de assistência e interação à Escola-Comunidade.

O que é educar, senão preparar alguém para a vida? Para que o aluno aprenda a sobreviver com dignidade e relativa segurança, na sociedade em que vive. Onde, prioritariamente, aprenda a desenvolver a amizade, a responsabilidade e o dever para com a "civita" e os "mores" da Pátria, a partir do lugar onde vive, brinca, estuda, trabalha; enfim, onde o cidadão aprenda a participar como verdadeiro agente e beneficiário do bem comum.

Sem esse mínimo de interação e de oferta de trabalho, de alimentação, de convívio saudável com seus familiares e vizinhos, a criança, o adolescente e o jovem não podem criar amizade cívica. Tão pouco podem criar responsabilidade cívica para, com sua consequente maturação, transformá-la em dever cívico.

Por isso, na atual realidade brasileira, educar deverá ser, prioritariamente, preparar o alunado para que ele aprenda a encontrar trabalho, alimento, adquirir casa própria, vestimenta decente, transporte, etc., para não falarmos de outras importantes necessidades, como, por exemplo, assistência previdenciária, médica, farmacêutica, odontológica, cultural, lúdica, etc. . .

Pelo exposto, a estratégia de prioridades da nossa educação-cultura tem que ser planejada por todos e com muita reflexão, porque, neste momento histórico de pré-libertação cultural do Brasil, a interdependência da sociedade brasileira é tipicamente conflitante, violenta e de oposição. Ninguém pode esquecer que a Nação brasileira, que nasceu sob a égide do colonialismo escravocrata e latifundiário, não completou ainda um século de extinção de sua escravatura e flutua ao sabor da doutrina capitalista do "laissez faire e laissez passer".

Por isso, na atual crise cíclica desse "salve-se quem puder", não poderá haver prioridade maior do que o direcionamen-

to da escola-comunidade em busca da verdadeira sobrevivência, questionando a nossa crônica dívida externa e interna e lutando pelo fortalecimento da independência econômica e da soberania do Brasil; contestando e demonstrando como iniciar a superação das dificuldades do atraso cultural, sobretudo, do atraso econômico e social, nascido dos males profundos que o "colonialismo" nos tem submetido até hoje.

Primeiro, há que se contestar e tentar superar as dificuldades do atraso econômico e cultural, nascidas dos males profundos oriundos da espoliação do colonialismo que até hoje nos submete. Para isso é necessário mobilizar, inclusive, a escola-comunidade, para começar a combater, de verdade, a incompetência, a corrupção, os escândalos financeiros e a sangria desatada das riquezas do Brasil pela crônica mánipulação

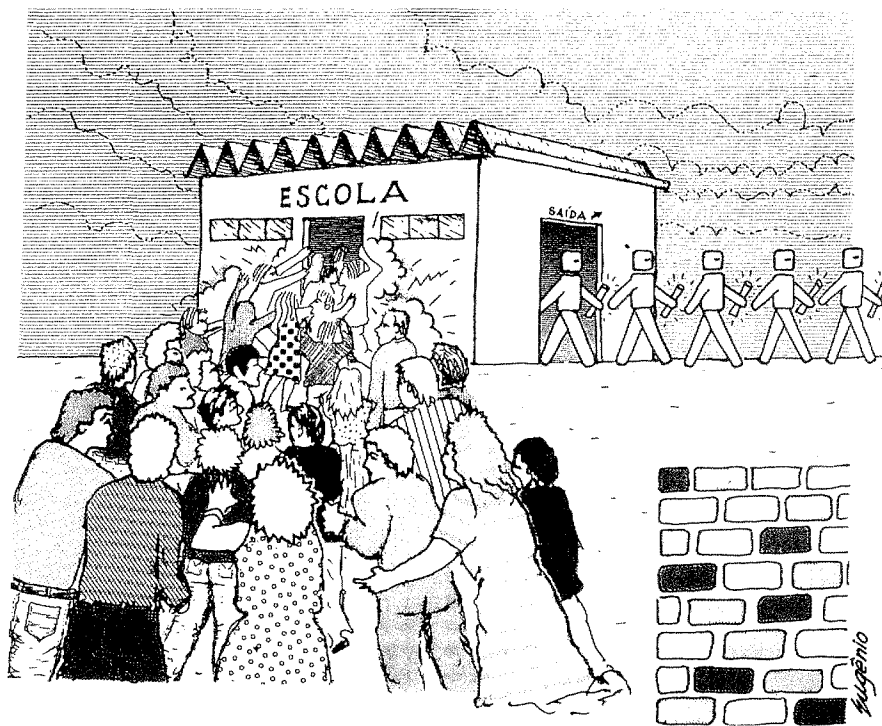
dos agentes do colonialismo.

Só depois, num segundo momento de prioridades, dever-se-ão enfatizar outros importantes componentes da educação-cultura: a auto-realização do aluno, a formação moral, vocacional, artística, etc. . .

Por isso, o Município, o Estado e o Brasil, como os demais países do Terceiro Mundo, têm que repensar com profundidade e questionar o para quê educar, o como educar e o quando começar a mudar a alienação do rumo de nossa educação-cultura.

Necessitam primeiro de estabelecer uma filosofia de conjunto, com uma visão de conhecimentos globais do mundo, através do tempo, para que possamos começar a fortalecer, material e intelectualmente, os Trabalhadores da Educação-Cultura.

Só assim, começaremos a criar condições concretas que nos facilitarão a libertar milhões de brasileiros que vivem até hoje



Professor da PMV e da Rede Estadual

POLÍTICAS

na escravidão cultural, que se mantêm no pauperismo crônico, na sua indigência e desconhecimentos globais.

Diante dessa caótica situação, temos que priorizar, por exemplo, a solução do professor que, apesar de viver agachado em desgastantes campanhas salariais, inclusive em posição vergonhosa e humilhante, não conseguiu até hoje um salário digno.

Ora, se o próprio professor não está politizado e não está sabendo ainda orientar a si mesmo para a vida, como é que ele pode preparar o aluno para a sobrevivência, para que desenvolva sua auto-realização, sua formação moral e sua cidadania?

Que exemplo um professor, vilipendiado em seus valores materiais e intelectuais, pode dar à adolescência e à juventude?

Como o professor pode sobreviver e apresentar uma boa "performance" com salário de miséria e sem tempo para ler, pesquisar e fichar jornais, revistas e livros, para planejamentos de aula e avaliação, resumos de "aula-modular", síntese de reflexões, elaboração e correção de testes, interação com alunos, com seus familiares, com os funcionários em geral?

Ou não vale nada o exemplo de altivez do professor, como agente ativador e dinamizador da liderança de sua escola comunidade? Será que o professor deve continuar como se fosse uma "maria-vai-com-as-outras", repetindo o que já vem manipulado pelas "chefias" da Educação-Cultura? Ou deve participar com independência e autenticidade em relação às diretrizes político-filosóficas da Educação-Cultura do povo brasileiro?

Diante, então, dessa caótica situação, só nos resta enfrentar o dilema de continuar com o atual "status quo", ou nos preparar para começar a contestar e a mudar a "Escola Moderna", que aí está a serviço dos privilégios das classes burguesas dominantes. Pois, como diz o Prof. Paulo Freire, "Seria ingênuo crer que as classes dominantes implantassem uma educação inteiramente contra elas".

Por isso, não é uma tarefa fácil contestar a "Escola Moderna", pois, desde a revolução e o triunfo da burguesia em 1789, temos sido formados e informados por ela. Como comprova a história, a institucionalização da universidade da Escola Moderna foi criada pela Revolução Francesa para combater determinados valores que a nobreza decadente defendia. Mas, ao assumir o poder do mundo capitalista, a burguesia dominante, infelizmente, traiu suas promessas, e, até hoje, não permite que os ideais da Revolução Francesa de 1789 sejam plenamente estendidos às massas proletárias do Terceiro Mundo.

Essa traição começou com as contradi-

ções dos discursos sobre as esperanças de criarmos uma sociedade mais justa e fraterna e das promessas não cumpridas pela burguesia, que induziram o povo ao "Terror", onde, em meio ao engalfinhamento de uma luta fratricida, sacrificaram-se os principais líderes das diferentes correntes políticas da classe média jacobina, dos "sans-culottes" (plebe urbana), dos girondinos burgueses, do grupo da "planície", dos senhores da terra e do campesinato.

Até o pequeno burguês Napoleão Bonaparte, que ascendeu ao poder às custas das esperanças e do sangue de milhares de idealistas, quando se encontrou no auge da glória, traiu os ideais da Revolução Francesa.

Enquanto Napoleão fazia promessas de lutar pelo nacionalismo, pela democracia liberal com igualdade entre os homens, pelo acesso à função pública para todos os cidadãos capazes, pela seleção apenas de "talento", nomeava-se imperador hereditário, instituiu reis com poder hereditário e no-

Não é uma tarefa fácil contestar a "Escola Moderna", pois somos formados e informados por ela.

meava para os cargos e funções públicas mais importantes os seus familiares e a parentela dos amigos de sua oligarquia nobiliárquica; mantinha a Europa sob o jugo do imperialismo francês; proporcionava privilégios no exterior à burguesia da França.

Além do mais, o próprio código Napoleônico foi inspirado no famigerado "Direito Romano", isto é, no "Direito" que era muito bom para as classes dos antigos e ricos cidadãos romanos, mas uma desgraça para as multidões da plebe, do campesinato e dos povos periféricos, principalmente, para os que não eram considerados "romanos".

Fato é que esse famigerado "Direito Romano", reativado pelo Código Civil Napoleônico, continua, até hoje, a proteger os poderosos da burguesia e a menosprezar a grande multidão de miseráveis do Terceiro Mundo.

Enquanto, no passado, essas vítimas dos privilegiados morriam nas galeras e na

servidão da terra, hoje, a "grande massa carcerária" — composta quase que exclusivamente de seres humanos pobres e injustiçados — é completamente desassistida, na grande maioria, desde a infância. E enquanto tudo isso ocorre, sob a inspiração do "Direito Romano", os poderosos da burguesia não fuzilam, não executam nem encarceram nenhum poderoso responsável pela violência generalizada, ou pelas mordomias, pelas falcatruas generalizadas, pela má aplicação do dinheiro público, pelo descumprimento de promessas eleitorais, pelas comissões de inquérito in consequentes, pela incompetência, pelas corrupções, pelos escândalos e "bacanais" financeiros do tipo, por exemplo, da Coroa-Brastel, Polonetas, Brascred, Capemi, Inamps, Sulbrasileiro, Brasilinvest, Banco Central e milhares de tantos outros crimes insolúveis e escândalos "institucionalizados".

Como se vê, toda reflexão é pouca, porque, além da necessidade imediata de uma tomada de decisão para se contestar a Escola Moderna, há que se estabelecer uma estratégia de luta para se defender da ação coercitiva generalizada, pois o famigerado "Direito Romano" não respalda apenas a Escola, mas também a família, as igrejas em geral, os meios de comunicação de massas, enfim, todas as instâncias econômicas e jurídico-ideológicas da burguesia.

No encaminhamento estratégico dessa luta da pré-libertação da educação-cultura de nosso povo sofrido, é muito mais prioritário repensar primeiro sobre os males dos agentes sociabilizadores. Isso porque, além de serem referendados pela cúpula do capitalismo, eles insistem em "legitimar" apenas a dominação burguesa, que, por sua vez tem gerado, através do tempo, as imensas concentrações de riquezas e capital nas mãos de meia dúzia e as grandes desigualdades sociais entre o povo brasileiro. Mesmo porque alerta o Prof. Paulo Freire: "Uma das tarefas que as classes dominantes propõem é que sua escola oculte a realidade tal qual ela está se dando".

Por isso, é prioritário, agora, muito mais do que discutir sobre metodologias didático-pedagógicas propriamente ditas, questionar e concentrar todos os esforços na reformulação da escola que nos tem sido imposta pelo "colonizador". Muito mais importante do que discutir a reciclagem da metodologia da aprendizagem, como "disciplina mental", "behaviorismo" ou "gestaltismo", etc., é começar a lutar contra os agentes causais da nossa alienação cultural.

É claro que não se pode minimizar os verdadeiros valores didático-pedagógicos do

ensino-aprendizagem criados, por exemplo, por Freud, Jung, Rousseau, Pavlov, Pestalozzi, Montessori, Skinner, Dewey, Rogers, Piaget, Gagné, Bruner, Bloom, Mager, para não falarmos em dezenas e centenas de outros expoentes educacionais.

Mas, fato é que pouco ou quase nada adianta discutir, isoladamente, Educação-Cultura nos países potencialmente ricos do Terceiro Mundo. Há que se questionar, antes ou pelo menos paralelamente, sua inserção profunda no contexto da situação-problema-solução, que se origina na dominação econômica e se respalda no despotismo institucionalizado pelas classes dominadoras.

Então, se pretendemos priorizar a Educação-Cultura com vistas a uma sociedade mais justa e fraterna, por que não mobilizarmos, em primeiro lugar, a escola comunitária para ajudar a contestar a espoliação de riquezas pela burguesia oportunista e pelo colonialismo selvagem, interno e externo, que vem asfixiando o povo brasileiro desde quando os primeiros navegadores ibéricos aqui aportaram?

Como documenta a História integrada, o "colonialismo" que rapina as riquezas do Brasil, raiz básica de todos os nossos males econômicos e sociais, é o mesmo que se mascarou de "nascente burguesia mercantil portuguesa", apoiada pelo Estado absolutista e pelas classes capitalistas dominantes na época dos descobrimentos.

Esse capitalismo colonialista só tem mudado de nome e/ou de técnica de espoliação dos oprimidos, no decorrer da História: mercadores e entrepostos, "bolsas de mercadorias", ligas de mercadores, "corporações hanseáticas", "piratas", "corsários", mercantilismo, "companhias privilegiadas de comércio", "companhias das Índias ocidentais/orientais", "livre-cambismo", pacto colonial (com "colônias", "protetorados" e "áreas de influências"), "trust", "cartel", "holding", "multinacionais", "composição associativa", "fundo monetário internacional" (FMI), etc. . . ou mesmo "dama de ferro Margaret Thatcher", Ilhas Malvinas, "Ronald Reagan" / Granada / Nicarágua, "marines", etc. . .

Por tudo isso, a educação-cultura não pode deixar de priorizar essa luta da pré-libertação, implementando os ideais da independência econômica e o fortalecimento da soberania do Brasil. Do contrário, ultrajariamos o heroísmo e o sacrifício dos verdadeiros vultos nacionais, que, para nos legarem este País potencialmente tão rico, derramaram lágrimas, suor e sangue.

Há que se pensar muito, porque nenhum povo oprimido tem se libertado da opressão do colonialismo selvagem sem sa-

críficos. Os "colonizadores", que buscam, continuamente, concentrar cada vez mais capital e sobreviver da miséria dos povos "colonizados", utilizam-se de técnicas sofisticadas, de sua grande capacidade de organização e de administração, de seus capitais cada vez mais disponíveis para empréstimos e aplicação, sem se falar de sua capacidade de coerção e de seu sofisticado poderio militar.

Portanto, é necessário muito cuidado mesmo, pois a burguesia reacionária só age subliminarmente, e o colonialismo se camufla com pele de cordeiro para atacar as riquezas das "colônias" em quaisquer par-

tes do mundo, sem se importar com "guerras de ópios", "aberturas forçadas de portos", ou mesmo, sem se importar com a fome e a miséria das multidões de inocentes.

No Brasil, por exemplo, a burguesia reacionária e o colonialismo selvagem manipulam a permanência da sangria crônica de nossas riquezas, impondo uma política agrícola e pecuária de exportação, sem antes ter atendido ao mercado interno; provocando o arrocho salarial e o aperto de cinto dos brasileiros; exportando gêneros alimentícios e matérias-primas por preços ínfimos; provocando, semanalmente, o aumento oscilante do dólar; "cobrando"



Douglas Lynch

A Nova República não deve negar às crianças em idade escolar o acesso à educação

POLÍTICAS

juros flutuantes e extorsivos; remetendo "lucros" excessivos para o exterior; mantendo latifúndios improdutivos e terrenos sob a especulação imobiliária; forçando novas entradas de capital estrangeiro e de novos modelos das multinacionais, etc. . .

Fato é que a educação-cultura não pode mais "continuar de braços cruzados" assistindo à agonia dos milhões de brasileiros desesperados; dos 70% da população brasileira que só ganham um salário mínimo; dos 86% da população brasileira que passam fome carencial, pois 80% dos alimentos é consumido por apenas 10% da população; das vítimas do genocídio (cerca de mil crianças brasileiras morrem por dia, antes de atingirem o primeiro ano de vida, em consequência da fome); dos 13 milhões de paraplégicos; dos 38 milhões de menores abandonados, que só encontram subsistência na contraviolência, na mendicância e no assalto; das 8 milhões de crianças brasileiras com idade entre 7 a 14 anos, que não estão frequentando escola; dos 51 milhões de analfabetos, etc. . .

Diante, então, de todo esse caótico estado de coisas, não se pode deixar de discutir a estratégia de luta para o encaminhamento da pré-libertação. Há que se deixar cair o véu da hipocrisia ou do comodismo e lutar pelo fortalecimento material e intelectual do trabalhador da Educação-Cultura, assim como pleitear o preenchimento de todos os cargos de chefia do Governo por pessoas patrióticas, competentes e honestas.

Agora, é indispensável que o Governo publique e todo o pessoal do Magistério discuta, constantemente, os resultados conjuntos sobre o retorno econômico e social dos investimentos aplicados nas prioridades do processo ensino-aprendizagem.

Chamamos a atenção das pessoas responsáveis para essa reflexão, porque os milhões de brasileiros desempregados e/ou subempregados não se compõem apenas de analfabetos (cerca de 30 milhões) e semi-alfabetizados (cerca de 21 milhões que desenharam apenas o nome). Há, também, legiões imensas de brasileiros desempregados, com nível de escolaridade de 1º e 2º graus, profissionalizante, universitário e até de mestrado e doutorado.

São multidões imensas de desempregados e subempregados que compõem, juntamente com os bóias-frias e as correntes migratórias, os chamados exércitos de reserva de trabalhadores do mundo capitalista.

Por tudo isso, é covardia, impatriotismo, incompetência e desonestidade, calar diante de tanta violência generalizada, num país como o Brasil, com imensos espaços vazios, econômico e demográfico.

Não é mais possível continuarmos nesse "status quo". Nenhum brasileiro, em sã consciência, pode aceitar, sem manifestar uma estratégia e conseqüente contestação que haja tanto desemprego, tanta fome, tanta miséria, tanto desespero e assalto, num país como o Brasil, que — por mais paradoxal que pareça — é potencialmente um dos mais ricos do mundo.

Numa síntese conclusiva, apelamos para que, na sociedade espoliada e pobre em que vivemos, haja, imediatamente, uma luta estratégica a favor de uma proporcionalidade mais justa e fraterna da riqueza e da pobreza.

Reivindicamos que todas as pessoas que ocupam postos de chefia comecem a

C

*erca de mil crianças
brasileiras morrem por dia,
antes de atingirem o primeiro
ano de vida, em consequência
da fome.*

fazer algo concreto pela Proporcionalidade Salarial, para que possamos sofrer e gozar juntos o bem comum. Para que meia dúzia não continue a ganhar, relativamente, tantos privilégios, e tantos não continuem a ganhar, relativamente, tão pouco.

Desse modo, pleiteamos uma **proporcionalidade salarial**, como já existe para os que ganham mais. Por exemplo, o Deputado Estadual, por Lei, não pode ganhar menos do que 2/3 do que ganha o Deputado Federal; o Vereador, por Lei, não pode ganhar menos do que 1/3 do que ganha o Deputado Estadual; o Desembargador, por Lei, não pode ganhar menos do que ganha o Secretário de Estado; o Dentista, por Lei, não pode ganhar menos do que ganha o médico, etc. . .

Então, propomos, como primeira prioridade, que, por enquanto, o piso do pessoal do Magistério (e os de nível de escolaridade assemelhado) que "ganham menos" (salário mais regência), numa carga horária de 25/15 horas, não deverá ser jamais inferior ao percentual de 7,14% do que "ganha mais" em nossa comunidade, que no momento é o Deputado Estadual, em torno de Cr\$ 14.000.000 por mês. E os demais percentuais mínimos não deverão ser jamais inferiores aos índices explicitados na tabela abaixo.

Para o alunado, pleiteamos, imediatamente, refeição completa, passe livre de transporte, assistência médico-odontológica (obturação e tratamento de canal), maior permanência escolar, amplas reformas físicas, construção de novas escolas e fornecimento gratuito de manuais, apostilas e "sínteses de aulas modulares".

Pleiteamos, também, 60% da carga horária do professor — de acordo com o espírito da Lei nº 5.692/71 do MEC e conforme já ocorre nas Universidades Federais — para que ele possa se dedicar melhor às atividades extraclasse da escola-comunidade. Para que o professor, antes de tentar mudar o programa curricular, familiarize-se, em tempo integral, com as aspirações da Pré-Libertação, discutindo as filosofias, teologias, ideologias, objetivos, metas, doutrinas, experiências vivenciais e tudo que se referir às apologias da libertação material e intelectual do brasileiro.

Desse modo, discutindo sindicalismo, posse da terra para os que vivem e trabalham nela, municipalismo, reformas gerais, casa própria, constituinte, etc. . ., ajudaremos a orientar melhor o alunado para a vida.

E para que, enfim, a sinergia intelectual e volitiva do professor fortaleça e dignifique o Magistério, pleiteamos que haja eleição para todos os cargos de chefia. Pois só assim, preenchendo esses cargos de chefia com pessoas patrióticas, competentes e honestas, ajudaremos a libertar milhões de brasileiros da escravidão cultural, que nos mantém no pauperismo crônico, na nossa indignância e desconhecimento.

Nível Escolar		% — maior ganho	mensal
Ma. PDP (1º grau)	25h	7,14	sobre Cr\$ 14.000.000 — Cr\$ 999.596
Ma. P. 1 (2º grau)	25h	10,0	" " Cr\$ 1.400.000
Ma. P. 2 (Est. Adic.)	15h	10,8	" " Cr\$ 1.512.000
Ma. P. 3 (Lic. Curta)	15h	14,9	" " Cr\$ 1.972.000
Ma. P. 4 (3º grau)	15h	19,2	" " Cr\$ 2.690.000
Ma. P. 5 (Especialização)	15h	22,02	" " Cr\$ 3.082.000
Ma. P. 6 (Mestrado)	15h	23,07	" " Cr\$ 3.229.000
Ma. P. 7 (Doutorado)	15h	24,00	" " Cr\$ 3.360.000

A hora é de plantar milho e acabar com o subsídio ao trigo

Valdo França*

Oração do Milho

Cora Coralina

*Senhor, nada valho.
Sou a planta humilde dos quintais pequenos e das lavouras pobres.
Meu grão, perdido por acaso,
nasce e cresce na terra descuidada.
Ponho folhas e hastes, e se me ajudardes, Senhor,
mesmo planta de acaso, solitária,
dou espigas e devolvo em muitos grãos
o grão perdido inicial, salvo por milagre,
que a terra fecundou.
Sou a planta primária da lavoura.
Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo
e de mim não se faz o pão alvo universal.
O Justo não me consagrou Pão de Vida, nem
lugar me foi dado nos altares.
Sou apenas o alimento forte e substancial dos que
trabalham a terra, onde não vinga o trigo nobre.
Sou de origem obscura e de ascendência pobre,
alimento de rústicos e animais do jugo.*

o o o

*Fui o angu pesado e constante do escravo na exaustão do eito.
Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
Sou a farinha econômica do proletário.
Sou a polenta do imigrante e a miga dos que começam a
vida em terra estranha.
Alimento de porcos e do triste mu de carga.
O que me planta não levanta comércio, nem vantagem dinheiro.
Sou apenas a fartura generosa e despreocupada dos paióis.
Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.
Sou o canto festivo dos galos na glória do dia que amanhece.
Sou o cacarejo alegre das poedeiras à volta dos seus ninhos.
Sou a pobreza vegetal agradecida a Vós, Senhor,
que me fizestes necessário e humilde.
Sou o milho.*

O Brasil importou diversos hábitos e costumes, formando culturas peculiares de acordo com a adaptação de seus colonizadores às diversas situações sócio-econômicas-culturais e ambientais das regiões em que se fixaram.

O trigo, por exemplo, foi trazido pelos europeus desde os primeiros tempos coloniais e a sua fixação agrícola se deu no Sul do país. A proliferação de milhares de pequenos moinhos coloniais atendeu não só ao consumo regional como também aos mercados dos estados vizinhos.

O desenvolvimento industrial da panificação e do pastifício gerou uma linha de produtos alimentícios de pronto consumo e fácil preparo, como, o pão e o macarrão. O sabor, o poder calorífico, a facilidade de consumo e os preços baixos cativaram o paladar e a preferência do consumidor brasileiro.

Os preços baixos desses produtos são conseguidos graças a generosos subsídios e facilidades dadas às indústrias importadoras, moageiras e distribuidoras dos derivados do trigo. O "lobby" do trigo é exercido basicamente por trinta grandes grupos econômicos que, através de pressão econômica e arranjos políticos, centralizaram o setor em 190 grandes moinhos sofisticados, em detrimento dos moinhos coloniais.

A centralização industrial e comercial desse setor, juntamente com os subsídios e benesses fiscais do governo, propiciaram uma avalanche de anúncios nos meios de comunicação e a consequente massificação do consumo dos derivados do trigo. A substituição de hábitos começa pela merenda escolar, atingindo até mesmo as pequenas cidades do interior e a zona rural do país. O milho, a mandioca, o arroz, o inhame, o cará, a batata doce, a fruta-pão, a abóbora moranga, a pupunha e outros alimentos regionais outrora consumidos preferencialmente em grande escala já são preteridos pelo macarrão, pão, biscoitos e outros alimentos industrializados a partir do trigo.

O consumo brasileiro de trigo, para 1985, está previsto em 6,5 milhões de toneladas e estima-se a produção em 1,5 milhão de toneladas. O déficit a ser importado caso seja mantida a mesma política atual para o trigo será de 5 milhões de toneladas, com

*Engenheiro Agrônomo, atua na Ação Ecológica no Campo e na Cidade. São Paulo/SP.

POLÍTICAS

uma evasão de divisas da ordem de 750 milhões de dólares, ou aproximadamente 4 trilhões de cruzeiros. Estes recursos serão canalizados aos agricultores canadenses e americanos, em detrimento do sofrido agricultor brasileiro. Depois do trigo importado, o transporte, a indústria de moagem, a distribuição, a comercialização a preços artificiais, acessíveis ao consumidor de baixa renda, exigem mais 5 trilhões de cruzeiros de subsídios.

A retirada desses subsídios traria uma retração imediata do consumo de pelo menos 25%, gerando uma economia de 1 trilhão de cruzeiros pela diminuição de 1,25 milhão de toneladas de grãos importados.

O montante economizado, totalizando 6 trilhões de cruzeiros, poderá ser dirigido imediatamente para o subsídio das culturas de mercado interno. O estímulo e a incorporação de novas áreas poderá somar 10 milhões de hectares plantados, principalmente com milho, arroz, trigo, mandioca, sorgo e outros produtos básicos. A produção dessa área acrescentará no mínimo 20 milhões de toneladas na oferta de alimentos no mercado a preços mais acessíveis à população de baixa renda. A instituição e o subsídio, agora com um caráter nitidamente social, da cesta alimentar básica para essa população, seria fator decisivo para ampliação do mercado consumidor, com novas demandas e viabilização econômica do produtor de alimentos para o mercado interno. O subsídio não deve exacerbar o paternalismo, mas ser implantado com bom senso pelo governo para, através da eliminação do ICM, taxas de Funrural e adoção de outras facilidades, concretizar a comercialização direta do produtor ao consumidor, sem a interferência de intermediários.

O poder público deve difundir, pelos veículos de comunicação de massa e pelo sistema educacional, todas as vantagens econômicas e nutricionais dos produtos típicos regionais na alimentação humana.

A incorporação de novos hábitos alimentares, desde que possuam viabilidade econômica e sejam produzidos com os próprios recursos regionais, poderão abrandar a fome, melhorar a nutrição e a saúde do povo.

Como exemplo de maus hábitos alimentares, pode-se citar o beneficiamento e polimento dos cereais, arroz e trigo principalmente. A indústria de moagem do trigo aproveita apenas 78% da totalidade do grão. Os 22% restantes, compostos de germe e películas, ricos em vitaminas oleosas, proteínas e fibras, são dirigidos à ração animal.

Os prejuízos para a saúde do consumidor e a economia do país decorrentes dessa prática são incalculáveis a longo prazo, e,





Douglas Lynch

Basicamente apenas o pequeno agricultor ainda prepara a terra para o cultivo do milho

a curto prazo, significam 1 trilhão de cruzeiros anualmente, computando-se esse percentual (22%) do grão importado que é destinado ao consumo animal.

Apenas a mudança no hábito alimentar, incluindo o consumo dos derivados do aproveitamento integral do trigo, poderá diminuir 22% do volume de trigo importado, ou 1 milhão de toneladas. A mistura da farinha de trigo com as farinhas derivadas de milho, mandioca, soja, sorgo etc, significaria uma diminuição de pelo menos mais 25%, aproximadamente 1 milhão de toneladas.

As economias com a retração do mercado, substituição de hábitos de consumo, o uso integral do grão e misturas diversas com sucedâneos propiciarão uma redução de 70% (3,5 milhões de toneladas) do trigo importado e, conseqüentemente, economia anual de 500 milhões de dólares para o país.

Trigo. A cultura do trigo é favorecida por inverno ameno com temperatura média de 20°C, boa insolação e umidade no solo durante a fase reprodutiva. Os sólidos ácidos com presença de alumínio e manganês e pouca disponibilidade de nutrientes não são propícios à cultura do trigo. Em função dessas particularidades, o trigo no Sul do país tem atingido péssimas produtividades (médias de 500 kg/ha). Mesmo sendo a cultura desse grão conduzida por agricultores experientes e com todos os insumos modernos, o trigo ainda não possui variedades bem adaptadas às microrregiões climáticas do Sul. Para o Cerrado do Brasil Central, existem boas variedades, geneticamente adaptadas ao plantio durante a seca, e para isso depende-se apenas de investimentos na irrigação e recuperação da fertilidade do solo. A produtividade dessas áreas tem atingido 2400 kg/ha, marca muito promissora, mas a expansão das áreas plantadas encontra-se amarrada pela falta crônica de capital para investimentos nesse setor. Conseqüentemente, a auto-suficiência brasileira de trigo não será possível a curto e médio prazos.

A Força do Milho. A cultura do milho, ao contrário da cultura do trigo, é nativa da América e totalmente adaptada às diversas

condições climáticas do continente. O milho já alimentou todas as grandes civilizações americanas: maias, astecas, incas e diversas nações indígenas do Xingu ainda hoje cultivam variedades primitivas de milho. O México e todos os países da América Central e do Sul usam preferencialmente e intensivamente o milho. Existem infinitas variedades de receitas, utilizando-se o milho desde a sua fase verde até os subprodutos, como o fubá, farinha, canjica, xerém etc. Essas receitas agradam a qualquer paladar, não existindo, desta maneira, um motivo concreto, a não ser os escusos interesses econômicos que só privilegiam os países exportadores desse grão, para o uso preferencial do trigo em todas as mesas brasileiras de hoje.

Economicamente, o milho ocupa lugar de destaque na agricultura brasileira como resultado do esforço de 3 milhões de agricultores que plantam em uma área aproximada de 11 milhões de hectares. A média de produtividade está em torno de 2.000 kg/ha mas o seu potencial produtivo ultrapassa os 10.000 kg/ha. Em Santa Catarina, é muito comum a produtividade de 5.000 kg/ha, em propriedades adubadas organicamente. Este dado mostra que, apenas com a melhoria do solo com matéria orgânica, o Brasil pode duplicar o volume produzido atualmente, de 20 milhões de toneladas. Desse total, pouco mais de 3 milhões de toneladas são consumidas pelo homem, o restante é destinado para ração animal, na produção de proteína cara e inacessível às classes pobres.

O milho é viável técnica e economicamente em qualquer dimensão de terra disponível e em todo o território nacional. As características de adaptabilidade climática, facilidade de plantio e atração do paladar do consumidor pelos derivados do milho podem servir como elementos impulsionadores da expansão dessa cultura a nível de cinturão verde das cidades e também nos terrenos baldios, quintais e outras áreas ociosas do espaço urbano.

A economia do milho pode se desenvolver ainda mais com a ampliação da indústria do óleo e com o uso industrial na panificação e pastifício do farelo pré-gela-

tinado, sendo simplesmente moído junto com o grão de trigo na proporção de até 25%.

É justo que qualquer cidadão tenha acesso ao alimento de acordo com sua vontade e preferência. Injusto é o subsídio público para hábitos alienígenas, com empobrecimento e fome para a grande parte da sociedade, principalmente para as classes mais pobres.

A retirada imediata do subsídio para o trigo e a obrigatoriedade de aproveitamento integral de pelo menos 50% do trigo industrializado no país, mais o incremento de diversas misturas com sucedâneos da soja, do milho, sorgo, sarraceno etc., poderão propiciar uma farinha mais nutritiva e econômica para a indústria de panificação e pastifício. É claro que esta mudança de hábitos terá de ter o apoio econômico do governo. Este apoio deve centrar-se basicamente no subsídio ao agricultor, para a diminuição dos custos da matéria-prima sucedânea, na isenção do IPI para as indústrias de panificação e pastifício que assumirem a mudança do processo.

O governo, através da merenda escolar, da alimentação nos presídios, dos programas de calamidade pública etc., absorveria grande parte desta produção para viabilizar o custo das indústrias pioneiras.

Pró-Fubá. Além da viabilização desta farinha econômica, a implantação de um programa específico para o fubá de milho integral poderá resgatar velhos hábitos de consumo e melhorar substancialmente a alimentação de todo o povo trazendo benefícios para a saúde e a economia popular.

O grão de milho simplesmente moído resulta do fubá integral, que contém todos os componentes nutricionais do cereal. Devido à presença do germe rico em óleo, este derivado tem tempo útil para o consumo, grosseiramente estimado em torno de três dias. A partir desse prazo, começa a ficar rançoso, com a oxidação do óleo. O fubá rançoso é prejudicial para a saúde, mas o recém-moído é saudável, sendo o seu poder nutritivo melhorado significativamente através da mistura com a farinha de soja.

A estrutura de comercialização e popularização do uso do fubá poderá ser a própria rede Somar. Toda loja deve munir-se de um pequeno moinho com depósito de acrílico transparente para que o consumidor possa ser estimulado a consumir o fubá fresco.

A campanha para o uso do fubá deve se valer da divulgação de inúmeras receitas de cuscuz, polenta, broas, tortilhas etc., incluindo-se dados, valores alimentícios e informações antropológicas da cultura latino-americana. O poema de Cora Coralina é o exemplo dessa necessária visão.

Pelo fim da velha prática autoritária

Victor I. Gentili*

Como construir uma democracia estável no Brasil sem um sistema partidário coerente e enraizado na sociedade e sem movimentos sociais pujantes, representativos e politizados? Esta talvez seja uma das grandes dificuldades que o país — e o Espírito Santo — começam a enfrentar, nesta nova etapa da vida nacional, que podemos qualificar como a fase final da transição democrática. Se até o ano passado o grande entrave para a construção de uma democracia no país era o regime autoritário, isto é, os seus inimigos, o problema agora tende a se inverter, já que não se trata mais de, apenas, retirar os entraves, os obstáculos, limpar o terreno, mas de efetivamente iniciar a construção do edifício democrático, colocando tijolo sobre tijolo no lento trabalho de concretizar e consolidar instituições políticas democráticas e sólidas.

A maturidade política exigida dos atores sociais no momento atual implica, antes de tudo, neste processo constituinte em que ingressamos, na capacidade de se viabilizar novos palcos e cenários onde se desenrolarão os inevitáveis conflitos de interesses da sociedade brasileira, cujo processo recente de modernização conservadora tornou incrivelmente complexa e carregada de tensões.

O Brasil de hoje, apesar das aparências, não é o mesmo de há vinte anos. No dizer de Wanderley Guilherme dos Santos, “nos últimos vinte anos o país cresceu, urbanizou-se, capitalizou-se, reprivatizou-se, reestruturou-se ocupacionalmente, educou-se, reordenou-se e tornou-se extraordinariamente mais complexo”.

Ora, é indiscutível que, diante de um quadro destes, a prática política dos representantes da sociedade civil não será eficaz, e, portanto, será incapaz de fazer valer a representação de seus interesses, se não se ajustar às novas condições impostas pela modernidade.

Unicamente como ilustração, basta ver a incidência de conflitos sociais que o país vive basicamente a partir de 1978, com a entrada em cena do novo proletariado e a enorme variedade de temas capazes de mobilizar e organizar setores sociais como negros, mulheres, homossexuais, mutuários,



consumidores, ecólogos etc.

Trata-se, hoje, de dar um conteúdo claramente político aos movimentos sociais e de imbricá-los com a ação política partidária, fundamental para dar-lhes conteúdo e presença no cenário político.

Viabilizada esta empreitada coletiva, ficam postas as condições para a edificação de uma democracia pluralista e de massas, estável e apta a ser aprofundada no curso posterior dos conflitos sociais e da ação política.

Estariam, no entanto, a sociedade e suas instituições “prontas” e conscientes da urgência e da importância desta ação? O autoritarismo, o corporativismo, o clientelismo, os favorecimentos são heranças de um passado hoje incorporadas no cotidiano da sociedade que permeiam os próprios agentes da transição e das quais não será com pouco esforço que poderemos nos desvencilhar. A insistência com que se recusam a desaparecer (ou ao menos tornar-se algo excepcional e residual) forçando a convivência entre o “velho” e o “novo” e criando problemas adicionais à transição é um sintoma do grau de fragilidade em que ainda se encontram as instituições democráticas da sociedade civil.

Acrescente-se ainda como complicador o quadro de miséria e desigualdade social, ampliado de forma extraordinária nos últi-

mos vinte anos e que se agravou sobremaneira nestes últimos anos com a recessão econômica e o desemprego dela decorrente.

A superação desta imensa crise (econômica, política, social, moral), de qualquer forma, só pode se dar pela via da ação política. É hora de fazer política. Abertamente, ostensivamente, às claras. É hora de participar, de cobrar, de questionar. De desmistificar as verdades absolutas. De romper, definitivamente, com as ilusões do messianismo nos movimentos sociais e políticos.

Aprender a conviver com a democracia é aprender a conviver com as derrotas e meias vitórias, com as concessões; é entender que interesses e visões de mundo não são iguais e, portanto, inexistente monopólio no campo das idéias. A convivência com a diversidade e a pluralidade é a base da convivência democrática e exige, de todos os lados, posturas tolerantes e generosas.

Àqueles que se julgam abrigados no manto do progresso social, é urgente uma reflexão sobre sua teoria e ação, militem em seus partidos, seus sindicatos ou seus bairros. Que compreendam, definitivamente, a importância da democracia num país como o Brasil e assumam, portanto, ostensivamente, a luta pela sua conquista e aprofundamento.

*Jornalista, professor do departamento de Comunicação Social da Ufes e diretor da Adufes.

ESTUDOS & PROJETOS

Estudos Populacionais projetam a rede urbana do ES até o ano 2010

Sueli Campo*

Início dos anos 60. No município de Ecoporanga e próximo ao distrito de Imburana, o povoado de Santa Efigênia está cada vez mais próspero. Os moradores só não imaginam que essa prosperidade vai durar tão pouco. A secular briga pela posse da terra faz com que muitos moradores sejam assassinados por jagunços a mando de um grileiro da região. Já nessa época, os populares que passam por Santa Efigênia costumam dizer: esse povoado vai acabar já. E Santa Efigênia acabou mudando de nome. Passou a se chamar Cabajá. O tal grileiro conseguiu incorporar o povoado às suas terras e os moradores que restaram decidiram ir embora com medo de terem o mesmo destino de seus companheiros. Por volta de 1965, quase não mais restavam vestígios de que algum dia existiu ali um povoado. O Cabajá, hoje, existe apenas na lembrança dos moradores antigos de Ecoporanga.

O que ocorreu em Cabajá poderia ter acontecido em qualquer outro lugar de dimensões maiores e por motivos diferentes. Afinal, como e por que nasce, cresce e declina uma cidade, como e por que amplia ou restringe sua área de influência?

Para responder a essas questões e projetar a população urbana das sedes dos municípios, vilas e povoados acima de 40 casas, até o ano 2010, uma equipe de 11 pessoas do IJSN, em convênio com a Cesan, percorreu durante um ano 283 aglomerados em todo o estado do Espírito Santo. Pela primeira vez foi possível fazer um levantamento completo da rede urbana com as respectivas vinculações funcionais e econômicas na ordem local, as fronteiras do crescimento observado e o comprometimento com a zona rural e outras áreas.

Através dos tempos tem-se observado que a ordem econômica é que determina as características de cada aglomerado e os resultados obtidos pelos pesquisadores da própria equipe demonstram que isso não mudou. O principal fator que in-



Existe apenas uma escola recentemente construída no local onde era o Cabajá...

Douglas Lynch

fluencia o crescimento de uma cidade é a forma como a economia é produzida — estrutura produtiva rural, estrutura fundiária, relação de produção, tipo de bens e serviços oferecidos, intermediação de produtos — e o sistema viário, que não é determinante.

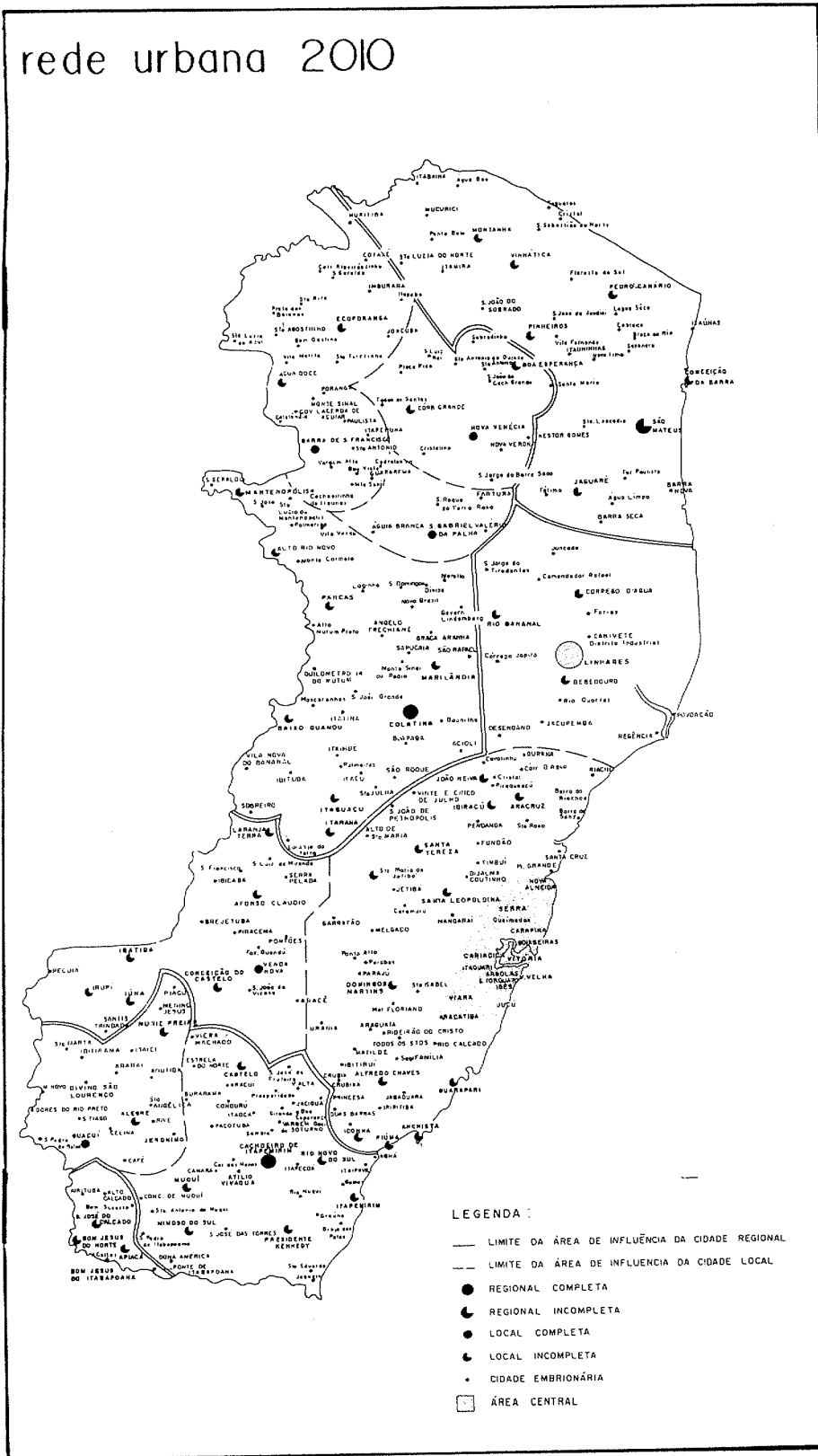
Até o ano 2010, o litoral norte, Linhares e a área central do estado são as regiões que mais irão crescer. Se na década de 60, as principais cidades regionais eram Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, além de Vitória, e o café era o produto predominante em todo estado, com exceção do

litoral sul e extremo norte, hoje a situação é muito diferente. Existe uma nítida especialização do espaço. A Grande Vitória se firmou como centro industrial e de serviços especializados, ampliando sua área de influência direta. Surgiram pólos importantes como Linhares e São Mateus que até 1968 não passavam de cidades locais. Em contrapartida, há uma reestruturação das áreas internas de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, com um grau de especialização urbana cada vez maior, tendo sob sua área de influência uma ou mais cidades locais, consolidando-se como

*Jornalista, Técnico do IJSN (Redatora da Revista)

ESTUDOS & PROJETOS

rede urbana 2010



cidade regional. A área central de cada região é que vai gerar as atividades de produção.

Atualmente, as regiões que mais crescem são três: a de São Mateus especializada em pecuária leiteira, a região central, próxima à Grande Vitória, que promete especializar-se em olericultura e o litoral norte, onde predomina a plantação de cana e eucalipto, grandes fazendas de pecuária e cacau e de culturas como o mamão e a pimenta-do-reino. Essa região é marcada por grande concentração de terra, tendo como mão-de-obra usual os bóias-frias que se localizam às margens da BR-101 Norte ou então na cidade de São Mateus. O objetivo desse tipo de produção não é mais a reprodução simples da família e do parceiro, mas a acumulação de capital. Já no sul do estado, onde predomina a cultura do café, a estrutura fundiária é baseada na pequena propriedade que utiliza a mão-de-obra familiar. Nas regiões onde a ordem econômica já está estruturada, sul do estado por exemplo, torna-se mais difícil o ingresso de capital externo. O grau de resistência às mudanças é maior.

As informações mais específicas de cada povoado como dados sociais, políticos, culturais, econômicos e demográficos, infra-estrutura urbana e rural, a relação com a rede urbana e os croquis dos povoados, caracterizando o uso do solo, foram organizadas num único volume, Perfil dos Povoados, a fim de subsidiar futuros trabalhos a serem desenvolvidos pelo IJSN.

Nas cidades e povoados balneários, a pesquisa foi mais específica devido à população flutuante que durante o ano inteiro, e principalmente nos períodos de férias, visita esses locais.

A metodologia utilizada pela equipe para execução do trabalho foi fundamentada em entrevistas, com um roteiro de perguntas, croquis dos povoados, mapa em escala de 1:50.000, relação de sedes, vilas e povoados de cada município com o número de domicílios e população (IBGE), tabela de população urbana e rural e da situação econômica municipal de 1970 e 1980 (IBGE), relação de estabelecimentos agrícolas por faixa de área e taxas de atividades por setores econômicos de 70 e 80 (IBGE), relatório municipal do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - PDRI -, contendo informações sobre produção agrícola e a relação de estabelecimentos industriais. Em seguida, esses dados foram analisados e compilados, gerando os 4 volumes que compõem os Estudos Populacionais para cidades e povoados do Espírito Santo - 1985/2010.

O processo de formação e incremento dos assentamentos urbanos está inexoravelmente ligado às transformações sócio-econômicas em processo no contexto capixaba. Contudo, inegável é a participação popular que, através de suas tradições culturais, imprime sua marca, perpetua o seu *modus vivendi*, oferecendo maior expressão às vilas, povoados e cidades capixabas. Assim têm sobrevivido muitos núcleos urbanos, onde apelidos ganham a força da terra (que nem mesmo a força da lei consegue demover).

Douglas Lynch



ESTUDOS & PROJETOS

Como nascem os nomes dos povoados

*Antonio Carlos Maia Figueiredo**

A 10 quilômetros de Cachoeiro de Itapemirim, cortado por um bonito riacho e cercado por colinas verdes, está o patrimônio de Córrego dos Monos. Conversando com o Sr. José Tavares, residente há 50 anos no lugar, fica-se sabendo a origem do topônimo. Os primeiros moradores da região, sempre que iam buscar água no córrego, deparavam com um bando de macacos. Surgiu então o primeiro nome do povoado: Córrego dos Macacos, mais tarde transformado em Córrego dos Monos, devido a designação genérica dos Monos-carvoeiros.

Ainda nesse município, encontra-se Gironde. Pequeno povoado economicamente ligado à extração de mármore. Gironde foi ocupado por imigrantes portugueses que assim batizaram a localidade em homenagem às suas origens.

Bem perto, na mesma região de extração de mármore, aparece o povoado de Sambra. Esse patrimônio cresceu em fun-

ção de uma indústria de extração e beneficiamento de mármore. Essa empresa, de origem do sul do País, chamava-se S/A Mármore do Brasil, Sambra. Há alguns anos, a empresa foi comprada por um grande empresário cachoeirense, que trocou o nome da firma para Mármore Brasileiros S/A, Marbrasa. O povoado, no entanto, mantém o nome de origem: sambra.

No município de Domingos Martins, Peroba e Paraju são frutos de homenagens à abundância de madeira nobre que existia na região. Os madeireiros foram os pioneiros no desbravamento do território capixaba. Foram eles que limpavam a mata para o nascimento das cidades embrionárias e para o plantio de café. Esse ciclo madeira-café foi o maior responsável pelo surgimento de pequenos aglomerados, para dar suporte às atividades ligadas ao setor primário.

Ponto Alto, no mesmo município tem

uma característica peculiar: denominado assim por ser o lugar mais alto do município e do rio Jucú, o verdadeiro nome do aglomerado seria Ponto do Auto. Quem faz essa revelação é o Sr. Hans, Oscar. Explica ele que o lugar era o último ponto do ônibus que fazia a linha para a sede do município e para Vitória. Não se sabe o motivo que foi trocado pelas autoridades.

O mesmo acontece com a Vila de Aracê, também em Domingos Martins. Um vereador, no afã de desenvolver o loteamento de Pedra Azul, a alguns quilômetros de Aracê, conseguiu levar a sede do distrito de Aracê para o loteamento. Local ideal para o desenvolvimento de uma comunidade, por se tratar de área de turismo, hoje já é chamado de Nova Aracê e o antigo distrito ficou entregue ao descaso e agora é conhecido com Velha Aracê.

No norte do estado, a ocupação do ter-

*Auxiliar técnico do IJSN e aluno do curso de História na Ufes.

ESTÁBULO DE ANELOS

ritório se deu mais recentemente, e por isso a memória do povo ainda é mais forte. Em Itabaiana, patrimônio do município de Mucurici, e o mais distante de Vitória, tem muitas histórias interessantes. Localizado na fronteira de Minas-Bahia-Espírito Santo, até o começo da década de 60, pertencia ao estado de Minas Gerais. Por essa época era conhecida por "Coco Pelado", por causa da bela careca do sr. João Lopes, proprietário das terras onde se originou o povoado. O patrimônio progrediu muito, como atestam os moradores, e chegou a ter uma feira de produtos rurais muito famosa. Chegavam vendedores e consumidores de toda parte. Acontecia que, certas épocas, eram tantos os vendedores que alguns não conseguiam vender seus produtos e tinham que retornar para casa com os legumes, frutas, etc; aí nasceu o apelido de "Volta Quiabo", dado pelos produtores e ainda hoje lembrado pelo sr. Antonio Couto, vereador e proprietário do bar do povoado.

Dessa região desciam as carretas carregadas de madeiras. Era uma aventura viajar por essas bandas, pois quase não tinha estradas. Existia uma parada à beira da estrada para tomar um café e, ocasionalmente, para passar a noite. Aí surgiu Ponto Belo. Esse patrimônio foi crescendo e hoje é maior que a sede do município, Mucurici. Naquela época, Ponto Belo tinha o apelido de "Bozó", nome dado à um albergue para

os madeiros pernovernarem. Era um galpão grande, sem divisões internas e que atendia só aos homens. Hoje, no mesmo local funciona uma pensão que serve o melhor almoço da região.

O vizinho município de Montanha (conhecido antigamente por "Palha", devido às construções das casinhas de telhado de palha), também prosperou com a extração de madeira, surgindo vários povoados que serviam de base para essas atividades. Ramal da Fumaça hoje está "dando prá trás" como dizem por lá, mas na época, o Ramal 17, divisão de terras para a retirada da madeira, tinha uma serraria a vapor, que quando trabalhava enfumaçava todo o patrimônio. Hoje só se encontram os escombros dessa raríssima serraria.

Dois patrimônios vizinhos no município de Pinheiro mantêm uma sadia rivalidade. Cada um coloca um apelido no outro. Assim Vila Fernandes e São José do Judiá são conhecidos, o primeiro por "Facaço Lascado", motivado por uma briga que aconteceu durante um baile, em que um indivíduo desembaiou um imenso facão e o povo saiu correndo. Já São José do Judiá tem cognome de "Ranha", pois sua população é considerada ranheta, ranzinza, na gíria local.

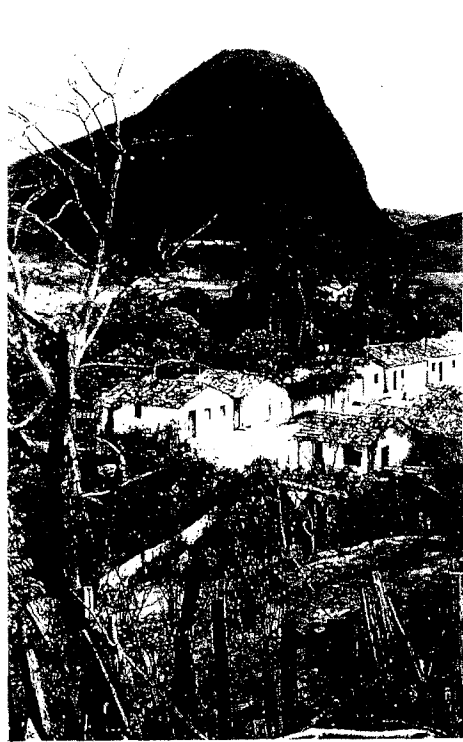
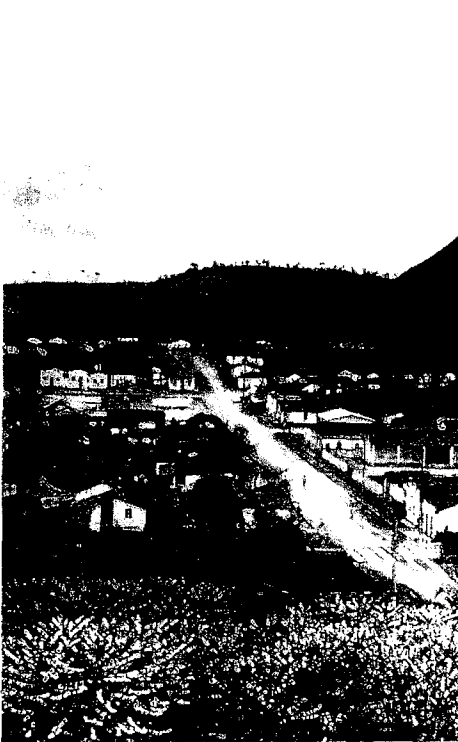
No município de Boa Esperança, entre plantações de feijão, milho, arroz e café, ergue-se o patrimônio de Sobradinho, nome

esse devido à existência, no início da colonização da região, de um bonito sobrado no fim da rua principal. Esse sobrado pertencia ao benfeitor do patrimônio, e infelizmente, foi tombado ao chão, antes de ser "tombado" pelo patrimônio histórico estadual.

São Luís Rei, patrimônio localizado no norte do município de Nova Venécia, era conhecido na região como "Patrimônio dos Bêbados", pois existia muita "bagunça". Até que o cabo Vitalino botou ordem no local. Informações do povoado dizem que o Cabo vive hoje no bairro de São Torquato, em Vitória.


São João da Cachoeira Grande, às margens do Rio do Norte, até na prefeitura de Nova Venécia é conhecido como "Patrimônio do Bis". A família Bis foi quem doou as terras que deram origem ao povoado.

Os imigrantes europeus foram grandes responsáveis pelo aparecimento de vários povoados no interior. No município de Santa Tereza encontramos dois patrimônios bem próximos: São João de Petrópolis e Santo Antônio de Pádua. O primeiro tem o apelido de "Barracão de Petrópolis", local onde os madeiros pernovernavam. Já Santo Antônio de Pádua tem o cognome de "Patrimônio dos Polacos", em homenagem à colônia polonesa, que aqui chegou no começo do século.



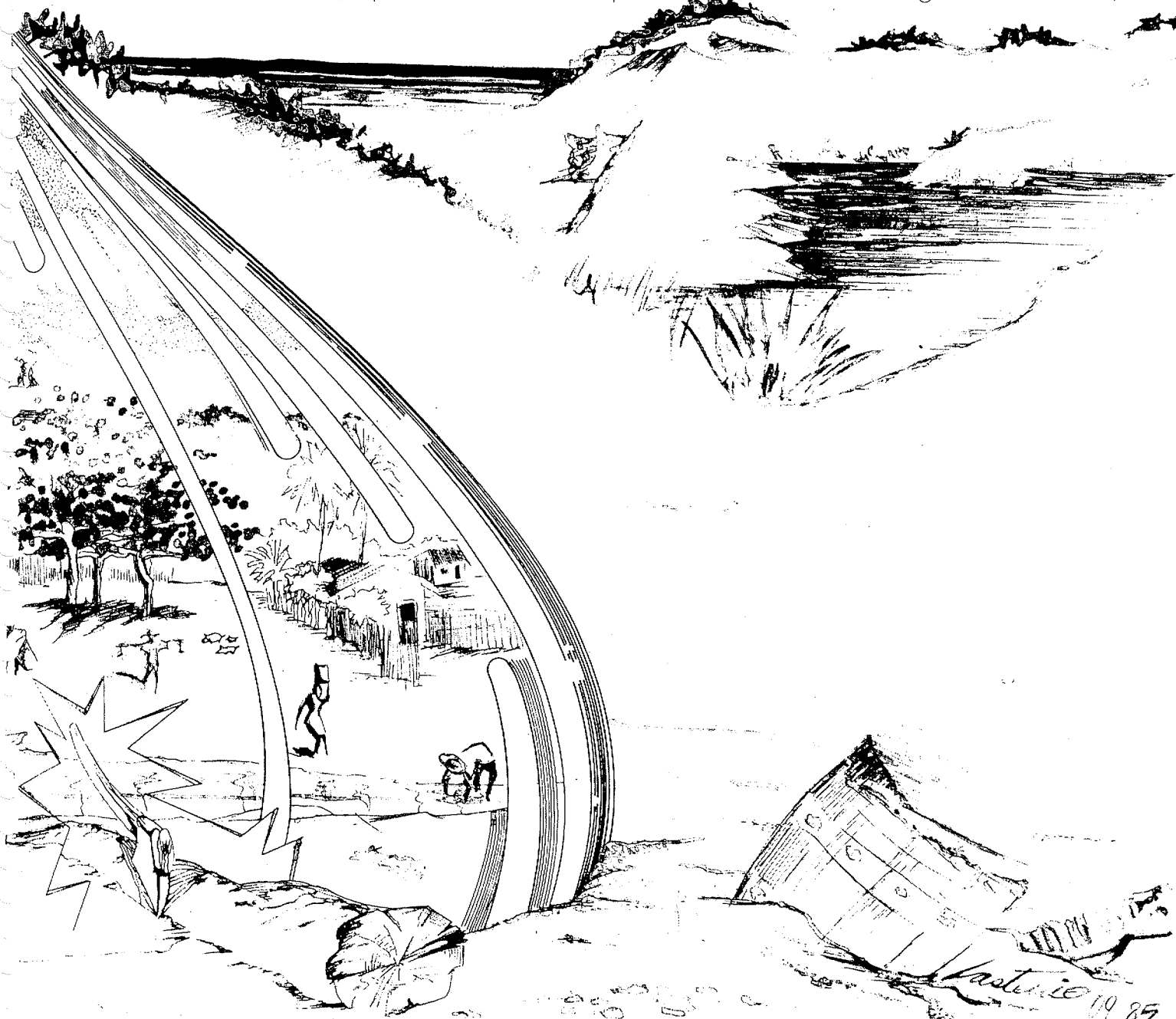
Douglas Lynch





... e foi todo mundo saindo,
foram desmanchando as
casas e levando pro outro lado do rio.
Só ficaram as pedras da
igreja antiga, o cemitério e o mastro.

(Depoimento de D. Mariquinha, ex-moradora da antiga Vila de Itaúnas)



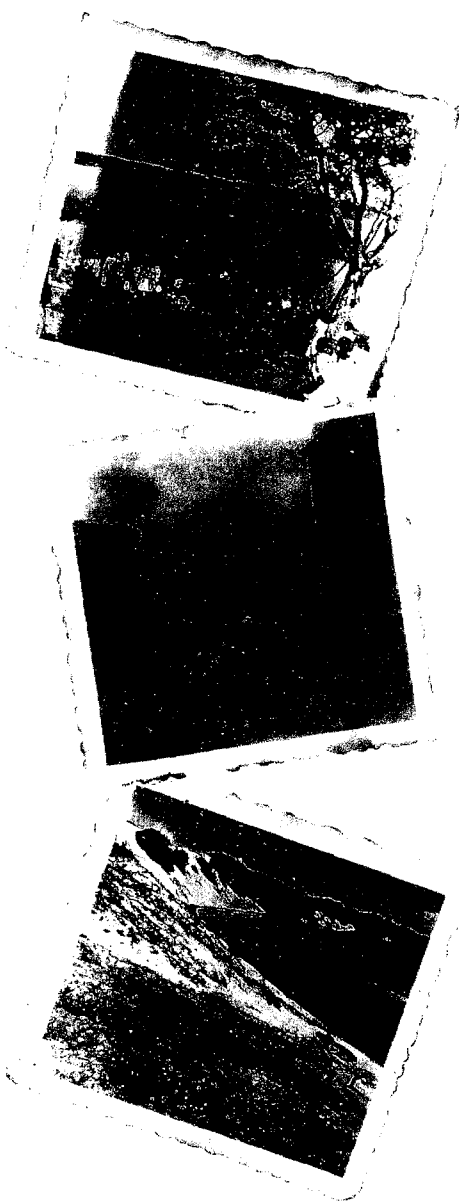
Vastine 19.85

HISTÓRIA

Itaúnas. Vento...areia...tempo!

*Heloísa Dias Figueiredo **
*Rômulo Cabral de Sá ***

Aos 94 anos, Oscar Borges não vai assistir, da antiga Vila de Itaúnas, a segunda passagem do Cometa Haley, neste século. Oscar Borges, Pulquério Alves dos Santos (Antero), Messias Félix de Gouvêa, Tobias Miguel, Raihvil Bonelá Filho, Euclides dos Santos (Quindinho), Maria Vasconcelos (Mariquinha), Maria Penha Cabral de Sá, Gilda Benso (Piquitita) e todos os outros moradores da antiga Vila de São Sebastião de Itaúnas tiveram que se mudar. O sopro do vento, empurrando levas e levas de areia, soterrou a vila. Dunas onduladas substituem o burburinho das gentes que ali viveram... Essa visitação à Vila de Itaúnas não pretende reconstituir a história completa do lugarejo e de sua gente, nem tampouco explicar cientificamente o fenômeno de soterramento da vila. São dois os objetivos principais: registrar a versão dos moradores e fazer mais um alerta sobre os riscos que corremos com a agressão ao meio ambiente.



A pequena vila de Itaúnas, no extremo norte do Espírito Santo, não é apenas uma "quebrada" procurada por jovens turistas, ("barraqueiros", como são chamados pelos moradores da vila), atraídos pela vida simples de seus habitantes e o contato maior com a natureza. Suas dunas, principal atrativo turístico, encobrem uma outra vila mais antiga e, com ela, a cultura de um povo. Alguns remanescentes se lembram ainda da história que antecede o soterramento total da vila, consequência de mais um desacerto do homem com a natureza.

Itaúnas, que em tupi significa **pedras pretas**, deve-se à abundância com que pedras escuras eram encontradas no leito do rio. Alguns moradores, por outro lado, contam que as pedras pretas seriam os recifes de cor escura, da praia.

"Louça especial de bonita e pintura que fazia os índios foram achados na praia" (Raihvil)

"No início moravam os bugres. Depois vieram os "brasileiros", com Pedro Álvares Cabral, que escuraçaram os índios prá botar outra nação. Somos descendentes de índios com o povo de Álvares Cabral que botava cachorro e pegava aquelas indiazinhas para amansar e educar. Tinha muito preto. Eram nagô, vinham da África antes de irem morar na vila, viviam montados naquelas brenhas. Depois foram chegando, até que vieram pro comércio (a vila)". (Antero)

"O Barão de Timbuy (Olindo Gomes dos Santos), tinha um sobrado bonito e o lugar se chamava morro de Sta. Izabel. Ficava a três léguas de Itaúnas, na beira do rio Itaúnas. Tinha muitos escravos que depois da abolição ficaram por lá nas roças ou foram pra Barra e São Mateus". (Oscar)

O Sítio onde se instalou a Vila de São Sebastião de Itaúnas tinha excelentes condições físicas e naturais, com rios navegáveis, terras férteis e proximidade do mar. O povoado foi crescendo em função da fabricação da farinha e da exploração da madeira nas bacias do rio Itaúnas, principalmente no morro Dantas, hoje Pedro Canário.

*Socióloga, Técnico do IJSN (Membro do Conselho Editorial da Revista)

**Engenheiro Civil, Técnico do IJSN (Colaborador da Revista - ilustrações)

“Entre a praia e a vila, havia uma vegetação rasteira e muitas árvores frutíferas nativas: cajueiros, guriri, pitangueiras e cambucás. Nas ruas haviam grandes árvores frondosas como castanheiras (chapéu de sol) e gameleiras. As casas eram bem feitas, embora fossem de “estuque”; eram rebocadas e assoalhadas. Havia até um sobradinho da família dos Moraes. O local da igreja era a parte mais alta da vila”. (Gilda Benso, Piquitita)

O rio era navegável desde a barra da Guaxindiba até o morro Dantas. Isso facilitava o transporte da madeira em balsas, bem como o escoamento da farinha produzida na região até Conceição da Barra.

“A CIMBARRA (Companhia Industrial de Madeira da Barra) foi criada há mais de 45 anos. Antes da Companhia, os empreiteiros que tinha lá por cima já tiravam madeira. Era puxada a boi. Doze boi pra puxar uma tora. Encostava lá no ancoradouro, no morro Dantas, hoje é Pedro Canário. Vinha pela beirada, os boi puxando. Aí a madeira rolava, ia lá prá dentro dá gua. Aquilo era 4 a 5 vaqueiros puxando. Encostava umas 4 toras. Atravessava o varão. Batia a chapa. Passava o arame. Fazia aquela fileira grande. Tudo testado acorrentado direitinho. A gente embalsava elas. A maré ia descendo pelo rio, tudo embalsado. Aí cortava aquelas varas compridas e empurrava. A maré ia puxando. Fazia baraca em cima. Fazia comida. De morro Dantas até a Barra, tinha quando levava mês. Hoje não dá fundura.” (Raihvil)

A farinha era produzida nas casas de farinha por métodos artesanais (com bolandeira) e a produção era de 12 a 15 mil sacas por ano.

A farinha feita nas roças era transportada para Itaúnas em lombo de burro ou cavalo. Todos os sábados e domingos chegavam os carregamentos. A comercialização era feita diretamente com os comerciantes da Vila quase que exclusivamente num regime de “troca”. Desse modo, os pequenos produtores obtinham tecido, sal, fumo, cachaca e artigos de armarinho. Portanto, o comércio se constituía basicamente de armazéns de secos e molhados, funcionando também como entreposto da farinha.

A maioria dos habitantes da vila possuía pequenas propriedades de 40 a 100 ha nos arredores. Assim, além das roças de mandioca, plantava-se abóbora, laranja, café, aipim, melancia, cana, banana da terra etc, para subsistência. Alguns criavam gado, galinhas e porcos.

A dieta alimentar era complementada com a carne de caça, abundante na região, e com o pescado do rio e do mar. Era habitual as mulheres fazerem quitandas (bolo de aipim, bolo de fubá, cocadas, etc).



O cercado do cemitério desponta das areias brancas...

Douglas Lynch

Depoimento de Hermógenes Fonseca

Trecho do parecer encaminhando ao Conselho Estadual de Cultura, no processo sobre Itaúnas, pelo Professor Hermógenes Lima da Fonseca.

Nasci nessa região, nas margens desse rio, no sítio José Alves, nas perobas; ouvindo o barulho constante das ondas do mar do outro lado do rio. Te aprendi a conhecer os pássaros e distinguir os seus cantares, os seus gorgeios. Os animais silvestres, os peixes, as árvores frondosas, os arbustos e as relvas rastejantes. No rio, as plantas aquáticas — aninhas, golfas ou nenúfares —, as tiriricas, as flores brancas e lilases cobrindo o verde das margens. O negro escuro dos mangues, as garotas nas praias, os aratus, os goiamuns, as tariobas, as moreias, os siris açus, os caranguejos no bater das trevas na quarta-feira santa, a festa nupcial deles nas três primeiras luas do início do ano. Os gagirus nas praias com seus frutos vermelhos e as suas folhas que abaixam a taxa de insulina dos diabéticos; os oricuris de que se fazem chapéu de palha, as tabuas para esteiras, os murtinhos, os cajueiros, as cambucás, os pinheiros, as mangabas, os muricis e por aí a fora.

Que está acontecendo? Os “acalipes” (eucaliptos) tomaram toda a floresta e a fauna, isto é, toda espécie de bichos e pássaros procuraram abrigo no pantanal do rio de “pedras negras”, ou Itaúnas, como último reduto; como esta ná toada de Pedro Aurora, “A onça da reserva”.

Que diz o povo nos seus cantares do Reis-de-boi?

O povo vai morrer de fome
Ou comer erva daninha
Pruque raiz de acalipe
Nem dá pra fazer farinha

Dois ternos de Ticumbi, o do Antero e o do Boizado, além do de Conceição da Barra, do Mestre Terto. Quantos ternos de Reis-de-boi? É só procurar saber.

Qual o juízo que farão os nossos pós-teros sobre o nosso atual comportamento? Uns idiotas, uns bestas cúmplices de toda uma violência de destruição para satisfazer as multinacionais camufladas com nomes nacionais e testas-de-ferro de vendilhões da Pátria? De braços cruzados devemos a tudo assistir? Como um ônus do desenvolvimento econômico?

Ferve-me por dentro o sangue.

Ali há gente com uma cultura secular, bi-secular, ou tri-secular, que tem o direito à vida.

Há, pois, um manancial de coisas que justificam a pretensão do tombamento e é necessário ficar de olho na destruição de tudo isso pelo vinhoto, responsabilizando os autores e os “técnicos” que aprovaram o projeto das destilarias de álcool. Agora, antes que seja tarde demais para esperar-se um milênio para que a natureza se recomponha, enquanto nós devemos estar nas profundas do inferno, em um caldeirão de breu a 10 mil graus de temperatura e Lúcifer, de cem a cem anos, dando uma mexida com seu garfo.

Essa minha opinião, num parecer do meu próprio punho.

23.08.1985

A educação, antes da escola pública, que oferecia o curso primário, era feita por professores particulares em suas casas e, portanto, somente as "famílias de recurso" é que podiam custear o estudo dos filhos.

Como não existia médicos na vila, as doenças eram tratadas com remédios de "botica" (homeopatia), chás e banhos de ervas e raízes. O tratamento podia ser complementado com rezas e benzimentos. O curandeiro mais famoso era o DUCA TORA que, além dos habitantes da vila, atendia também outras pessoas da região e de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia.

Nos velórios, costumava-se "varar a noite" conversando e tomando cachaça. Por isso, era costume se referir a alguma pessoa à beira da morte como "fulano está perto de dar a cachaça".

As pessoas falecidas no interior (na roça) eram sepultadas na vila. O morto era transportado numa rede feita com um cobertor velho, atravessado por uma vara e carregado por duas pessoas.

A descendência, mesclada principalmente por índios, negros e portugueses, refletiu na prática religiosa e na devoção dos santos e suas festas.

"Dizem que o padroeiro antigamente era São Brás, santo de preto. Depois, quando entraram os brancos, na época do "carrancismo", mandaram tirar o São Brás e colocaram São Sebastião, santo guerreiro de branco. São Brás era santo de samba. Colocavam barril de cachaça no meio da rua e o samba rolava. O São Benedito veio acompanhando o preto da África que trouxe a brincadeira do Ticumbi" — (Folclore de Região). (Antero)

As festas mais importantes eram a de São Benedito (19 de janeiro) e a de São Sebastião, padroeiro da Vila (20 de janeiro). A proximidade das datas deve-se ao fato de o padre de Conceição da Barra ir à vila somente uma vez por ano. Isto é, por ocasião das festas. Como não eram celebradas missas no restante do ano, as pessoas se reuniam na igreja aos domingos para cantar "laidainhas" e rezar o terço.

A festa de São Sebastião era comemorada com procissão, missa e fazia-se a brincadeira do Alardo (encenação da luta entre mouros e cristãos). A de São Benedito, santo de devoção dos negros, tinha também missa e procissão, porém a brincadeira que se fazia era a congada (Ticumbi). As festas eram organizadas pelos festeiros, escolhidos em sistema de rodízio, a cada ano, entre os moradores da Vila. O festeiro custeava a comida, bebida, enfeites e o "foguetório".

Aos sábados se fazia os bailes com sanfona, que duravam dia e noite.

"Dizem que no tempo do carrancis-

mo" (carrancismo sabe o que é? é a idéia, é o orgulho), baile de branco era de branco, baile de preto era de preto, baile de caboclo era de caboclo. Hoje, tá branco com preto. Os 'colonheiros' (negros) falam assim: "Hoje tá branco cú-preto" (risos). (Antero)

No mês de dezembro, brincava-se o "Reis-de-boi", com vários personagens: a loba, a professora, o cavalo marinho, o vaqueiro e o boi. Os pontos altos da brincadeira eram a morte do boi, a tentativa de ressurreição e finalmente a partilha das carnes e órgãos que eram rimados com os nomes das pessoas da vila: "Focinho é pro seu Tiofinho; a rabada é pra rapaziada, as tripas finas prá meninas" e assim por diante.

Os antigos habitantes da vila, acostumados na fartura e nos festejos, não podiam imaginar que o destino da vila seria transformado.



Raihvil

A degradação da vegetação de restinga entre a vila e a praia deu início ao processo de soterramento da vila de Itaúnas pelas areias que já se alinhavam em dunas entre a mata e a praia, e que, no entanto, eram fixadas ao solo e barradas contra a ação dos ventos NE, predominantes na região, pela mata (restinga). Aproximadamente 8 km dessas matas foram derrubados. O fenômeno do deslocamento das dunas de Itaúnas, que alcançam até 20 metros de altura, chegou a soterrar toda a vila, obrigando a dispersão de seus moradores para as localidades circunvizinhas. Os mais carentes se fixaram do outro lado do rio, fundando a nova vila de Itaúnas que possui hoje, aproximadamente, 350 pessoas. Esta população mantém vivo em sua memória esse desastre ecológico.

As dunas e sua formação têm tido muitas versões: sobre o seu início, tempo de

ação, causas e conseqüências, seus mistérios e lendas, contadas pelos mais antigos ou pelas gerações posteriores que escutam ou viveram parte do processo.

"As dunas sempre existiram. Depois do buraco do bicho até a vila, entre o mar e a vegetação que protegia a vila da entrada das areias. Mas tinha um senhor que não se conformava com o fato de que as ruas terminassem no mato. Então o prefeito da Barra deu autorização para o desmatamento. A partir daí foi muito rápido". (Maria Penha)

"Na beira da praia era mata. Passaram a roçar a mata, para abrir mais para a praia e fazer outra rua. Aí ficou tudo descampado. O vento pegou a ventá e veio chegando a areia, aquela areia da praia. Foi descobrindo, descobrindo, até descobrir uma lagoa de água limpinha e outro morro foi formando. Dodô Soares mandou roçar. Era uma mata alta, lá ainda existe um pedaço



Antero

da mata. As pessoas foram saindo, não ficou ninguém. Depois que o pessoal saiu é que a areia veio até dentro d'água no rio. A areia vinha com o vento, em 53 já tinha dunas formadas". (Oscar)

"Era um processo lento, foi aumentando, crescendo devagar. Depois o finado Dodô Soares, fiscal da prefeitura, derrubou uma matinha que tinha na frente, mais ou menos uns 8 quilômetros, que segurava o vento. Daí o vento encanou mais, e o morro foi crescendo. Já tinha tapado o cemitério numa altura boa. Depois aterrou a igreja. O movimento das areias é decorrência do vento do nordeste, que sopra constante". (Quidinho)

"O finado Dodô Soares mandou roçar o cambucá, prá ver se crescia o comércio. Mas por detrás do cemitério e da igreja, mandou deixar a mata. Mas o povo começou a bulir para fazer lenha. Então começou

VILA NOVA

a criar aqueles morros por detrás da igreja que ninguém ligava. Primeiro criou por detrás do cemitério. O povo não cismaram daquilo. Aí é que o povo foi cismar. De onde que vinha aquela areia? Foram obrigados a mudar o cemitério. Aí começou a cobrir a igreja e o povo foi obrigado a mudar o santo (São Sebastião) prá uma casa grande que tinha na rua de baixo. A areia arrebentou a igreja toda e disse: — Eu tô como quero. Foi atacando, foi entrando na vila adentro. Isto no início da década de 50”. (Antero)

“Aquele areia não vem da praia. Ela vai inchando, o vento vai espantando ela prá lá. Aquele areia ali tá parêcendo um vulcão. Se ela viesse da praia, ela tinha topado uma baixa que tem uma grama, uma cacimba com água especial de boa. Mas não topou. Isso foi castigo, porque escurraçaram os índios usando até chumbo”(Raihvie)

“Tinha um tal de buraco do bicho, que era pro lado do norte e meu pai contava

Com o soterramento, seus moradores foram obrigados a transferir a vila:

“A areia começou a invadir a vila deixando a população apavorada, e sem ter para onde mudar. Nesta época, meus pais (Sr. Theophilo e Hyerosolina Barcelos Cabral) já moravam aqui em Vitória. E em uma viagem de meu pai à vila de Itaúnas, vendo o desespero de seus conterrâneos, ele resolveu doar parte das terras do seu pasto do lado de cá do rio para a construção de igreja, da praça, escola, etc. E uma parte, vendeu a preço simbólico à prefeitura, para construção das casas”. (Maria Penha)

“A rua de cima resolveu se mudar. A rua de baixo ficou. Aí o prefeito da Barra comprou 5 alqueires de terra na mão de seu Theóphilo, baratinho... E o povo mudou pro lado de cá do rio. O primeiro que mudou prá cá foi Seu Tobias. Depois veio Seu Oscar, Seu Adolfo, Seu Onofre e mais um tanto. Alguns não quiseram vir e foram prá

reno. Ficou desgostoso. Vendeu o terreno porque “um milhão de cruzeiros” é um nome muito bonito. Então eles venderam o terreno por um milhão e hoje tão na títica. Não dava prá plantar mais porque acabou as matas. A Aracruz tomou tudo. A firma tomou tudo. Só resta umas fazendinhas pequenas lá. O resto tudo é da firma. Do lado de lá, o pessoal tinha 40/50 alqueires da terra, até 100. Aqui acabou tudo. A terra tá na mão do tubarão. O tubarão só quer prá ele. Se a gente não tiver, morre de fome. Tem muito tubarão aqui. Num precisa falar os nomes. Os tubarão daqui todo mundo sabe quem é.” (Antero e Messias)

Hoje, uma nova atividade surge na vila: o turismo. É crescente o número de bares, restaurantes, e de moradores que aumentam suas rendas abrindo biroschas ou alugando casas e quartos aos visitantes.

Em Itaúnas, as ruas gramadas (a Vila Nova foi levantada sobre um pasto) associadas às dunas, ao rio, à sua vegetação e ao mar, que emolduram o lugar, constituem um visual que não se encontra facilmente. Itaúnas tem merecido destaque na imprensa estadual e nacional, tanto por sua beleza e valor ambiental como pelo seu valor histórico e cultural, que seu povo soube preservar através de suas festas folclóricas, artesanatos, cantos, danças e de sua pesca artesanal. Dessa forma, a região vem se constituindo, naturalmente, num polo de atração para o turismo “alternativo”.

Mesmo assim, Itaúnas ainda não se tornou impune às ameaças de destruição, e continua fadada aos desastres ecológicos. O norte do Espírito Santo sofreu, e ainda sofre, as tristes consequências do ciclo da Extração da Madeira e do reflorestamento da região com espécies não apropriadas. Como se não valesse a lição, os rios, já assoreados, estão ameaçados pelo derramamento do vinhoto, **in natura**, pelas destilarias de álcool que vêm dominando a economia da região, conforme denunciado, recentemente, pelos pescadores de Itaúnas que encontraram os peixes de seu rio “de boca aberta”, na superfície das águas, em busca de oxigênio.

É óbvio a necessidade de se reverter tal situação, em defesa da natureza e da sobrevivência de uma população que parece ter no seu sangue uma dose a mais de resistência:

“Meu terreno aqui eu não vendo nem por quinze milhões. Porque não quero ficar na rua. Isso aqui não vale nada, mas vale muita coisa. Não tem gente saindo de Itaúnas Nova ainda não. Quem sai de Itaúnas Nova é doido. **Itaúnas ainda é rica**”. (Antero)



Messias e Tobias



Oscar Borges

que quando passava por lá, e já era noite, quando vinham no norte prá cá, viam um vulto preto que parecia um padre, era um bicho em forma de padre. Era um buraco enorme e escuro que eu ví com meus próprios olhos. Dizem que de lá é que vieram as areias”. (Mariquinha)

“A tarde ventava muito e as areias vinham vindo, quando chegava no outro dia, à beira da porta e nas janelas tava tudo cheio de areia. A gente pegava a enxada, e tirava de dia. A toalha da mesa ficava cheia de areia, os pratos, as louças, tudo cheio de areia. Então eu disse: Nós vamos sair daqui, não podemos ficar aqui não. Nós precisamos mudar... e foi todo mundo saindo, foram desmanchando as casas e levando pro outro lado do rio. Só ficaram as pedras da igreja, o cemitério e o mastro. Alguns foram pra Barra, São Mateus e Vitória” (Mariquinha)

Conceição da Barra, São Mateus e Vitória”. (Antero)

Na Vila Nova, os moradores ainda subsistem basicamente da pesca, sendo que alguns trabalham na Acesita, Aracruz Celulose, fazendas da região. A maioria das terras (roças), nos arredores da Vila antiga, foram vendidas e originaram, algumas, as atuais fazendas de gado e café da região.

“Bem mais tarde, o resto das terras de meu pai (Theophilo Cabral), que iam de Vila Nova até o Córrego da velha Antônia, foi vendido à Aracruz, mas com a promessa de que a Aracruz respeitasse os posseiros. Toda esta documentação encontra-se em nosso poder” (Maria Penha)

Mesmo assim parece que não foi possível evitar a destruição da economia de subsistência e o êxodo rural.

“Na roça não entrou areia. O pessoal mudou pro lado de cá porque vendeu o ter-

Fotos da família Theophilo Cabral
Colaboração de Ava Carminati

Nietzsche, Artaud e a Arte integram-se na libertação do delírio

Viviane de Souza Mosé *

“

*Quem sou eu?
De onde venho?
Sou Antonio Artaud
e digo-o
como sei dizê-lo
imediatamente
Verão meu corpo atual
soltar-se em pedaços
e reunir-se
sob dez mil aspectos
notórios
Um novo corpo
com que não poderão
esquecer-me
nunca*

”



Nietzsche trouxe a arte, Dionísio, Apolo e a tragédia. Eles formaram, ao mesmo tempo, unidade e perspectiva. A arte Dionisíaca não só apreendeu a totalidade do delírio louco, como também propiciou a perspectiva de um espaço louco: a arte.

Os gregos, com o auxílio da figura do mundo de seus deuses, trouxeram a tona o sentido oculto e profundo da concepção artística. É com este pensamento que F. W. Nietzsche inicia sua obra "A Origem da Tragédia".

Apolo e Dionísio representam como dualidade as artes gregas. O instinto Apolíneo representa o sonho, a representação, a arte plástica, enquanto o instinto Dionisíaco representa a embriaguês, a vontade, a

arte sem formas, a música. Estes dois instintos estão, para os gregos, em guerra aberta e estão sempre, por produto desta luta, produzindo algo novo. O momento maior e sublime desta luta consiste no momento em que, por vontade Helênica e obviamente por consequência desta guerra Apolínea e Dionisíaca, surge a tragédia grega, que é o ponto de encontro destes dois instintos, onde eles se encontram e se abraçam.

O Apolíneo, o sonho, as artes plásticas a representação: "a aparência cheia de beleza, dos mundos do sonho, na produção dos quais qualquer homem é um artista perfeito, é para nós, a condição prévia de todas as artes plásticas (...). "Todo homem que for dotado de espírito filosófico há de ter

*Aluna do curso de Psicologia da Ufes.

TUDO É SONHO

o pressentimento de que atrás da realidade em que existimos e vivemos se esconde outra muito diferente e que, por consequência, a primeira não passa de uma aparição da segunda."

No que Nietzsche discorre sobre Apolo e os sonhos, nos parece clara uma idéia de sonho como realização de um desejo e produto da representação de uma outra realidade muito diferente da que nos é cotidiana. Em "A Interpretação dos Sonhos", Freud desenvolve esta idéia básica do sonho como realização de um desejo e Otto Rank não hesita em ver em Nietzsche o precursor da psicanálise. Mas isto não quer dizer que Nietzsche tivesse alguma ligação com o que se tornaria, tempos depois, a psicanálise e muito menos que Nietzsche, se vivo?, aceitaria essa ligação feita por Otto Rank.

"O artista examina minuciosamente os sonhos, porque sabe descobrir, nessa pintura, a verdadeira interpretação da vida (...). Estes fatos confirmam evidentemente que a nossa natureza mais íntima, o fundo comum do nosso ser, encontra um prazer indispensável e uma alegria profunda na imensa paixão de sonhar."

A estratégia Apolínea é o culto à beleza, que esconde a verdade com o véu da beleza, o maia, a ilusão. E, neste culto ao belo, há todo um desejo de libertação. Libertação da dor passando pela beleza.

O homem, através do mundo Apolíneo, liberta-se da moral, da realidade cotidiana que entra numa outra realidade, escondida, camuflada, onde a representação é livre, fluída através do sonho. Mas o homem não se basta aí e se vê dominado pelo horror quando derrotado pelas formas aparentes dos fenômenos e quando cai por terra, o que lhe confere os princípios de individuação. O homem cai então na necessidade visceral de negação de toda e qualquer representação, na necessidade de negação de si mesmo para penetrar profundamente na embriaguês. Este é o que há de mais profundo no homem, o instinto Dionisíaco. É preciso então abandonar este indivíduo. Es-

te "eu" nada mais é do que representação, que aparência e impedimento para a explosão do homem inteiro, que é próprio universo, o cosmos. Graças à bebedeira narcótica, os povos primitivos cantavam seus hinos. A embriaguês puxa o homem para a exaltação Dionisíaca que vai despertar o homem para o total esquecimento de si mesmo. Perante o estado Dionisíaco, o homem é tomado de uma aliança com a natureza. Agora não existe mais individuação. Agora cada ser é, nele, o universo, o uno primordial.

"Cantando e dançando, manifesta-se o homem como membro de uma comunidade superior: desaprendeu de andar e de falar, mas vai se preparando para a ascensão. Seus gestos rítmicos revelam uma beatitude de encantamento. Agora já os animais falam, já a terra produz leite e mel, porque a voz do homem adquiriu uma ressonância de ordem sobrenatural. O homem diviniza-se, sente-se Deus, e por isso a sua atitude é tão nobre e tão extática como a dos deuses que ele viu em sonhos."

Dionísio representa a quebra total com a representação, é o próprio embaralhamento dos códigos, o suor, os suspiros, a intensidade e a paixão. Nietzsche nos fala então das festas Dionisíacas, das orgias e da forma como a potência Dionisíaca se manifestou. Nestas festas, o delírio, a arte invadem todos os cantos, penetram em todas as frestas. Nelas, o princípio de individuação é exterminado em nome da embriaguês, da arte, do delírio. Nelas, a crueldade e o prazer tornam-se oriundos de uma só intensidade como se um desejasse o outro, como o sofrimento que produz prazer ou o prazer que se manifesta pela dor.

Diante do templo dos deuses olímpicos, diante de figuras majestosas, há de se perguntar: "Que necessidade desconhecida

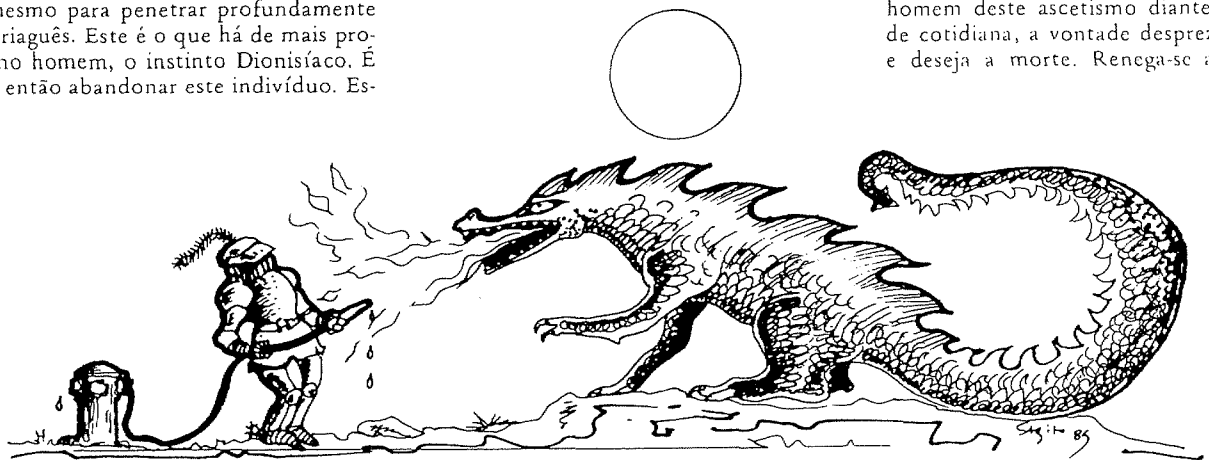
foi a de dar à luz esta sociedade de criaturas olímpicas?". O mundo olímpico, com seus deuses, não representa dever, ordem, consolação ou imaterialidade. Pelo contrário, eles são exuberantes e exóticos, produzem fascínio e excitam nossa imaginação; onde o bem e o mal possuem o seu lugar igualmente divino.

O grego conheceu a dor e o horror de uma existência medíocre e, como sentido para uma vida agora, presente, produziu em sonho o mundo olímpico, que representa toda a natureza e existência, em forma de deuses presentes e acessíveis. Deuses que não possuem uma distinção moral entre bem e mal. Deuses sem moral, simplesmente belos. É preciso tornar a vida desejável, é preciso divinizar a vida e trazer os deuses para junto dos homens. É no próprio mundo humano que vivem os deuses. Diviniza-se o mundo e nele moram homens e deuses, e nele copulam homens e deuses.

Se os deuses vivem como nós, se vivem no nosso mundo e copulam conosco, está justificada a nossa existência, pois nosso mundo é o próprio paraíso onde tudo pode acontecer, porque não existe outro, não há outra realidade, não há divisão e classificação entre bem e mal. O bem não está com Deus e o mal conosco. Bem e mal, homens e deuses, todos banham-se no mesmo sol.

O homem na embriaguês Dionisíaca, ou melhor, quando se localiza entre a realidade Dionisíaca e a realidade cotidiana, se encontra em um abismo, um vazio que separa um e outro. E, na presença da realidade cotidiana, surge o aborrecimento em contato com a mediocridade. O resultado é uma negação da vontade, já que parece ridícula esta pretensão de consertar o mundo. "O conhecimento mata a ação, para agir é indispensável que sobre o mundo paira o véu da ilusão — eis que Hamlet nos ensina".

Quando nada parece surgir que tire o homem deste ascetismo diante da realidade cotidiana, a vontade despreza os deuses e deseja a morte. Renega-se a existência.



Depois de ter sentido a embriaguês Dionisíaca e ter tido novamente contato com a realidade cotidiana, o homem se confronta com o aspecto horrível e medíocre da existência. Num momento de maior perigo para a vontade, para o mundo Dionisíaco, surge então a arte que, como um Deus, promove a salvação. A arte é a possibilidade, é o espaço da embriaguês Dionisíaca dentro da realidade cotidiana. Não exatamente dentro dela, pelo contrário, a arte acontece fora da realidade cotidiana, mas acontece como espaço para o delírio dentro desta realidade. A arte, como absurdo, como delírio, nos liberta do aborrecimento.

Mas, para haver arte, é preciso antes de tudo abandonar as referências da realidade. O verdadeiro artista é aquele que se liberta da individualidade, da subjetividade, abolindo o desejo individual, para a contemplação pura e desinteressada da totalidade universal. Cada homem traz em si um universo. O artista está diante da renúncia ao eu, à tirania do eu, que aprisiona os homens a uma realidade dividida, dicotômica, uma realidade de conhecimento e verdade. O conhecimento mata a ação. Para haver ação, é preciso que sobre o mundo paire o véu da ilusão. A arte vem como o mergulho, através da negação do eu, através da desintegração da individualidade; a arte é o próprio delírio, é o homem diante do seu bismo, o homem diante de sua dor visceral de existir.

Assim nos diz Nietzsche em "A Origem da Tragédia". E, se por uns instantes, não falamos em doença mental, em todos os instantes ela esteve presente, pois estes mesmos momentos Dionisíacos de paixão, arte e beleza, de vida e intensidade estão para Nietzsche, não para a psiquiatria. A psiquiatria, com certeza, internaria todos os artistas Nietzscheanos. Ou a sociedade os suicidaria como fez a Van Gogh e outros. Quando Nietzsche nos diz da arte como sendo unicamente possível por uma negação da individualidade e um mergulho Dionisíaco nas imagens sem formas, nos diz de um momento sublime de grandeza e intensidade. Nos diz da negação de uma realidade dicotômica, para o encontro universal do homem ao uno primordial. É incrível como este mesmo homem aparece dividido, despedaçado, desintegrado e cada um destes pedaços, relutado, delimitado por um sintoma, por uma doença, justificada por uma ciência. O cerco diante do abismo do homem, diante da realidade abismal de existir, diante da presença Dionisíaca que possibilita a desintegração e a desrazão, criou uma

doença e uma ciência que a justifique. O Homem, liberto da tirania dicotômica do eu, é o internado da psiquiatria, o delirante do hospital e das ruas e o suicida da sociedade.

Só agora nos parece clara a microfísica do poder, ou poder microfísico que nos mostra Foucault. O poder do artista que possibilita a disposição da dicotomia e o encontro com o universo, com o uno primordial, ultrapassa qualquer relação de poder, ou até mesmo, não passa por ela. Talvez esta seja a razão do hospital psiquiátrico, isolar na medida em que se torna impossível domar, domesticar. E, no maior dos casos, suicidar é uma saída da sociedade.

Artaud foi um artista. Artaud foi Dionisíaco. Para a sociedade, existiram dois Antonio Artaud. Um louco que fervilhou a França entre 1896 a 1948 e um Antonio Artaud escritor, poeta que, para a humanidade em livros, e que devemos admitir, trouxe contribuições. Artaud fala de teatro

A arte, como absurdo, como delírio, nos liberta do aborrecimento.



e propõe o teatro da crueldade. Artaud para nós, aqui, representa o artista Nietzscheano, e, muito mais que isso, representa o artista psiquiatrizado, por seu Nietzscheano. Artaud e o Nietzsche têm em comum a arte, como a não razão, como saída para o aborrecimento da vida, ou como vômito do cotidiano. Entre Artaud e Nietzsche se encontra a dor, o palco, o delírio, a embriaguês e Dionísio. Artaud é um drogado e acredita que a droga possibilita a passagem para um estágio onde a vida deixa de ser o "tédio destilado na qual as consciências vegetam". A droga leva o homem a uma outra realidade, onde os códigos sociais são ridículos e insignificantes, esta realidade afasta das normas sociais, possibilita um outro universo, maior e uno. Talvez o Dionisíaco se aproximasse do drogado de Artaud.

A Artaud nos diz em "O Teatro e seu Duplo" num texto intitulado "É Preciso acabar com as Obras Primas".

"Trata-se de saber o que queremos. Se

já estamos preparados para a guerra, a peste, a fome, o massacre, então nem precisamos falar, basta continuar: continuar nos comportando como esnobes, comparecendo em massa, para ver tal cantor, tal espetáculo admirável e que não ultrapassa o domínio da arte (...) tal exposição da pintura de cavalete na qual lanipejam aqui e ali formas impressionantes, mas ao acaso e sem uma consciência verídica das forças que poderiam acionar. (...) Basta de poemas individuais que só trazem proveito àqueles que os fazem, nunca àqueles que os lêem (...). Acredito que o teatro utilizado no seu sentido superior e mais difícil tenha a capacidade de influir no aspecto e na formação das coisas: o encontro em cena de duas manifestações passionais, dois espaços vivos, dois magnetismos nervosos, é qualquer coisa de tão íntegro, tão verdadeiro, tão determinante quanto no plano da vida, o encontro de duas epidermes num estupro sem manhã.

É por isso que proponho um teatro da crueldade (...) mas teatro da crueldade quer dizer teatro difícil e cruel principalmente para mim. No plano da representação, não se trata desta crueldade que podemos exercer uns sobre os outros, despedaçando-nos mutuamente (...) mas sim da crueldade muito mais terrível e necessária que as coisas podem exercer sobre nós. Nós somos livres. O céu ainda pode cair sobre nossas cabeças e o teatro é feito para ficarmos sabendo disso. Ou somos capazes de voltar por meios modernos a essa idéia superior de poesia e de poesia pelo teatro que está por traz dos mitos narrados pelos trágicos antigos (...) ou então nada nos resta senão nos entregarmos imediatamente e sem reação, reconhecendo que só servimos para a desordem, a fome, o sangue, a guerra e as epidemias. (...) Para os que se esqueceram do poder comunicativo e do mimetismo mágico de um gesto, o teatro pode reensinar-lhes tudo isso, porque um gesto, traz consigo sua força e porque de todo modo há no teatro seres humanos para manifestar a Força do Gesto feito. (...) O teatro é o único lugar do mundo e o último meio de conjunto para alcançar diretamente o organismo e, nos momentos de neurose e baixa sensualidade através dos meios físicos aos quais ela não resistirá.

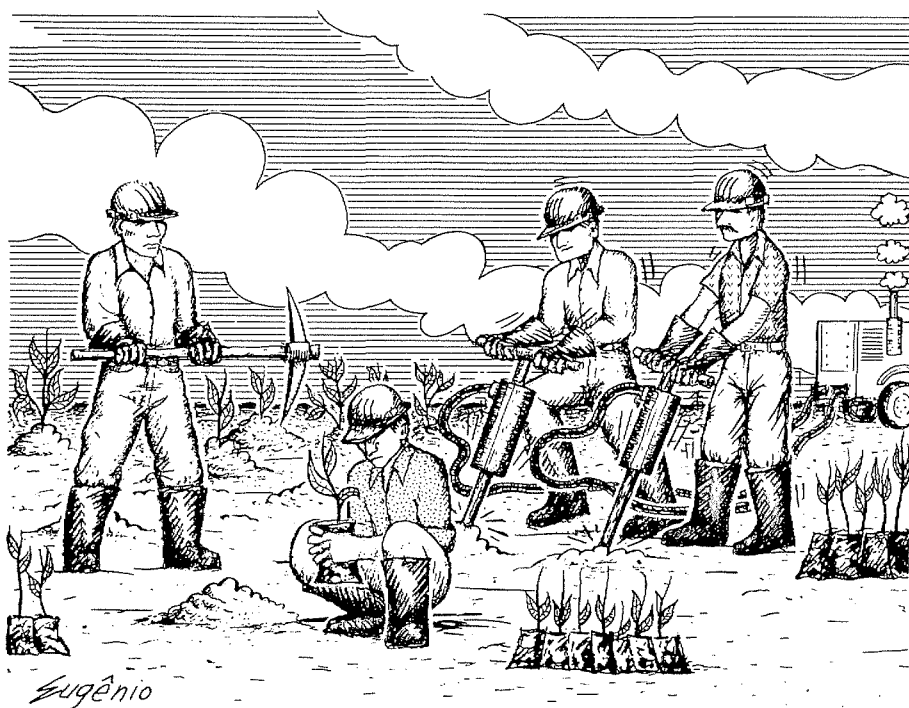
(...) Dito assim, isto parece fraco e pueril. Tudo depende do modo e da pureza com que se fazem as coisas. O risco existe. Mas que ninguém esqueça que um gesto teatral é violento, porém desinteressado, e que o teatro ensina exatamente a inutilidade da ação que, uma vez exercida, não mais será exercida, e a utilidade superior do estado teatral é violento, porém desinteressado, produz a sublimação."

1889 - 1930. Um período histórico da pré-industrialização do E. Santo

Gabriel Bittencourt*

O aspecto que tomou a colonização brasileira de uma imensa empresa comercial, destinada a explorar os recursos naturais, não atingiu, no Espírito Santo, o sucesso esperado. A busca infrutífera de ouro, no início e a incapacidade de firmar-se no mercado mundial do açúcar, posteriormente, redundou na ausência de uma orientação econômica que permitisse acompanhar o "desenvolvimento" colonial. Reduzido a aproximadamente 5% do seu território primitivo, ainda assim apresentava uma baixa densidade populacional que teve de ser sistematicamente incrementada, quando se ligou à economia cafeeira de exportação, a partir de meado do século XIX. A fragmentação da população e o vazio demográfico, que caracterizavam o interior, não deram margem para o aparecimento de uma produção artesanal de peso no Espírito Santo. O próprio movimento imigratório do século XIX, na região capixaba, será também canalizado para a agricultura de exportação do café, verdadeira "vereda de salvação" da economia local. Contudo, a despeito da dinâmica econômica do café, os efeitos do multissecular desequilíbrio regional não permitiram a formação de uma infra-estrutura urbana no Estado. Logo, os esforços industrializantes do Espírito Santo na Primeira República podem e devem ser entendidos muito mais a partir de uma intenção governamental de modernização e de diversificação econômica, inclusive, do próprio setor primário com o qual estava comprometido do que de estímulo ao início de um sólido processo de industrialização. Faltou à elite político-administrativa local a compreensão da deficiência infra-estrutural, que se posicionou como a principal barreira aos esforços capixabas.

O aspecto negativo dos esforços industrializantes do Espírito Santo, principalmente da administração Jerônimo Monteiro, concluímos, se explica muito mais pela sua artificialidade. O capital e a tecnologia eram importados, a matéria prima inexistente, concessões de toda espécie onerando os cofres públicos, que, sobrecarregados, induziram a administração pública a prender-se ainda mais nas malhas das finanças internacionais, contraindo empréstimos



desvantajosos, com graves repercussões para a economia local e para o próprio futuro das iniciativas industriais.

Como as possibilidades de êxito econômico do Estado enquadram-se na área cafeeira, ganhando esta, na década de 1920, novos impulsos, os atrativos para investimentos tanto por parte do Governo como dos empresários serão para ali recanalizados, direto ou indiretamente, representados em termos de facilidade de circulação, reaparelhamento portuário, crédito bancário etc.

Por outro lado, em termos historiográficos, os estudos iniciais sobre a industrialização no Brasil são relativamente recentes. As primeiras análises e interpretações surgem simultaneamente e/ou englobadas nas sínteses da história econômica do Brasil. Inicialmente, podemos destacar Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, acrescentando-se Celso Furtado (1959) que de-

fendia a tese dos "Choques Adversos", segundo a qual as duas guerras mundiais e a crise de 1929 teriam tido efeitos estimulantes sobre a industrialização brasileira.

Estudos mais recentes como, por exemplo, os de Waren Dean (1969) questionam esta tese. Segundo Dean, a Primeira Guerra, ao contrário, teria obstado o desenvolvimento industrial, ao dificultar a importação de bens de capital. Nícia Vilela Luz e Fishlow procuram avaliar o crescimento industrial anterior ao 1º Grande Conflito. Este último, aliás, destaca o papel do "Encilhamento" e questiona o revisionismo de Warren Dean.

Todas essas discussões, a nosso ver, têm sido fecundas. Há, entretanto, inúmeras lacunas a serem preenchidas e estas, em nossa opinião, necessitam de mais estudos de caso, a fim de melhor entender-se o processo de industrialização brasileiro.

*Professor Adjunto da Ufes, Pós-graduado em História Econômica pela "Université de La Sorbonne"

O marco inicial, 1889, corresponde ao período de transformação para um regime político federalista no Brasil, aliado ao qual, nos primeiros anos de sua existência, observa-se a adoção de um aspecto concreto na tentativa governamental de iniciar um processo de industrialização no Espírito Santo.

O limite término, 1930, foi fixado tomando-se em consideração as intensas modificações ocorridas no país, de ordem política e por extensão social e econômica e que trazem em seu bojo a transformação da velha estrutura inibidora do desenvolvimento industrial e, com ela, a evidência dos fatores possivelmente ligados à estagnação dos projetos capixabas durante o período, ressalvada a especificidade dos problemas infra-estruturais do próprio Estado do Espírito Santo.

O Café. Calcula-se para o Espírito Santo, no início do século XX, uma superfície de apenas 42.439 km², 5% apenas do que fora no início da colonização. Desta superfície, 3/4 ainda eram considerados em mata virgem e a bacia do Rio Doce era tida como a grande perspectiva à exploração econômica, na medida em que se expandia a fronteira do café, que penetrara na região a partir da segunda metade do século XIX.

O café, como se fora uma imensa "mancha de óleo", dilatara-se da província do Rio de Janeiro e para o norte encontrará no Espírito Santo o seu limite ecológico. O principal produto colonial, o açúcar, cederá seu lugar, ocupando o café toda massa de mão-de-obra disponível.

Surgirá uma verdadeira "febre" da cafeicultura e mesmo os pequenos lavradores abandonarão as culturas tradicionais do solo, ocasionando uma alta considerável nos gêneros alimentícios.

O Sul da Província concentrava a maior parte da produção, notadamente no vale do Itapemirim, com suas excelentes terras onde se formou a principal oligarquia cafeicultora, deslocada do Rio de Janeiro e Minas Gerais, ficando o imigrante europeu sobretudo nas regiões mais altas, mas ocupando-se, também, da produção do café, a grande e única perspectiva viável de exploração econômica, que fará o Espírito Santo todo café.

No início da República. O rumo tomado pela formação histórica da antiga capitania do Espírito Santo levou-a a desempenhar sempre um papel secundário no desenvolvimento nacional, na medida em que se ligou tardiamente à economia tropical de exportação, predominante no modelo brasileiro.

A fragmentação da população e o vazio demográfico que caracterizava o interior, a monocultura, posteriormente,

não deram margem para o aparecimento de uma produção artesanal de peso na província do Espírito Santo. Logo, o próprio movimento imigratório do século passado, que no Sul do Brasil proporcionou o desenvolvimento de manufaturas e artesanato, na região capixaba, foi canalizado para a agricultura de exportação, caracterizando um dos únicos momentos favoráveis à sua economia.

Entretanto, a despeito da dinâmica do café, os efeitos do multissecular desequilíbrio regional inibiram a formação de uma estrutura urbana no Espírito Santo como, por exemplo, no Rio de Janeiro ou em São Paulo. Não havia condições infra-estruturais para um desenvolvimento manufatureiro expressivo: capitalização, mão-de-obra especializada e densidade adequada de população.

A necessidade de aumento da receita pública e a dependência das incertezas da monocultura imprimiram, porém, esforços industrializantes no Espírito Santo, que podem ser entendidos muito mais a partir de uma intenção governamental de moderni-

O café dilatara-se da província do Rio de Janeiro encontrando no Espírito Santo o seu limite ecológico.

zação e de diversificação econômica do que pela existência de estímulos naturais que propiciassem tais esforços.

Inserido na região nacional produtora do café e do produto totalmente dependente, já que o mesmo substituíra a parte significativa das outras culturas, a problemática da monocultura afeta sensivelmente o espírito-santense.

O final do século XIX fora de bons recursos para a administração pública, em termos regionais. O orçamento da Província que, em 1889, não ultrapassava a Rs. 500:000\$000, atinge a mais de 5.000:000\$000, no estado, entre 1896 e 1898.

O preço do café ocasionará o aumento da produção, mas o produto já apresentava os primeiros sinais de sua debilidade. A fragilidade da estrutura econômica brasileira, caracterizada também pela monocultura, fazia-se sentir sensivelmente de acordo com as oscilações do mercado internacional, quando o café chega a representar 94,33% das exportações capixabas. Logo, conseqüentemente, mesmo no seio da elite cafeicultora havia permeabilidade às idéias da

necessidade da criação de mercado para uma agricultura diversificada e que isso poderia ocorrer com a implantação de um setor industrial para a absorção da matéria-prima local. Por outro lado, o próprio momento político incentiva as iniciativas dos governos locais. O advento da República, sob a forma federativa, em princípio, gera esta euforia autonomista.

No Império, o sistema centralista sugava as principais fontes de contribuição para o orçamento da Nação, ficando a província obrigada a gravar seus tributos em raros títulos que ainda não estivessem sobrecarregados com o imposto nacional. As províncias eram-lhes vetado taxar a importação, a criação do selo e a contribuição geral da exportação já era considerada tão alta que seria impossível gravá-la sem que houvesse sérios transtornos para a economia local.

Por sua vez, ainda em fins do período monárquico, intensifica-se um pouco a vida urbana, notadamente nos centros de comercialização de café do País, onde a monocultura, concentrando a mão-de-obra, encetava um formidável fluxo de importação. O próprio processo de emancipação da escravidão e a abolição também para isso contribuirá, liberando considerável parte da mão-de-obra rural para os centros urbanos, engrossando, desta maneira, o mercado de manufaturados simples e de baixo custo.

No Espírito Santo, do total "importado", ainda em 1910, calcula-se que 40% era representado por têxteis, 30% por bebidas, 20% por gêneros alimentícios em geral, inclusive o sal, 10%, produtos essenciais à vida simples e provinciana do pequeno estado e que poderiam ser produzidos no próprio local regional, se houvesse uma boa orientação econômica para a criação de uma infra-estrutura industrial de substituição de importação.

Não havia, porém, sequer uma tradição artesanal no Espírito Santo, a produção têxtil que Saint-Hilaire registra no início do século XIX sucumbiu ante a inexorável marcha do café.

Aliás, sendo o café um dos menos industrializáveis dos bens primários e, ainda, relativamente diminuto seu mercado local, até a matéria-prima teve que ser incrementada ao se partir para um planejamento industrial artificial, objetivando-se preencher um papel incentivador do crescimento do setor primário diversificado, uma vez que, o tradicional, calculado na monocultura, já dava mostras de saturação.

Esforços para Modernização. Os primeiros surtos industriais, verificados nas principais cidades do País, influenciarão também a elite político-administrativa representante dos cafeicultores, que vê na criação de algumas fábricas um prolonga-

mento da agricultura e um estímulo à sua diversificação. Disso resultou a Lei Estadual nº 34, de 29 de Novembro de 1892, pela qual o Governo do Estado era autorizado a conceder a "Garantia de Juros" até um limite de 500.000 libras esterlinas durante 15 anos, às empresas que se propusessem fundar estabelecimentos industriais. Tal incentivo do poder público não tardou a despertar interesses, realizando o Governo inúmeras concessões: para a criação de um engenho central de açúcar no vale do Itapemirim, fábrica de tecidos de algodão e de papel nos municípios da Capital e de Anchieta, e tecidos de "malha" no município de Vila Velha.

Não se concretizará, contudo, esta primeira tentativa republicana de esforços industrializantes no Espírito Santo. A dificuldade de matéria-prima, mão-de-obra e, principalmente, capital, inviabilizará os empreendimentos. A única empresa inaugurada, a "Fábrica de Tecidos de Meia" (malharia), foi concluída por cessionários do contrato inicial. Aliás, já se tornara comum a especulação em torno dos contratos de concessão e privilégios; primeiro das estradas de ferro e colonização agrícola, agora de fábricas. Dessa maneira, tanto pelo artificialismo dos empreendimentos como pela especulação, caducaram as demais concessões supra-citadas.

No entanto, apesar do fracasso desses primeiros esforços industrializantes, a problemática da monocultura continuava pressionando a elite política que, originária da classe cafeicultora, aspirava a oferecer opções de diversificação aos fazendeiros e um orçamento estatal mais estável e mais amplo, evitando-se as susceptibilidades das oscilações dos preços internacionais do café no mercado mundial.

O amadurecimento desse ideal vai atingir em cheio o governo Estadual de Jerônimo Monteiro, 1908-1912. Originário de uma importante família cafeicultora do vale do Itapemirim, Jerônimo Monteiro, ainda em sua plataforma política, aponta os meios de realizar seus objetivos de governo: serviços de água, luz, escolas técnicas, lavoura diversificada e implantação de fábricas pelo próprio Estado.

Argumentava Monteiro que havia um movimento geral de progresso no País do qual o Espírito Santo ainda não participava e, por isso, embora professasse um liberalismo econômico, predominante na época, decide intervir diretamente na economia local.

Para isso, celebra inúmeros contratos para construção de fábricas de tecidos, cimento, "material sílico-calcáreo", aproveitamento de fibras têxteis, óleo vegetal, açúcar, papel, artefatos de madeira, monta-



A cafeicultura monopolizou a produção agrícola do Espírito Santo

Douglas Lynch

dora de máquinas agrícolas, beneficiamento de sal marinho e duas usinas hidroelétricas; quase todos os empreendimentos no vale do Itapemirim, onde tinha interesses econômicos.

As diversas operações financeiras do seu antecessor darão respaldo às suas realizações, inclusive os recursos oriundos da privatização das estradas de ferro do Estado. Ao longo do seu Governo veremos um ritmo de obras jamais visto até então.

Tal será o impacto de seus projetos, alguns concluídos ainda durante sua gestão, que no Estado, cuja arrecadação atingia apenas a Rs. 2.403:056\$401, em 1908, sobreveio uma dívida da ordem de mais de Rs. 24.000:000\$000, sem que seus detratores conseguissem incompatibilizá-lo com a opinião pública.

As atividades industriais em implantação percebe-se o objetivo do aproveitamento da matéria-prima local e/ou estímulo à

criação de novas ofertas regionais. Não havia uma aspiração em se promover uma sociedade urbano-tecnológica gerada pela indústria: a preocupação com os proprietários de terra e com o sistema por eles controlados se faz presente em todos os atos do governo.

A indústria têxtil visava criar um mercado para incentivo do cultivo do algodão. A fábrica de cimento aproveitaria as próprias jazidas da família Monteiro e a usina de açúcar seria implantada em pleno meio rural, em local não afetado pela "febre" do café. Consequentemente, não havia choques com os interesses agrários sempre predominantes no Espírito Santo. O êxito de tais unidades produtivas dependia, porém, do mercado local. Este, entretanto, era bastante reduzido, não só pelo baixo poder aquisitivo da população, como, também, pelo vazio populacional que ainda caracterizava o Espírito Santo. Vitória, a capital,

em 1908, devia contar com uma população aproximada de apenas 12.000 habitantes.

Por seu turno, para atingir o mercado regional, dominado pelo Rio e São Paulo, seria necessário tecnologia, preços competitivos, mão-de-obra especializada, matéria-prima abundante, energia e capital; carências infra-estruturais tradicionais do Espírito Santo e que não poderia competir com esses dois principais centros industriais emergentes do Brasil e que, nesse momento, já caminhavam para a concentração industrial.

Logo, sem se atentar às limitações locais, perder-se-ão esses primeiros esforços concretos de implantação de um "distrito industrial" local.

O primeiro setor beneficiado, energia hidrelétrica, como indústria de base aos demais empreendimentos, passará décadas sem que hajam ampliações decorrentes de demanda industrial. Como melhoramento urbano, sim: cumprirá um importante papel de produzir energia elétrica para a iluminação pública da Capital, até então servida por lâmpadas a gás.

Outros setores permanecerão no limite local e com pequenas possibilidades no mercado nacional, como por exemplo, o têxtil e o agro-açucareiro. Alguns empreendimentos nem sequer foram concluídos. A indústria de beneficiamento do sal marinho seria a primeira a sentir os rigores do artificialismo do empreendimento. Implantada em Jucutuquara, Vitória, chegou a algumas experiências consideradas satisfatórias. A falta de técnica e de pessoal especializado, entretanto, tornará o projeto um fracasso já ao tempo do Governo Monteiro, com um prejuízo de Rs. 10.891\$138 em serviços realizados. Por outro lado, a I Grande Guerra de 1914-1918 colherá os projetos industriais do Espírito Santo, algumas em plena implantação. Isso apresentará uma dupla conotação para os mesmos. Para alguns empreendimentos podemos, talvez, aceitar a análise "tradicional" de que a guerra teria funcionado como catalisador do impulso inicial da tentativa industrial. É o caso, possivelmente, do setor têxtil, no qual observamos uma nítida ascensão durante o período 1914-1918. O mesmo, também, poderíamos afirmar quanto ao setor agro-açucareiro, não fosse os problemas da Usina, de ordem jurídico financeira, que emperrava o seu pleno funcionamento.

Entretanto, o fechamento dos portos europeus e o processo de substituição das perdas de guerra, levado a efeito nos países industrializados fornecedores de bens de capitais aos empreendimentos capixabas, impediram mesmo a conclusão de alguns estabelecimentos fabris em tempo útil.

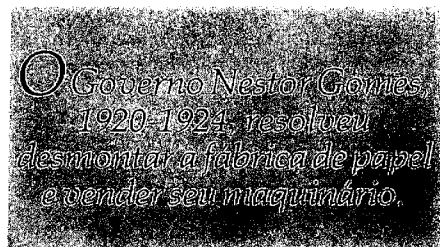
Para as fábricas de papel e cimento, por exemplo, não houve meios de completar os equipamentos durante o período.

Esta última, que empregava maquinário alemão, emperrava-a a falta de fornecimento do material para o sistema de cabo aéreo para o transporte do calcáreo.

Mas os problemas não se resumiam a esses fatores. Se para as fábricas de papel e cimento faltavam equipamentos, para outras não havia sequer matéria-prima e/ou o custo de produção tornava-as inviáveis.

Estes entretanto são apenas alguns aspectos do problema. Na realidade, os aspectos negativos desses esforços industrializantes, acreditamos, se explicam muito mais pela sua artificialidade. A interferência do Governo, que poderia representar um estímulo à industrialização, terminou por ficar nos justos limites da própria ação governamental.

Sem obediência às condições do mercado local, tais implantes industriais não surgirão como em outros estados ou regiões do país, normalmente voltados para as necessidades locais, na forma de atividades



complementares à atividade predominante. (Sacaria para agricultura regional, oficina de reparo para a construção de equipamentos de açúcar etc).

No caso do Espírito Santo, mesmo a indústria têxtil objetivará a "exportação" e, para a administração pública, haverá também o escopo do aumento da renda estadual, quer diretamente pela taxaço de produtos industrializados, quer indiretamente pelo incremento da lavoura diversificada. No entanto, as condições incipientes da indústria do Espírito Santo não permitirão à periferia capixaba compartilhar com sucesso no mercado regional, onde já solidamente se fixavam as indústrias do eixo Rio-São Paulo.

Entre 1907 e 1919, a indústria de São Paulo crescera 8,5 vezes, alterando sua participação no total da indústria brasileira de 15,9% para 31,5%, no período. A indústria do resto do País crescera apenas 3,5 vezes, reduzindo sua participação de 84,1% para 68,5% e a década de 1920 proporcionaria ainda uma nova expansão da indústria paulista, consolidando seu processo de concentração.

Quanto ao Rio de Janeiro, embora aflore nitidamente a recessão de sua liderança industrial, caindo para 20,8% sua participação industrial no mercado nacional, de acordo com o censo de 1919, na década de 1920 a grande expansão cafeeira nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, áreas de sua influência, dará um novo incentivo à indústria carioca.

Paradoxalmente, porém, no mesmo período, estagnavam-se os projetos industrializantes do Espírito Santo. O governo estadual toma algumas medidas paliativas, arrendando fábricas, comprando a produção fabril, medidas que só prolongavam a agonia de algumas unidades na década de 1920. Para outros empreendimentos, entretanto, a sorte estava selada.

O Governo Nestor Gomes, 1920-1924, por exemplo, resolveu desmontar a fábrica de papel e vender seu maquinário. Mesmo destino daria à fábrica de óleo, paralizada por mais de 13 anos; assim como a "Fábrica-Sílico-Calcareo".

Enquanto isso, as atividades primárias conservarão a hegemonia sobre as demais e continuarão em crescimento contínuo.

O café, que em 1910 atingia a 407,970 sacas de 60 kg exportadas, em 1916, chega à casa dos 968.195 kg e, em 1926, supera a marca dos 1.224.434 kg. Na década de 1920, o Espírito Santo ascende ao 3º lugar na produção nacional, ficando o café, como já vinha ocorrendo, responsável pela quase totalidade dos recursos para a manutenção do aparelho governamental e serviços oficiais. E, por extensão, podemos ainda afirmar, do comércio e da própria indústria sobrevivente, cujo funcionamento só poderia ser mantido com tais recursos.

Disto concluímos que, cessados os estímulos dos investimentos públicos, não conseguirá o Espírito Santo atrair os capitais industriais já canalizados para o centro nacional. Nem tampouco o capital local que, produzido pelo café, ficará imobilizado no próprio mecanismo de sua produção. Logo, com o abandono da maioria dos projetos industrializantes, fracassará também o esforço policultor, salvo no que se refere ao cacau, que crescerá a níveis consideráveis, mas na proporção dos estímulos externos.

Daí até a crise mundial de 1929, o Governo local vai procurar pautar suas metas diretamente aos interesses agrário-exportador, limitando a intervenção estatal ao transporte e seus congêneres, infra-estruturando com melhor aparelhagem ao modelo tropical de exportação do qual o Espírito Santo era parte na divisão internacional do trabalho, como fornecedor de matérias-primas e importador de produtos manufaturados.

Em 1984 a racionalidade repressiva consubstancia a realidade orwelliana

Hugo Júnior Brandão*

Este ensaio constitui uma tentativa de observação de relações existentes entre alguns aspectos da Ciência Política e a obra de George Orwell, 1984. O interesse despertado pelo livro, quando da proximidade e decorrer do ano passado, levou a alguns comentários da imprensa nacional (1), que nos parece poderiam ser enriquecidos a partir de análises informadas pela Ciência Política.

As observações a respeito de 1984 serão baseadas em algumas teorias de cientistas políticos, procurando verificar possíveis referenciais que proporcionem um melhor entendimento da época atual. Na medida em que as análises se referem ao contexto de nações industriais avançadas, como é o caso da obra de Herbert Marcuse, e na medida em que o Brasil adota como modelo este contexto, as análises que se refiram ao mesmo possuem importância ao possibilitar discutir as nossas especificidades contemporâneas, principalmente com relação ao processo de Formulação e Avaliação de Políticas Públicas vigente, que procura acelerar o que se entende por desenvolvimento, ou seja, o alcance do 'status' de nação industrial avançada.

A posição aqui adotada é a de que o chamado ficcionista, visto sob o referencial teórico a ser explicitado, assume uma importância que não tem sido considerada adequadamente, principalmente nos meios acadêmicos, onde se originam 'tecnologias' de gerenciamento governamental, ou público, e privado.

A Realidade Orwelliana. O Capitalismo constitui um tipo específico de desenho de sociedade, sendo, portanto, característica de um período específico da História. Este período histórico específico pode ser denominado genericamente de Idade Moderna, abrangendo desde o fim do feudalismo, com o surgimento do capitalismo, até a consolidação do estágio atual das sociedades industriais avançadas, ou desenvolvidas.

Com a consolidação do capitalismo como modo de produção, ocorre o que Karl Polanyi denomina a 'grande transformação', isto é, a mudança da regulação da vida humana em associação por critérios políticos para critérios econômicos. Assim, os dese-

nhos de sociedade passam a ter o mercado como referência básica, regulado através da Lei da Oferta e da Procura. A dimensão econômica da vida humana em associação passa a ser a dimensão preponderante, fornecendo critérios que, além de viabilizar o atingimento das necessidades pertinentes, em termos econômicos, assume uma abrangência maior, antes ocupada pela dimensão política.

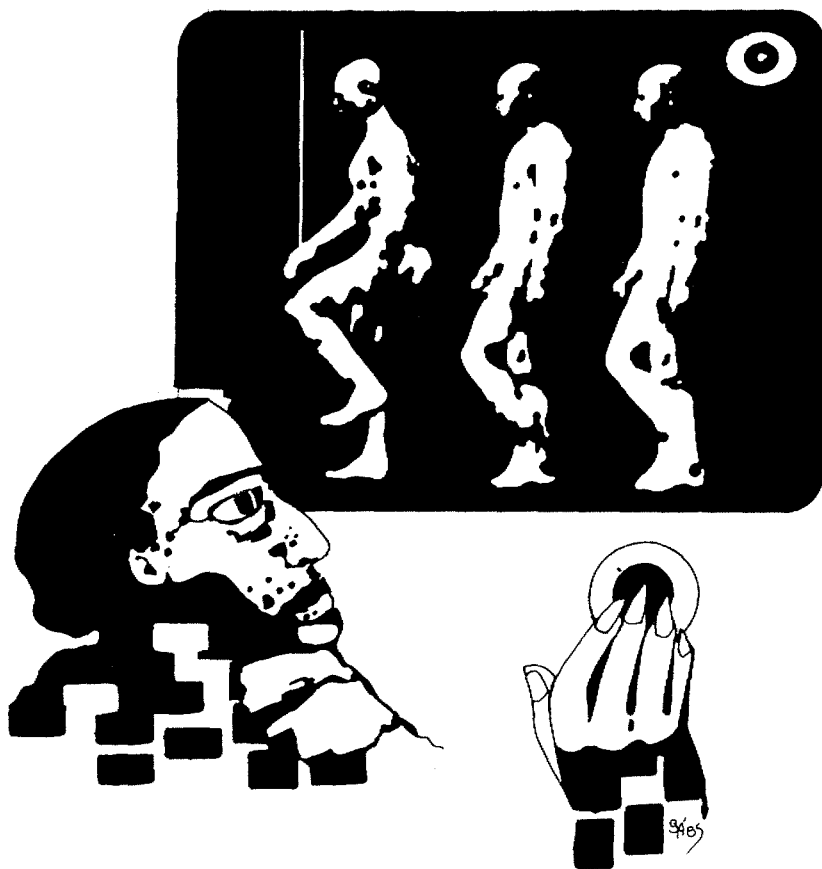
Característica básica dos desenhos de sociedade centrados no mercado é, portanto, a preponderância da dimensão econômica e da organização destinada a viabilizar o atingimento das necessidades próprias e

essa dimensão, a burocracia, ou organização economicista.

Tanto ao nível macrosocietário, onde se examina o tipo específico de desenho de sociedade, quanto ao nível organizacional, onde se pode visualizar as organizações burocráticas e instituições no âmbito das esferas pública e privada, um ponto fundamental na presente análise é o tipo específico de racionalidade que os orienta.

De acordo com a tipologia weberiana de racionalidade, pode-se distinguir dois tipos básicos de orientação para a ação:

"a) Zweckrationalitat, ou Racionalidade Formal — determinada pela expectati-



*Técnico do IJSN, Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina.

va de resultados ou 'fins calculados';

b) Wertrationalitar, ou Racionalidade Substantiva — determinada independentemente de suas previsões quanto ao sucesso, não caracterizando nenhuma ação concorrente com o atingimento de um resultado posterior a ela" (2)

Esta tipologia, também abordada por Mannheim numa retomada da sistemática weberiana (3), é analisada por Alberto Guerreiro Ramos, no seu *A nova ciência das organizações*: uma reconceitualização da riqueza das nações, recentemente editado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas.

Para efeito da presente análise, uma outra tipologia, como apresentada por Herbert Marcuse, explicita melhor o universo da racionalidade de dominação (4). Marcuse qualifica a racionalidade formal ou funcional, apontada por Weber, e contrapõe a esta, um outro tipo de racionalidade, a dialética.

A análise de Marcuse demonstra que a racionalidade formal, ou funcional, é uma racionalidade anticrítica e anti-histórica, mantida por interesses específicos de dominação. A racionalidade formal ou funcional corresponde uma linguagem funcionalizada, abreviada e unificada, a linguagem do pensamento unidimensional que impede a 'negação' da ordem de dominação. A racionalidade formal é unidimensional, na medida em que possibilita apenas a dimensão da 'afirmação', da conformidade ao 'status quo'. Nas palavras do autor: "se o comportamento linguístico bloqueia o desenvolvimento conceitual, se ele limita contra a abstração e a mediação, se se rende aos fatos imediatos, repele o conhecimento dos fatores que estão por trás dos fatos, e, assim, repele o reconhecimento dos fatos, bem como o conteúdo histórico destes. Tal organização da locução funcional é de importância vital na sociedade, e para ela; serve de veículo de coordenação e subordinação. A linguagem funcional unificada é uma linguagem irreconciliavelmente anticrítica e antidialética. Nela a racionalidade operacional e behaviorista absorve os elementos transdentes, negativos e de oposição da Razão" (5).

A racionalidade formal é uma racionalidade mantida por interesses específicos de dominação, fazendo desaparecer a tensão entre o 'é' e o 'deve', entre essência e aparência, potencialidade e atualidade. Esta tensão pertence ao universo bidimensional da locução, universo do pensamento crítico e abstrato. Para Marcuse, no desenvolvimento do pensamento dialético, manifesta-se o caráter histórico das contradições, da tensão entre o 'é' e o 'deve'. Portanto, a dimensão da negação é a dimensão da história, na medida em que permite a trans-

cedência do universo estabelecido de dominação, a transformação qualitativa da realidade, a negação do presente, do 'status quo' (6). Como explicitado por Marcuse, as melhorias historicamente possíveis da vida humana em associação devem compreender transformações da 'qualidade' intrínseca ao desenho de sociedade, orientadas pela racionalidade dialética (7). É claro que valores, como justiça social, equidade e solidariedade, entram nesta discussão, na medida em que se verifica uma qualificação da realidade do desenho de sociedade.

Categorização Política. A realidade do desenho e da dinâmica da sociedade categorizada por Orwell, além de bastante sombria aos olhos do leitor comum, constitui uma categorização lúcida a respeito da Idade Moderna. Com a chave de entendimento explicitada anteriormente, espera-se demonstrar o universo da obra do autor com o auxílio de um conceito psicanalítico. Orwell salienta em sua obra o grau de internalização desejada da repressão, movida por interesses específicos de dominação (8). A conceitualização repressiva, expressa exageradamente na 'Novilíngua', em 1984, obe-

"Em 1984 as super-potências colocaram a História no refrigerador"

ANTÔNIO CALADO
(*Jornal* 1984, TVE 02/01/84)

dece à racionalidade do desenho de sociedade específico, representado na hobbsiana figura do 'Big Brother', a totalitária corporificação do 'Partido' da 'Oceania', um superestado. A locução cifrada, abreviada das siglas governamentais, informa-se da racionalidade repressiva. Os lemas do 'Partido' exemplificam o uso dessa locução:

"GUERRA É PAZ
LIBERDADE É ESCRAVIDÃO
IGNORÂNCIA É FORÇA" (9).

Da mesma forma, o aparato governamental: "... os quatro ministérios que entre si dividiam todas as funções do governo: o Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, diversões, instrução e belas artes; o Ministério da Paz, que se ocupava da guerra; o Ministério do Amor, que mantinha a lei e a ordem, e o Ministério da Fatura, que acudia às atividades econômicas. Seus nomes, em Novilíngua: Miniver, Minipaz, Miniamo e Minifarto (10).

A 'Novilíngua' orwelliana, substituindo palavras por módulos, é caracterizada, principalmente, pela permanente falsificação da realidade e mutabilidade do passa-

do, de acordo com as exigências do 'Partido'. Um dos conceitos 'novilingüísticos' fundamentais é 'Crimedeter'. Nas palavras de Orwell: 'Crimedeter' é a faculdade de deter, de paralisar, como por instinto, no limiar, qualquer pensamento perigoso. Inclui o poder de não perceber analogias, de não conseguir observar erros de lógica, de não compreender os argumentos mais simples e hostis ao Partido, e de se aborrecer ou enojar por qualquer trem e pensamentos que possam tomar rumo herético. 'Crimedeter', em suma, significa estupidez protetora". (11).

Além de 'Crimedeter', os conceitos de 'negrobranco' e 'duplipensar' são bastante significativos na exemplificação das categorizações da locução repressiva, como efetuadas por Orwell: assim como a história deve ser falsificada permanentemente, é necessário uma "flexibilidade, de momento a momento na interpretação dos fatos. Aqui, a palavra-chave é 'negrobranco'. Como tantas palavras da Novilíngua, esta tem dois sentidos mutuamente contraditórios. Aplicada a um adversário, caracteriza o hábito de afirmar impudentemente que o negro é branco, em contradição aos fatos evidentes. Aplicada a um membro do Partido, significa leal disposição de dizer que o preto é branco quando o partido o exige. Significa, também, a capacidade de 'acreditar' que o preto é branco, e mais ainda, de 'saber' que o preto é branco, e de acreditar que jamais se imaginou o contrário. Isto exige contínua alteração do passado, possibilitada pelo sistema de raciocínio que na verdade abrange tudo o mais, e que em Novilíngua se chama 'duplipensar'. ... 'Duplipensar' quer dizer a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e aceitá-las ambas" (12).

Estes conceitos apresentados por Orwell, no contexto de 1984, constituem 'insights' importantes, porque demonstram a preocupação política do 'ficcionalista', que, percebendo o que acontece com a História, suas mudanças, tem importância similar à do chamado 'cientista social' (13). No início da obra, quando o personagem central, Winston, tentando driblar a onipotente 'teletela' que a tudo controlava, decide escrever um diário e se pergunta a quem o destinava, Orwell exemplifica esta preocupação: "Para quem estava escrevendo aquele diário? Para o futuro, os que não haviam nascido. ... Como poderia se comunicar com o futuro? Era impossível, pela própria natureza. Ou o futuro seria parecido com o presente, caso em que não lhe daria ouvidos, ou seria diferente, e nesse caso a sua situação não teria sentido" (14).

O aspecto mais importante para a presente análise, categorizado por Orwell, é a

figura do 'Big Brother', o Grande Irmão. Este é o principal 'insight' do autor, em 1984. Sendo uma figura familiar, constitui a principal referência para os indivíduos no desenho de sociedade descrito na obra. Esta relação pode ser melhor entendida com a utilização de um conceito básico da psicanálise, a 'transferência'.

Em situações de terapia analítica, ocorre uma dependência do analisado em relação ao analista, pelo fato do primeiro transferir ao segundo a importância merecida anteriormente pelas figuras vitais de sua experiência. O analisado, 'transferindo' ao analista a importância ocupada por outros em períodos significativos de sua experiência, se encontra em uma situação de dependência, onde seu 'Eu' tem como referência básica o 'Outro Fundamental', o analista. James Glass, analisando o vínculo de dependência que as organizações burocráticas, informadas pela teoria organizacional convencional, procuram firmar com os indivíduos que participam de seu contexto normativo, explicita que é fácil ocorrerem adulterações no método psicanalítico. Glass salienta que "para o paciente, a dependência persistente, enraizada através da transferência, pode ser não terapêutica; para o analista, a relação justifica tanto sua função quanto o seu sustento"(15). Glass argumenta que as organizações burocráticas procuram justamente esse vínculo de dependência.

De qualquer forma, o que deve ser salientado é que a espontaneidade para ser manipulada por um Outro Fundamental, na psique da pessoa dependente, num sentido mais profundo, indica uma patologia básica dos indivíduos na Idade Moderna: um medo que promove a libertação do ego para uma associação que, passando o tempo todo provendo segurança e direção, inibe totalmente a autonomia independente da função organizacional(16). Essa patologia básica, em outros termos, indica a necessidade de se ter a organização (nos diferentes níveis, o macrosocietário e o organizacional) como o Outro Fundamental, como o principal ponto de referência para o 'ego' do indivíduo que participa do contexto controlado e normatizado.

Em 1984, a hierarquia social, a dinâmica de funcionamento, o referencial absoluto do Grande Irmão, são mantidos através do instrumental ideológico da verdade única, "que além de imposta a qualquer preço passa por um contínuo processo de simplificação, visando a eliminação de toda a capacidade de pensar dos membros do Partido (a consciência da massa não importa, basta influenciá-la de 'modo negativo', inculcando-lhe a histeria guerreira)"(17). Através do 'duplispensar', o Grande Irmão

anula consciências que possam negar a ordem de dominação. E, ainda, "além da eliminação do passado como elemento de desarmonia com o presente e como instrumento de verificação das afirmações do Partido, este recorre a outros meios, bem mais convencionais, para moldar a consciência dos seus filiados: educação permanente, atividade coletiva sem intervalos, puritanismo, rejeição do sexo enquanto fonte de prazer, sadismo, valorização do poder como fim, não como meio"(18).

Considerações — A realidade do desenho da sociedade atual, mantida por interesses específicos de dominação, onde não há uma participação do indivíduo comum no processo de definição de sua realidade social, exige que esse indivíduo se mantenha como, o que Marcuse denomina, 'homem unidimensional', isto é, o indivíduo que somente afirma a ordem de coisas estabelecidas.

A sociedade industrial avançada, através de sua racionalidade, contém a transform

ação social. A produtividade crescente unida à destruição crescente; a eminência de aniquilamento; o pensamento, as esperanças e o temor subjugados às decisões dos poderes existentes; a miséria preservada apesar da riqueza sem precedente, "consistem a mais importante acusação — ainda que não sejam a 'razão de ser' desta sociedade, mas apenas um subproduto, o seu racionalismo arrasador, que impede a eficiência e o crescimento, é, em si, irracional"(19).

A racionalidade anticrítica a anti-histórica da Idade Moderna informa as técnicas, sutis ou não, da dominação psicológica que consolida a posição de dependência a um referencial, que não conta com a participação do indivíduo em sua definição.

No caso de 1984, os métodos do Grande Irmão alcançam, com Winston, seus objetivos: tornar-se o referencial absoluto e inquestionável: "Finalmente lograra a vitória sobre si mesmo. Amava o Grande Irmão"(20).

Bibliografia

- (1) *PACHECO, Marília et. alii. 1984 você conhece este tirano? Isto É, São Paulo, 7 (362): 40-7, nov. 83.*
- (2) *RAMOS, Alberto Guerreiro. The new science of organizations. Los Angeles, 1977 mimeo. Esta sistemática weberiana foi também apresentada por Manoel T. Berlinck, em um prefácio a dois ensaios de Max Weber, da seguinte forma: "Zweckrationalitat: baseada na expectativa de comportamento e objetos da situação externa e de outros indivíduos usando tais expectativas como 'condições' ou 'meios' para a consecução bem sucedida dos fins racionalmente escolhidos pelo próprio agente. Wertrationalitat: baseada em crença no valor absoluto de um comportamento ético, estético, religioso, ou outra forma, exclusivamente por seu valor e independentemente de qualquer esperança quanto ao sucesso externo". WE- BER, Max. Ciência e Política: duas vocações. 3. ed. São Paulo, Cultrix, p. 11.*
- (3) *MANNHEIM, Karl. O homem e a sociedade: estudo sobre a estrutura social moderna. Rio de Janeiro, Zahar.*
- (4) *O termo dominação é usado neste contexto, no sentido especificado por Marcuse, ou seja, a de uma dominação usada por um grupo ou indivíduo com o intuito de manutenção de uma posição privilegiada, isto é, a permanência do 'status quo'.*
- (5) *MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial; o homem unidimensional. 4. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1973. p. 103.*
- (6) *Ibid.*
- (7) *Um exemplo significativo, comentado por Marcuse, da utilização de uma locução dialética, orientado pela racionalidade dialética, portanto bidimensional, é o Manifesto do Partido Comunista, de Marx e Engels.*
- (8) *Para entendimento dos mecanismos de internalização da repressão característica da sociedade contemporânea, veja: MARCUSE, Herbert. Eros e civilização; uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. 7. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.*
- (9) *ORWELL, George. 1984. 17. ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1984.*
- Ao nível da relação do indivíduo com a organização burocrática, veja: BRANDIAO, Hugo Junior. Interação indivíduo-organização (possíveis implicações psicanalíticas). Florianópolis, UFSC, 1980.*
- (10) *Ibid. p. 9-10.*
- (11) *Ibid. p. 198-199.*
- (12) *Ibid. p. 198-200.*
- (13) *Nessa perspectiva, um importante painal sobre as consequências do processo de formulação de políticas públicas, vigente no Brasil, é Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão.*
- (14) *Ibid. p. 12.*
- (15) *GLASS, James. Consciousness and organization. In Administration & Society. Vol. 7, nº 3, November 1975.*
- (16) *GLASS, James. Schizophrenia and perception: a critique of the liberal theory of externality. In Inquiry, nº 15. 114-145.*
- (17) *PONTESE, Mário. op. cit.*
- (18) *Ibid.*
- (19) *MARCUSE, Herbert. p. 17.*
- (20) *ORWELL, George. op. cit. p. 277.*

O Grande Capital predomina na expansão da economia capixaba

Haroldo Corrêa*

A economia capixaba, em meados da década de setenta, dispunha de razoável infra-estrutura de transportes, comunicações, energia elétrica e portos. Contava ainda com um parque industrial relativamente importante, concentrado na região da Grande Vitória e gerador de 26,4% da renda interna estadual. Além disso, desfrutava de uma posição geográfica bastante estratégica e privilegiada, pois situa-se entre o sul desenvolvido e o nordeste subdesenvolvido, constituindo-se em área de trânsito, e possui uma extensa costa marítima com condições altamente favoráveis à construção de portos.

A essas condições somaram-se várias outras, que vieram possibilitar a continuidade do processo de expansão industrial e retomada do crescimento da agricultura, que havia se mantido praticamente estagnada no período anterior.

Dentre as várias condições e acontecimentos que vieram favorecer o crescimento da "economia capixaba" destacamos os seguintes:

. O auge cíclico da economia brasileira ocorrido entre 1969/73, que favoreceu a expansão do "grande capital" e levou alguns grupos econômicos privados e estatais a tomarem decisões de investimentos que contemplaram a economia capixaba;

. A política de divulgação de oportunidades de investimentos e de atração de investidores para o Espírito Santo, que foi implementada pelos Governos Estaduais no período de 1971 a 1979;

. O apoio dado aos novos investimentos em termos de incentivos fiscais e de financiamentos a longo prazo, que se realizavam em condições altamente favorecidas;

. A política energética, com a criação em 1975 e implantação efetiva a partir de 1979 do PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL, que trouxe vários investidores e projetos agroindustriais para o estado;

. A grande gada ocorrida em meados de 1975, nas regiões cafeeiras do sul do país que, ao destruir boa parte da capacidade produtiva do produto, forçou a alta dos preços tornando a cafeicultura novamente uma atividade compensatória e altamente lucrativa;



A política industrial arrojada proposta pelo Governo Federal no II PND em 1974 que fez deslanchar um novo ciclo de crescimento da indústria de base na economia brasileira.

Esses diversos fatores e condições fizeram com que, entre 1975 e 1985, uma grande massa de recursos viessem a ser investidos no Espírito Santo, principalmente por grandes grupos econômicos sediados fora do estado.

Assim, iniciou-se, em meados dos anos setenta, uma nova fase do crescimento econômico capixaba que foi caracterizada de

um lado, pelo comando e hegemonia do "grande capital" e de outro, pela diversificação e modernização de todos os setores da economia.

A hegemonia do "grande capital" se estabeleceu pela confluência de dois movimentos distintos. Um realizado pelo pequeno capital local, que durante a primeira fase de expansão (1967-74) apresentou acelerado ritmo de acumulação e concentração, com o que alguns grupos tornaram-se grandes e estenderam sua atuação por outros mercados. Dessa forma, alguns grupos locais se "nacionalizaram", posto que pas-

*Professor do Curso de Economia da Ufes, Técnico do IJSN

TRIBUNA LIVRE

am a operar no mercado nacional e não mente no restrito mercado local. É evidente, contudo, que isso só foi possível se alisar a partir do momento em que o próprio mercado local assumiu determinadas proporções e esses grupos consolidaram sua posição nesse mercado, base a partir da qual se projetaram no mercado nacional.

Por outro lado, esse processo não deve ser realizado linearmente, pois tão logo o mercado local tenha atingido tamanho significativo, deve ter se acirrado a concorrência dos grandes grupos nacionais que atuam na mesma área dos grupos locais. Além disso, os grandes grupos nacionais que procuram se estabelecer no Espírito Santo não se restringem apenas às áreas tradicionais e de domínio do capital local, senão se voltam muito mais para o desenvolvimento de atividades ainda não existentes ou pouco desenvolvidas. Isso dinamiza o crescimento e, de certa forma, amplia o espaço de reprodução do próprio capital local que, se não se transformar em grande capital, tem poucas chances de sobrevivência.

Assim, sob a égide do grande capital, implementou-se um amplo processo de crescimento de todos os setores da economia capixaba, que tem conduzido a uma crescente modernização e diversificação econômica, tanto na agricultura como nas atividades tipicamente urbanas.

Modernização da Agricultura. O setor agrícola, que tinha se mantido praticamente estagnado durante mais de um decênio, vem passando por um intenso processo de expansão e modernização que se realiza com o avanço da forma capitalista de produção. Número crescente de empresas rurais têm sido organizadas pelo grande capital, com o que tem-se concentrado a propriedade e a posse da terra e aumentado, substancialmente, o número absoluto e relativo de trabalhadores assalariados no campo. Além disso, a produtividade da agricultura tem crescido de forma significativa devido à adoção, por parte das empresas rurais, de uma nova matriz tecnológica que envolve o uso em grande escala de insumos agrícolas modernos, tais como, máquinas e implementos agrícolas, fertilizantes, defensivos, sementes selecionadas, etc.

Todo esse processo de modernização capitalista da agricultura embora reduza, de certa forma, o espaço de reprodução da pequena produção familiar, convive com esta e não elimina totalmente a pequena propriedade nem a produção familiar dos pequenos proprietários e dos parceiros. Contudo, a pequena produção familiar não permanece intacta, sendo também atingida pelo processo de modernização que o desenvolvimento capitalista vai generalizando

e tornando irreversível. A modernização se impõe à medida que a pequena produção acaba tendo que concorrer com a produção de escala capitalista. Assim, vai se constituindo uma nova estrutura de pequena produção que é moderna e radicalmente diferente daquela tradicionalmente dominante do meio rural capixaba.

A modernização da agricultura pode ser avaliada pelo crescimento do consumo de insumos agrícolas. O número de tratores aumentou de 508 em 1960 para 1.131, 1.940 e 5.334, respectivamente, nos anos de 1970, 1975 e 1980. O grande crescimento (taxa anual de 22,4%) foi observado no período de 75/80. Também o número de estabelecimentos rurais que usavam adubação química ampliou-se bastante, tendo passado de 0,5% do total de estabelecimentos em 1960 para 17,2 em 1975 e 50,8% em 1980. Além desses insumos, cresce substancialmente o uso de arados de tração mecânica, de calcário e de defensivos agrícolas. Essa tendência evidenciada pelos dados acima não pode ser constatada para o período posterior a 1980 devido à inexistência de dados censitários e de pesquisas específicas,

Entre 1960 e 1970 a cafeicultura sofreu uma redução de 48%

mas parece bastante razoável supor que tenha prosseguido o processo de modernização, uma vez que, como veremos a seguir, as principais culturas agrícolas continuaram se expandindo.

A cafeicultura, devido à política de erradicação, havia sofrido uma redução de 48% no número de cafeeiros entre 1960 e 1970, tendo passado de 447,6 milhões para 234,8 milhões de pés. Até 1975, em que pese a política de financiamento de novos plantios instituído pelo IBC a partir de 1970, a situação não se alterou, pois o crescimento do número de cafeeiros foi de apenas 5,2%, passando a 247,1 milhões de pés. Somente a partir de 1975, após a geadada ocorrida na região sul e o consequente aumento dos preços do produto, verificou-se o crescimento do plantio, tendo a população cafeeira aumentado para 447,1 milhões de pés em 1980 quando igualou-se ao número de cafeeiros existentes em 1960. Esse processo de expansão parece ter prosseguido nos anos subsequentes, pois as estimativas do IBC indicaram para o ano de 1984, um número efetivo de 585 milhões de pés de café.

Essa extraordinária expansão do plantio de café dos últimos dez anos foi acom-

panhada de uma grande transformação da base produtiva da cafeicultura estadual, que aumentou significativamente o nível de produtividade da lavoura. Enquanto no triênio 1960/62 a produção média foi de 925 kg de café em coco por hectare, no triênio 1981/83 a produção média elevou-se para 1.218 kg/hectare.

A cana-de-açúcar, lavoura mais antiga do Espírito Santo, que teve crescimento bastante lento nas décadas de sessenta e setenta, também recebeu um novo impulso a partir de 1979, quando o PROALCOOL foi dinamizado. De uma área média de 20.000 hectares, passou-se a aproximadamente 50.000 hectares, em 1985, com perspectivas de novos plantios para atender a expansão da capacidade industrial de produção de álcool e açúcar. A produtividade média entre 1975/77 e 1981/83 aumentou de 31 ton./ha para 50,2 ton./ha, um crescimento de 61,9%.

A cultura do cacau, embora não tenha expandido a área cultivada, aumentou de forma significativa a produção devido à melhoria de produtividade que, entre 1969/71 e 1981/83 passou de 251,7 kg/ha para 554,6 kg/ha, um aumento de 120,3%.

As demais culturas tradicionais em geral apresentam um comportamento oposto ao do café porque concorrem entre si pelos cursos disponíveis. Assim como o café desde de 1975 encontra-se em expansão, as demais lavouras, principalmente as temporárias, apresentam uma tendência de queda da área cultivada e da produção, embora, de forma generalizada, se verifique um aumento de produtividade decorrente da modernização. A exceção dentre essas culturas coube ao feijão, cuja produção e área cultivada se expandiram no período recente, incentivados pelo bom nível de preços vigentes devido à insuficiência de oferta do produto.

Outras atividades têm se desenvolvido nos últimos anos, sem que ainda apresentem níveis de produção significativos, embora trate-se de atividades altamente capitalizadas e modernas, como é o caso da avicultura, suinocultura e das culturas de pimenta do reino, mamão, abacate, seringueira, etc... Além dessas, deve-se destacar como uma das mais bem sucedidas, a atividade de reflorestamento da qual derivam as produções de carvão vegetal e celulose. A área de reflorestamento apresentou grande crescimento, tendo passado de 25.296 ha em 1960 para 98.388 ha em 1975. No ano de 1980 essa área aumentou para 143.178 ha e estima-se que, em 1985, ela seja superior a 170.000 hectares.

A pecuária bovina, a partir de 1975, ao contrário do café, apresentou uma queda vertiginosa do rebanho. Essa atividade,



Douglas Lynch

A partir de 1975 a pecuária bovina apresentou uma queda vertiginosa do rebanho

entre 1960 e 1975, aumentou a área de pastagens de 842.656 para 2.130.563 ha e o rebanho bovino de 653.890 para 2.104.159 cabeças, tendo expandido tanto a pecuária leiteira como a do corte. Entretanto, a partir de 1975, essa tendência foi totalmente alterada tendo decrescido em 1980 a área de pastagens para 1.978.794 ha e o efetivo de bovinos para 1.844.205. Dados recentes do FIBGE e da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo indicam a permanência da tendência de redução da área de pastagens e do rebanho, que em 1984 era, respectivamente, de 1.869.532 e 1.742.636. Esse rebanho existente em 1984 correspondia a 82,4% do rebanho de 1975, tendo decrescido 17,2% no decênio.

Em síntese, a agricultura estadual vem passando, a partir de meados da década de setenta, por um processo intenso de modernização capitalista, onde novas técnicas de produção e insumos agrícolas modernos são cada vez mais utilizados, tanto pelas empresas rurais como pelos próprios pequenos proprietários e parceiros. As culturas tradicionais de exportação e energéticas (café, cacau, cana-de-açúcar) e atividades, como o reflorestamento, cuja produção se destina ao processamento industrial, tem se expandido aceleradamente. Por outro lado, as lavouras tradicionais alimentícias (arroz, milho, mandioca e feijão) e a pecuária bovina enfrentam a concorrência daquelas que se encontram em expansão e sofrem um processo de esvaziamento que culmina com a redução da produção e da área cultivada.

Mas é essa agricultura moderna e capitalizada a base sobre a qual vai se ampliando o mercado consumidor local, em parti-

cular o de bens industriais, embora o número absoluto e relativo de empregos gerado pelo setor tenda a se reduzir em função da disseminação dos métodos modernos de cultivo.

Estrutura Industrial — O setor industrial, da mesma forma que a agricultura, manteve no período recente altas taxas de crescimento em praticamente todos os gêneros, embora aqueles tradicionais e mais voltados para o mercado local tenham apresentado crescimento mais moderado que os complexos e mais voltados para o mercado externo.

Os primeiros que tinham constituído a base do crescimento industrial na fase inicial da industrialização capixaba ocorrida entre 1967/75 passaram a ter taxas de crescimento mais moderadas e em alguns casos até negativa.

Produtos alimentares, que em 1980 ainda representava 32,94% do valor da produção da indústria de transformação, cresceu à taxa de 10,4%, enquanto a taxa do setor industrial foi de 11,5%. O comportamento desse gênero em grande medida reflete o comportamento do setor agrícola, pois os produtos daquele setor são as suas matérias primas. Assim, podemos verificar importantes alterações internas do gênero, pois o sub-gênero beneficiamento, torrefação e moagem de produtos alimentares cresceu à taxa de 16,1% enquanto abate de animais praticamente manteve-se estagnado, laticínios cresceu à taxa de apenas 3,3% e os demais sub-gêneros, principalmente devido à expansão de indústria do cacau, cresceu à elevada taxa de 19,9%.

Madeira, que sempre foi o segundo mais importante gênero em valor da produção, com exaustão e total devastação das florestas do norte do E. S. e sul da Bahia,

entrou em decadência e teve taxa de crescimento negativa de 3,3%. Com isso, passou a representar apenas 7,81% do valor da produção enquanto que, em 1975, representava 15,9%.

O gênero de minerais não metálicos, cujo crescimento foi bastante reduzido em relação ao do período anterior, ainda manteve a elevada taxa de crescimento de 11%. Esse gênero, entretanto, deve ter sido o mais atingido pela crise iniciada a partir de 1982, quando o setor de construção civil pesada, com a conclusão das obras civis da CST, e imobiliária, com a crise do Sistema Financeiro da Habitação, reduziram substancialmente suas compras de materiais. Atualmente, com a persistência da crise da construção civil, o gênero deve estar operando com boa margem de capacidade ociosa.

Dentre os demais gêneros tradicionais, deve-se destacar o têxtil que cresceu à taxa de 9,6%, e, os de vestuário, calçados e artefatos de tecidos e bebidas, que constituíram exceção, pois apresentaram taxas de crescimento bem superiores à média do setor industrial. O primeiro cresceu à taxa de 18,3% e o segundo de 32,2%, o que pode ser explicado basicamente, pela entrada em operação da fábrica de cerveja.

Como parece ter ficado evidente o conjunto dos gêneros tradicionais deu mostras de perda de dinamismo, do período 1975/80, o que pode ter sido acentuado nos anos posteriores a 1980 quando a recessão econômica tornou-se mais profunda.

Ao contrário dos gêneros tradicionais, aqueles mais complexos e ligados à indústria de base apresentaram grande dinamismo e taxas de crescimento extraordinárias, tanto do investimento como da produção industrial.

Metalurgia, química, papel e papelão, mecânica e material de transporte, foram os cinco gêneros onde se concentraram os investimentos do "grande capital", o que determinou expressivos aumentos de capacidade produtiva.

A metalurgia, que figurava desde 1970 entre os quatro principais gêneros, apresentou um pequeno crescimento (taxa anual de 0,6%) do valor da produção industrial entre 1975/80. Contudo, isso não revela uma tendência, pois esse gênero foi o que recebeu maior volume de investimentos, embora os projetos resultantes só tenham sido concluídos após 1980. É o caso, por exemplo, da Companhia Siderúrgica de Tubarão, grande usina integrada com capacidade de produção de 3.000.000 ton./ano, maior projeto industrial até agora instalado no Espírito Santo que envolveu investimentos da ordem de 3 bilhões de dólares.

usina só começou a operar em meados de 1984, mas, no seu segundo ano de atividade, funciona a plena capacidade produzindo placas de aço. Da mesma forma, a Companhia Brasileira de Ferro só colocou em operação o seu segundo alto-forno, a partir de outubro de 1984, quando duplicou a capacidade de produção de ferro-gusa e passou a 120.000 ton./ano. Ainda em 1985 deverá iniciar a produção uma nova siderúrgica de ferro-gusa (Cia. Metalúrgica Vetorial) com capacidade de 30.000 ton./ano.

Com a operação desses novos projetos, a metalurgia deve ter se tornado principal gênero da indústria de transformação, tanto em valor da produção como em número de operários. Certamente, já no ano de 1985 a metalurgia deve ter ocupado a posição de liderança que sempre coube ao gênero de produtos alimentares.

A indústria de papel e papelão apresentou grande dinamismo, tendo crescido à taxa anual de 190%, entre 1975 e 1980, o que se deve exclusivamente à operação da fábrica de celulose da Aracruz Celulose S/A. Em 1980 esse gênero era o segundo mais importante, participando com 11,54% do valor da produção industrial. Sua produção continua se expandindo com o uso crescente da capacidade instalada que, em 1980, ainda não era totalmente utilizada, mas vez que a fábrica havia entrado em funcionamento no ano anterior.

A indústria química cresceu à taxa de 144% ao ano entre 1975 e 80, e deve ter continuado a se expandir a taxas elevadas, visto que entre 1982 e 85 entraram em operação sete novas usinas produtoras de álcool, que possuem em conjunto uma capacidade nominal de 1.060.000 litros/dia.

Por outro lado, o crescimento da agricultura deve ter elevado o consumo de fertilizantes e rações, o que constitui um estímulo à expansão das indústrias produtoras destes insumos e, portanto, da própria indústria química.

A mecânica também apresentou bom nível de crescimento (taxa anual de 33,3%), o que deve continuar acontecendo, uma vez que esse gênero tende a se expandir com o próprio crescimento industrial, pois trata-se de um gênero produtor de bens de capital.

Material de transporte, da mesma forma que metalurgia, apresentou crescimento bastante reduzido entre 1975 e 80, tendo sido a taxa anual de apenas 1%.

Mas o gênero deve ter retomado as altas taxas de crescimento a partir de 1982, quando começou a funcionar uma fábrica de ônibus para transporte de passageiros do grupo Itapemirim.

Assim, dado o extraordinário cresci-

mento dos gêneros industriais ligados à indústria de base, ocorrido entre 1975 e 1985, que resultou da realização de investimentos do "grande capital", houve uma grande diversificação da estrutura da indústria de transformação, o que reduziu substancialmente o peso relativo dos gêneros tradicionais.

Além da indústria de transformação, também a extrativa mineral recebeu pesados investimentos do "grande capital", que resultaram na implantação de sete usinas de pelotização de minério de ferro. Dessas sete usinas que possuem, em conjunto, uma capacidade nominal de produção de 22 milhões de ton./ano, cinco, com capacidade de 17 milhões de ton./ano, foram instaladas na segunda metade dos anos 70. A CVRD e os grupos associados italianos, espanhóis e japoneses são proprietários de 6 usinas - 17 milhões de ton./ano - e o grupo SAMARCO MINERAÇÃO S.A. controla uma usina de 5 milhões de ton./ano.

Com essa industrialização recente, a "economia capixaba" integrou-se definitivamente à dinâmica da economia brasileira, tendo assumido um caráter complementar e dependente.

Somente a partir de 1980 a Grande Vitória tornou-se um mercado consumidor urbano

Urbanização e Setor Terciário. Acompanhou o crescimento industrial um intenso movimento de urbanização e de ampliação e modernização do setor terciário.

A população urbana cresceu a taxa elevada desde 1960 até 1980, com o que aumentou de 195.825 para 1.293.378 habitantes e de 28,4% da população total passou a representar 64,2%. Com isso, formou-se um significativo mercado consumidor urbano, particularmente na região da Grande Vitória que em 1980 tinha 706.263 habitantes, o que representava 35% da população total do estado.

Essa região tornou-se mais importante ainda a partir de 1980, com a implantação de novos projetos industriais, particularmente o da CST. Estimativa recente da população realizada pelo Instituto Jones dos Santos Neves indica para a região uma população de 922.000 habitantes, o que corresponde 40% da população do estado. Esse crescimento da população urbana associado à expansão industrial criou as condições necessárias à expansão de várias atividades urbanas do setor terciário, tanto mercantis como de serviços pessoais e industriais.

Nesse setor, excetuando-se aqueles serviços que são monopólio estatal e os serviços industriais altamente especializados que são dominados pelo "grande capital" nacional, restam uma vasta gama de atividades, nas quais o capital local encontra as condições ideais para a sua reprodução. Em geral, o capital local tem preferência por essas atividades mercantis e pela construção civil, porque estas não exigem grande imobilização e são pouco especializadas e, o que é mais importante, comportam manobras especulativas que em geral rendem bons lucros. Em síntese, preferem menor risco e maior rentabilidade. Assim, todos os grandes grupos locais, que hoje já diversificaram suas atividades, têm origem ligada a atividades mercantis, principalmente, comércio de café, transporte de passageiros, transporte de cargas, etc..

Entretanto, mesmo esse setor, onde o capital local encontra maiores facilidades para seu crescimento, o "grande capital" externo tem se colocado numa posição de concorrência e crescente absorção dos grupos locais. Isso acontece particularmente naquelas atividades que a nível nacional já são concentradas, como é o caso de construção civil, supermercados, lojas de departamentos, sistema bancário, hotelaria etc. Assim, os pequenos capitais locais são pressionados a tornarem-se grandes e desta forma adquirirão condições de concorrer no mercado local e em outros mercados, ou então a serem absorvidos pelo "grande capital" nacional.

Para finalizar, deve-se ressaltar que as transformações por que passou o Espírito Santo nas duas últimas décadas tornaram sua economia radicalmente diferente daquela existente quando da crise da cafeicultura.

Ao contrário do que muitos ainda acreditam, a "sociedade e a economia capixaba" não são mais predominantemente rural e agrícola, pois, desde fins dos anos setenta, já apresenta um perfil tipicamente urbano-industrial. Basta verificar que já no ano de 1980 dois terços da PEA (65,2%) estava ligado aos setores secundário e terciário, ou seja, estavam na área urbana, assim como 64,2% da população total. Por outro lado, embora o último dado de que se disponha seja referente 1975, a renda interna estadual era derivada majoritariamente dos setores secundário (26,4%) e terciário (52,9%).

Essa preponderância desses setores deve ter se ampliado ainda mais com o crescimento pós-80, o que deve ter potencializado os problemas sociais decorrentes de um processo acelerado de urbanização, tais como, a favelização, o desemprego, a subnutrição, a marginalidade urbana etc.

ENTREVISTA

“Terra parada é crime. Um crime que mata até cidade”.

Adilson Vilaça

Em 1954 Ali Viela Custódio da Silva tirou posse de um pequeno lote e nele levantou casa, isso próximo ao Rio 9 de Abril. Além das três filhas de pouca idade, Viela trazia um lote de burros, um porrete de candiúba para tocar a tropa e o fatasma do assassinato de sua companheira, ocorrido poucos dias antes. Um ladrão de cavalos, na tentativa de roubar os animais da tropa, disparou dois tiros em sua mulher. Foi este o acontecimento que ditou ao tropeiro a arribação de Pocrani, Minas Gerais.

O Vale do 9 de Abri era de águas frescas, encaixado num panelão de montanhas, propício à extração de madeira e lavoura. O tropeiro Viela abriu algumas das primeiras trilhas na região. Viu o crescimento rápido de patrimônios como Imburana, Cotaxé, Joassuba, Itapeba e tantos outros por onde transportou cargas de arroz, café, feijão e o mais que fosse colhido, além das encomendas de todo mote. Em 1955 assistiu à festa com que se comemorou a criação do Município de Ecoporanga.

O povoado, que um ano antes tinha apenas oito casas, era, então, sede de um próspero município embicado na divisa com Minas Gerais e Bahia. E foi aí que a história entortou suas linhas. A prosperidade atraiu “papas-terras” dos quatro cantos do mundo, confessa Viela. A mando de grileiros muitos posseiros foram mortos, nasceram as propriedades maiores e o povo foi indo embora.

Essa é a história contada pelas palavras e corações de Viela Custódio da Silva (residente na sede do município de Ecoporanga), Walter Maciel da Silva (posseiro residente em Imburana), Sebastião Baio (lutou ao lado dos posseiros e foi um dos fundadores de Cotaxé) e Sebastião Santos (que toca uma pequena farmácia em Cotaxé). Essa é a história da concentração da terra em nome da improdutividade, da fome e do desespero registrado em alguns outros depoimentos colhidos. Passemos ao mosaico.



Revista — O condutor de tropa já foi um personagem indispensável em Ecoporanga. Hoje, além da modernização dos meios de transporte, há também uma evidente diminuição da produção agrícola do município. O Sr., que desde 1954 está fincado no mesmo lote, ainda não teve vontade de ir embora?

Viela — Vontade não: eu sou é doido pra ir embora. Só tenho dó de deixar os amigos, mas a maioria dos próprios amigos já foi embora. Tem gente despejada aí pelo Paraná, Mato Grosso, Rondônia... De vez em quando eu penso em ir visitar os amigos mas penso dez vezes porque não sou de fazer as coisas assim, nas três palavras. Se eu for passear eu embirro por lá e não volto. Faço como burro ruim: empaco e pronto. Mas ao mesmo tempo que tenho vontade de ir, tem uma coisa que fica me agarrando nesse lugar. As minhas filhas fizeram uma casa nova, boa, e eu fico me amarrando para derrubar essa casa velha, os tijolos virando pó... Não sei explicar direito. Esse lugar já foi muito bom, de muito movimento, esses patrimônios tinham uma vida de coisa gigante, feira com muita fatura. Depois minguou. Tudo foi andando pra trás.

Revista — O tropeiro estava no dia-a-dia com o camponês, fazendo escoamento da produção e levando mercadorias aos sítios. Como o Sr. explica a revoada repentina de toda essa gente?

Viela — Esse é um caso comprido. Muito comprido. Os posseiros estavam lá nos roçados, fazendo fatura e criando tudo quanto é criação. De galinha pra cima tinha todo bicho pra comer. Para o tropeiro era uma farrá. A tropa era a coisa mais importante, era o primeiro ramo de negócio; todo mundo largava o serviço pra trabalhar com tropas: alfaiate, boticário, sapateiro, tudo. Uns só serviam mesmo era pra burro de tropa, porque não pescavam nada do riscado. Mas o caso é que a fatura chamou a ambição de gente gananciosa, dessa gente do olho esbugalhado que bate o olho numa flor e ela morre. E eles chegaram e foram logo armando contenda com os posseiros, apresentando documentação de cartório, com jagunços e meganhas comprados. Morreu muita gente boa, trabalhadora. Lá em Cotaxé mataram o Danielzinho, bem no mercado. Era um bom homem, muito prosa e brincalhão. Também o Paredão, que inventaram que era malfeitor e coisa e tal. Ele era um homem trabalhador, satisfeito, um sujeito muito alegre. Foi tocaiado e pronto. E assim morreram muitos outros. Crianças e mulheres também foram perseguidas, judiadas. Matavam uma mulher ou criança como quem mata uma saracura no brejo, sem pensar nem piscar. Por essas e por outras é que o povo foi embora, dei-



Douglas Lynch

Viela teima em não derrubar a casa

xando terra, benfeitoria, lavoura. Um ou outro recebeu um dinheirinho na mão, só a conta pra fazer a mudança.

Revista — Entre 1959 e 1962, não suportando as arbitrariedades dos jagunços e policiais, houve reação armada dos posseiros. O Sr. acompanhou de perto esse embate?

Viela — O caititu em manada bota onça pra correr. E foi isso que os posseiros fizeram. Eu tinha muitos amigos entre os posseiros. Os comerciantes daqui também. Os posseiros é que faziam a vida do comércio. O primeiro prefeito de Ecoporanga, que foi prefeito colocado e não prefeito votado, viu essa cidade prosperar. Ele foi prefeito outras vezes e se chamava Tolentino Xavier. Outro que foi prefeito mais de uma vez foi o João Corsino. Eles viram essa cidade com quatro máquinas de beneficiar café e até fábrica de bebida, onde era feito vinho de jurubeba e vinho de gengibre. E quem fazia o comércio andar pra frente? Eram os posseiros, nas suas lavouras. Então todo mundo era amigo dos posseiros. Não só eu. Todo mundo.

Os posseiros reagiram à baía. Muitos já tinham sido descansados pela malvadeza dos papa-terras. E por isso eles reagiram à bala. Fizeram bonito e bem feito mas uma guerra é vencida pelo bicho da guerra. Os posseiros eram bichos da lavoura, pra plantar frutos, e não aguentaram as levas de soldados. Os grileiros de terra foram depois só tomando conta daqui e dali, passando alqueires para os grandes fazendeiros.

Entre posseiros tinha um que era espe-

Fuga Para Rondônia

Gilson Oliveira Silva e Élio Oliveira dos Santos, com 19 e 16 anos, estão partindo para Rondônia. Dona Arcanja, mãe dos rapazes, diz que está acostumada com essa sorte. O marido sumiu na estrada há mais ou menos 25 anos e ela criou os sete filhos no braço.

Com a partida de Gilson e Élio, só restou em casa uma filha, Élia, irmã gêmea do mais novo. A filha, Rosa Célia, casada com Jorge Teixeira Garcia e mãe de dois filhos, também estava ficando. Jorge está indo para Rondônia com a intenção de voltar no fim do ano para buscar a mulher e os filhos.

Ficou combinado entre Dona Arcanja e Rosa Célia que fechariam uma das casas, afinal a Élia não poderia ficar sozinha e Dona Arcanja, que tem perto de 60 anos, passa a semana fazendo capina numa fazenda, a 12 quilômetros.

Carlinhos, um dos filhos de Dona Arcanja que já estava em Rondônia, foi assassinado no ano passado. Ela não sabe o porquê. Diz que tem pena dos filhos mais novos irem trabalhar no mato mas acha pior eles continuarem em Cotaxé sem ter o que fazer.



Douglas Lynch

Na hora da saída do ônibus gritou muitas recomendações aos filhos. Disse que quer ser enterrada em Cotaxé e não deixou nenhuma das filhas chorar. Só ela e os netos tiveram esse direito.

cial. Era o velho Genuíno, um homem muito bom de muito juízo, um pai para todos. Tem uma filha dele que é professora lá em Imburana, ela era muito nova na época e servia de mediadora entre os posseiros armados e as patrulhas da polícia militar. Dois filhos dele morreram assassinados.

Foi isso a luta: o bicho da guerra, com o bicho do dinheiro apoiando, expulsou todo mundo.

Revista — Os povoados de Ecoporanga estão em franco declínio, alguns chegando perto da velha imagem das vilas fantasmas tal é o número de casas fechadas e o pouco movimento comercial. Qual seria a forma de revitalizar novamente esses comércios?

Viela — Ora, é só plantar. Gado é um bicho muito ingrato. Ele transforma a terra mais rica em casca seca; ele só pede capim. E quando o fazendeiro tira o gado, a terra fica parada porque não tem mais proveito.

Terra parada é crime. Um crime que mata até cidade. Imburana, Coaxé, Itapeba, Prata dos Baianos, Ribeirãozinho, eram lugares muito bons. Imburana, então era um brinco. Hoje eu não tenho nem coragem de ir até lá. Aquilo acabou. Os posseiros do Córrego do Limão foram quase todos embora. Há povoados encravados dentro das terras de um fazendeiro: aí não tem mais jeito; acaba mesmo. Isso aconteceu no Ca-



O gado acabou com as pequenas propriedades

bajá: os grileiros ameaçaram daqui e dali. Eu avisei ao Zé Bernardo, conversei com ele, chamei pra Ecoporanga, e ele me disse que quem morre na véspera é peru. Só que ele morreu como um porco, a machadadas. Os outros moradores abandonaram os trechos e as lembranças e caçaram caminho.

Revista — O Sr. tem acompanhado a disposição do Governo Federal em promover uma reforma agrária? O Sr. acha que uma reforma agrária poderia ser o caminho para dar vida nova ao município?

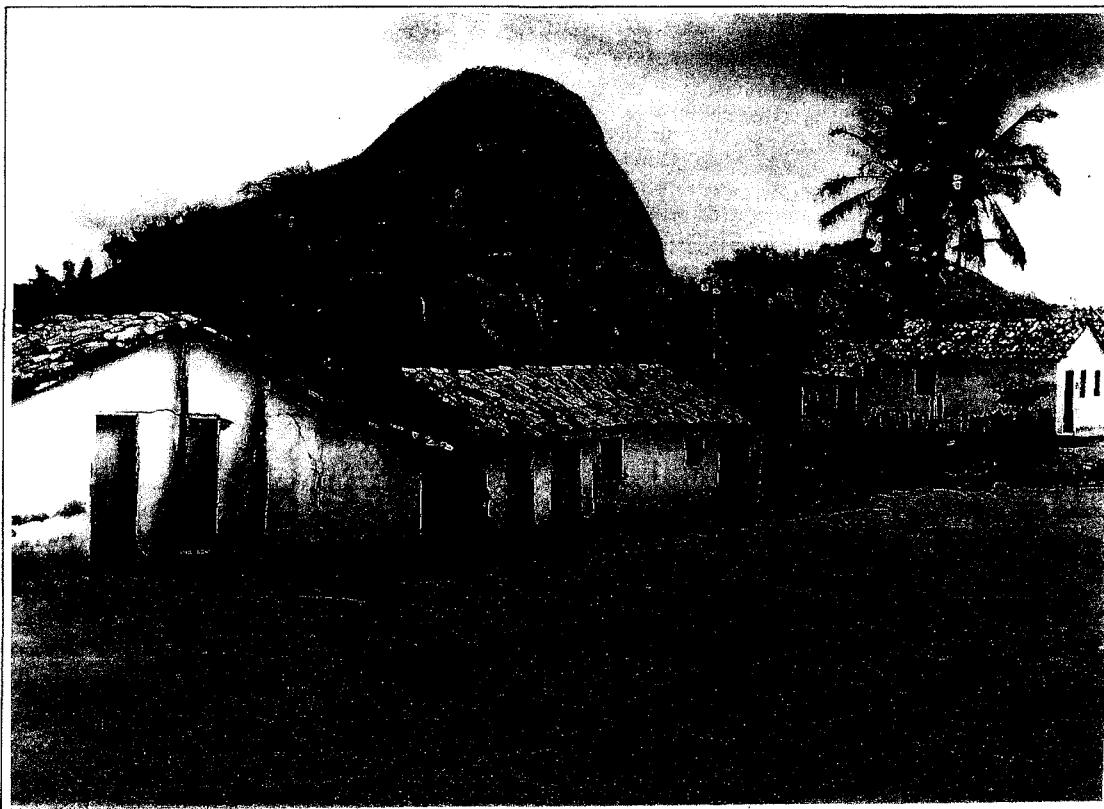
Viela — Uma reforma agrária, sem assombro, é coisa de bem. Só que eu tenho 65 anos e pouco tempo para acreditar e depois ainda esperar. Mas eu tenho acompanhado e acho que o Governo precisa só de uma coisa: peito. E essa força ele tem que buscar com o trabalhador da roça porque ele vai perder, e ter contra ele a força do fazendeiro.

Imburana

Revista — A reforma agrária, ainda em fase de discussão, botou alguns fazendeiros do município de sobreaviso. O Sr. acredita que possa haver sérios conflitos com a implantação, de fato, da reforma?

Walter — Na verdade essa gente fazendeira cria muito fantasma. Alguns por aí já estão falando em comprar metralhadoras e não abrir mão nem de um palmo de terra. E esses são os mesmos que emperram na hora de pagar um meeiro, dizendo que a partilha é assim e assim ou que não têm dinheiro.

Na verdade essa história só vai ficando



Cotaxé começou com a pequena povoação de Pedra da Viúva e se tornou o posto de comércio mais procurado pelos posseiros.

complicada. Eu falo isso como brasileiro, um cidadão que pensa no futuro do País. E que está vendo o presente que estamos vivendo, uma ladroagem disparada nas cidades e as terras e o homem do campo abandonados. De 1959 a 1962 os fazendeiros tocaram metralhadora para tomar as terras, acabar com as lavouras e soltar gado pra se criar como bicho selvagem. Criaram esses milhares de alqueires improdutivos. E quando se fala em botar a terra para produzir, eles de novo lembram das metralhadoras. Isso é que é o absurdo.

Revista — O Sr. tinha posse no Córrego do Limão?

Walter — Não, de meu mesmo eu não tinha. Mas ajudei a lutar porque meus parentes todos tinham posse, a minha companheira é filha do falecido Genuíno Neto que era uma espécie de líder de todos. A Geralda, nos tempos mais graves, é quem ia a Eco-poranga ou onde fosse para se entender com justiça e mediar o conflito.

Houve muita morte, muito desmando. Isso é história para não se repetir. Por isso é que é preciso se constituir um novo País, como uma lei severa e pura elaborada por uma Assembléia Nacional Constituinte. Do jeito que está, não há dúvida, só vai piorar.

Revista — O Sr. ainda está lidando com alguma atividade agrícola?

Walter — Estou, é claro. Quem sabe plantar tem que plantar. Se há cerca e pasto nessa terra toda, a gente planta no quintal. Aqui eu tenho uma chácara de mais ou menos meio alqueire e nesse pedaço eu planto mandioca, banana, um pouco de cacau, milho, um pouco de café, cará japecanga, carabiçú, cana, e toco um viveiro de arroz à meia com meu vizinho, produzindo de 40 a 45 sacos todo ano. E num pedaço de terra do Dico plantamos milho à meia. A minha saúde é pouca, tenho 55 anos, mas gosto de fazer fartura.

Revista — Quantos anos o Sr. viveu no Córrego do Limão?

Walter — Eu tenho 38 anos de moradia no município; 28 anos eu morei no limão e agora, há três anos, estamos aqui em Imburana, esse lugar que já foi tão bom e agora está parado no tempo. A Geralda é diretora da escola de 1º grau daqui do povoado.

No Limão vivemos bons tempos. E foram muitos anos, o que dá para comprovar o erro da justiça em ter desalojado posseiros que já estavam no pedaço de terra há 30 anos ou mais. Outras pessoas, ainda vivas e morando por aí, podem contar também essa história. E há posseiros foragidos para longe daqui e que têm medo, até hoje, de vir aqui visitar os parentes. Só quem viveu aqueles anos de 61 a 62, embrenhado no mato, lutando para defender a produção e a própria vida, é que pode contar o terror



Geralda e Walter participaram do conflito no Córrego do Limão

Douglas Lynch

que nós vivemos. Após o terror, instalou-se essa miséria que todos podem ver.

F Pedra da Viúva

Revista — Na qualidade de fundador do povoado de Cotaxé, o Sr. acompanhou, como poucos, o conflito entre posseiros e jagunços. O que o Sr. pode nos contar desse litígio?

S. Baio — Dizendo a verdade eu nem sei como cheguei a esses 70 anos. Por diversas fiquei encurralado dentro de casa esperando a escuridão para fugir com a família. Ficava acuado no mato, os jagunços fazendo a gente de caça. Foi isso que me consumiu, essa perseguição, porque eu cheguei aqui

moderno, com 30 anos e muita saúde. mais ou menos em 1940. Eu mais o Firmino, o João Sório e o Leonel fizemos este povoado. No início, aqui era chamado de Pedra da Viúva. Eles morreram todos.

Para fazer este comércio, a gente comprava tudo o que os posseiros traziam. Primeiro eles vendiam lá na feira e o que sobrava a gente arrematava. Assim o posseiro pegava o hábito de vir aqui. Eu e meus três companheiros chegamos ao ponto de arrematar balaio de maxixe e quiabo e depois desaguar tudo aí no Rio do Norte. Assim nasceu o povoado.

Depois, com as intrigas dos fazendeiros, o que desceu pelo Rio do Norte, foram corpos de posseiros assassinados. E o Cota-

O Encantador de Repente

Sebastião Valhante tem 72 anos. A mulher, um pouco menos. Não têm filhos. Não têm terra. Quando trabalha é na fazenda dos outros.

Como meeiro, vai partindo o que colhe, e vivendo. Não aguenta mais serviço pesado, confessa meio triste.

Sebastião Valhante é excelente flautista. Dando prova do talento, fabricou um flauta de talo de mamão, a canivete, e pôs-se a tocar. E encantou-se.

Era um outro homem aquele que dominava a melodia desperta no canudo do mamoeiro. Era o Sebastião Valhante resistente. O sobrevivente dos combates na posse. O músico encantando a vida, que anda perdendo a magia.



Douglas Lynch

xé agora é esse lugar morto, encravado na fazenda de 644 alqueires do Dr. Leão (João Fernandes Leão).

Revista — Quais foram os fazendeiros que participaram da expulsão dos posseiros? Eles ainda têm propriedade na região?

S. Baio — O chefe de quase toda a intriga foi um tal de Lamartine (Lamartine Loureiro) que depois vendeu toda a posse para o Dr. Leão. Já esse é um homem de boa fé,

nunca mandou praticar maldade contra ninguém. Mas as terras dele fizeram um cinturão que envolve o Cotaxé: para um cristão sair para qualquer norte tem que pisar chão de terra do Dr. Leão. Se o povoado quisesse crescer nem tinha jeito porque ele está preso, cercado de mourões e arame.

Revista — O Sr., então, não acredita na possibilidade do Cotaxé voltar a crescer e ser o centro comercial que todos esperavam?

S. Baio — Ora, não acredito não. Essa fé não mora mais comigo. Em 1956 eu fiz um levantamento que era destinado a passar o Cotaxé para cidade. Naquele tempo sim, eu acreditava e todo mundo acreditava. Agora não.

A não ser que o governo resolvesse repartir essas terras que estão improdutivas porque necessidade tem e, aí, o comércio voltaria a vicejar. Do jeito que anda, com essa praça fraca, o comerciante está fechando as portas.

Comércio de Cotaxé

Revista — Há quanto tempo o Sr. abriu comércio em Cotaxé? O que está faltando para uma melhoria geral do povoado?

S. Santos — Eu estou instalado aqui há sete anos, labutando com essa farmacinha, vendendo um comprimido, um mercúrio-cromo, aplicando uma vitamina B-12 numa mulher que está com fraqueza para parir, enfim, fazendo o mais simples para não errar e nem tirar do freguês o que ele não tem no bolso. Aqui ninguém tem dinheiro, por isso, não há meio de se apurar dinheiro. A praça é muito fraca.

Para uma melhoria geral de Cotaxé, falta muita coisa. Aqui não tem policiamento, não tem mais feira, as casas comerciais, que não conheci abertas, como Casas Tigre, Pernambucoas, Leão do Norte, trancaram as portas.

Estão iniciando o calçamento da praça, construindo galpão de mercado, botando esgoto... Mas isso não resolve o caso armado. Para um bem geral do comércio é preciso lavoura nas redondezas porque o que faz movimento na praça é lavoura à roda.

Revista — O Sr. ainda não pensou em abandonar o Cotaxé e abrir comércio em outra praça?

S. Santos — Eu não tenho mais idade para aventura, não estou mais no tempo de fazer tentativa. Estou com 72 anos e só mantenho comércio porque a pensão do Funeral só dá para lamber uns dias, não dá para a família comer 30 dias no mês.

Os ricos não moram aqui, estão instalados nas capitais. E o pobre, quando não consegue fazer movimento, fazer o de alimentar e tranquilizar a casa, fica uma criatura humilde mas muito nervosa porque a pessoa quando não está funcionando direito tem os nervos atacados.

Eu não vou mais fazer tentativa. Acabando esses vidros da prateleira, eu vou fechar o comércio.

Revista — O Sr. Conhece algum povoado, no município de Ecoporanga ou próximo, que tenha passado uma situação idêntica a



Sebastião Baio, um dos fundadores de Cotaxé, viu os 644 alqueires da atual fazenda do Dr. Leão cercarem o povoado.

Douglas Lynch



de Cotaxé e que tenha conseguido vicejar novamente?

S. Santos — Isso tem em Ecoporanga. O Corrego do Dois, por exemplo, é um lugar de fartura novamente. Eu acho que por ser muito alto, lá não serviu para criação de gado. E o pequeno foi subindo aqueles morros, semeando e as flores nascendo, os frutos sendo colhidos de novo. Em Ponto Belo (Município de Mucurici) a vida também voltou. Mulher trabalha, a fartura está instalada; tem uma feira que começa na sexta à tarde e vai até ao meio-dia do sábado.

Aqui, há semana que não se acha uma banana para comprar. Essa beira de rio toda é só de fazendeiro. E fazendeiro quer saber lá de banana? Pequeno proprietário é que cuida disso.

Revista — O Sr. está apontando a pequena propriedade como uma solução para revitalizar a vida no interior. O que precisa ser feito para a terra deixar de ser tão concentrada e produzir mais?

S. Santos — Eu não acho que só a pequena propriedade seja a solução e, além disso, acredito que uma mudança na propriedade da terra vai melhorar a vida do país inteiro, não só aqui no interior. O pobre da cidade está passando fome, pagando 50 contos por dois quilos de carne. Isso o pobre não aguenta e o País vai ficando uma terra de gente derrotada.

Mas o que precisa ser feito é dar direito do trabalhador plantar e para isso é preciso terra e assistência. É preciso que seja feito uma boa reforma agrária porque a coisa está ficando feia demais. Um lugar como esse aqui está sujeito a acabar se não for tomada uma providência.

Quando mexi com propriedade nunca tive miséria em casa. Pensando que o trem era fácil, vendi e agora está difícil garantir a alimentação do dia. Há dias atrás a mulher inventou de fazer um bolo. Eu peguei um egue emprestado e fui buscar um feixe de enha. Peguei umas lascas de tapicuiú e rouxei no jegue. Na entrada aqui da vila topei com um vaqueiro, que me olhou atravessado. No outro dia encontrei com ele no comércio e expliquei: — “peguei as lascas e não dei aviso porque era coisa pouca, só para a mulher fazer um bolo”. Ele me respondeu: — “mas aquilo que o senhor pegou é tapicuiú, madeira de cerca”. Então eu aumentei o assunto: — “era coisa pequena, não dava pra nada. Mas, então, não senão tapicuiú posso pegar?” Ele respondeu: — “Também não”.

Veja só a situação do pobre: não tem o que botar dentro da panela e nem como botar fogo debaixo dela.

Ouro que foi caçar um tatu levou uma alha de um vaqueiro, bem aqui na porta de casa. O vaqueiro, arrogante, disse ao coita-

Cotaxé
é um
povoado
abandonado
com muitas
casas
fechadas.



Douglas Lynch

Jesus Anda Desanimado

O marceneiro José Gonçalves de Jesus leva três dias para buscar o material de trabalho que utiliza na oficina. Compra tudo em Nanuque (MG): cola, verniz, parafusos, etc. Reclama que a madeira é escassa.

A encomenda de serviço é pouca. O mobiliário da vila é muito pobre: tamboretas, mesa, camas, prateleiras. Vai “vivendo de fabricar uma mobiliazinha”, conforme diz.

Atribui aos fazendeiros a agonia do povoado. “Quem faz a miséria é o rico”, afirma a Jesus enquanto ensina ao filho de dois anos como arrancar um prego da madeira.

“Eles dizem que a terra é improdutiva. É improdutiva na mão deles. Isso aqui já foi melhor. Bem melhor”. E mede o tempo através da praça de Cotaxé, como se estivesse vendo o movimento de feira que já se fez ali.



Douglas Lynch

de Cotaxé e que tenha conseguido vicejar novamente?

S. Santos — Isso tem em Ecoporanga. O Corrego do Dois, por exemplo, é um lugar de fartura novamente. Eu acho que por ser muito alto, lá não serviu para criação de gado. E o pequeno foi subindo aqueles morros, semeando e as flores nascendo, os frutos sendo colhidos de novo. Em Ponto Belo (Município de Mucurici) a vida também voltou. Mulher trabalha, a fartura está instalada; tem uma feira que começa na sexta à tarde e vai até ao meio-dia do sábado.

Aqui, há semana que não se acha uma banana para comprar. Essa beira de rio toda é só de fazendeiro. E fazendeiro quer saber lá de banana? Pequeno proprietário é que cuida disso.

Revista — O Sr. está apontando a pequena propriedade como uma solução para revitalizar a vida no interior. O que precisa ser feito para a terra deixar de ser tão concentrada e produzir mais?

S. Santos — Eu não acho que só a pequena propriedade seja a solução e, além disso, acredito que uma mudança na propriedade da terra vai melhorar a vida do país inteiro, não só aqui no interior. O pobre da cidade está passando fome, pagando 50 contos por dois quilos de carne. Isso o pobre não aguenta e o País vai ficando uma terra de gente derrotada.

Mas o que precisa ser feito é dar direito do trabalhador plantar e para isso é preciso terra e assistência. É preciso que seja feito uma boa reforma agrária porque a coisa está ficando feia demais. Um lugar como esse aqui está sujeito a acabar se não for tomada uma providência.

Quando mexi com propriedade nunca tive miséria em casa. Pensando que o trem era fácil, vendi e agora está difícil garantir a alimentação do dia. Há dias atrás a mulher inventou de fazer um bolo. Eu peguei um egue emprestado e fui buscar um feixe de enha. Peguei umas lascas de tapicuiú e trouxe no jegue. Na entrada aqui da vila topei com um vaqueiro, que me olhou atravessado. No outro dia encontrei com ele no comércio e expliquei: — “peguei as lascas e não dei aviso porque era coisa pouca, só para a mulher fazer um bolo”. Ele me respondeu: — “mas aquilo que o senhor pegou é tapicuiú, madeira de cerca”. Então eu aumentei o assunto: — “era coisa pequena, não dava pra nada. Mas, então, não senão tapicuiú posso pegar?” Ele respondeu: — “Também não”.

Veja só a situação do pobre: não tem o que botar dentro da panela e nem como botar fogo debaixo dela.

Outro que foi caçar um tatu levou uma alha de um vaqueiro, bem aqui na porta de casa. O vaqueiro, arrogante, disse ao coita-

Cotaxé
é um
povoado
abandonado
com muitas
casas
fechadas.



Douglas Lynch

Jesus Anda Desanimado

O marceneiro José Gonçalves de Jesus leva três dias para buscar o material de trabalho que utiliza na oficina. Compra tudo em Nanuque (MG): cola, verniz, parafusos, etc. Reclama que a madeira é escassa.

A encomenda de serviço é pouca. O mobiliário da vila é muito pobre: tamboretas, mesa, camas, prateleiras. Vai “vivendo de fabricar uma mobiliazinha”, conforme diz.

Atribui aos fazendeiros a agonia do povoado. “Quem faz a miséria é o rico”, afirma a Jesus enquanto ensina ao filho de dois anos como arrancar um prego da madeira.

“Eles dizem que a terra é improdutiva. É improdutiva na mão deles. Isso aqui já foi melhor. Bem melhor”. E mede o tempo através da praça de Cotaxé, como se estivesse vendo o movimento de feira que já se fez ali.



Douglas Lynch

do: — “para caçar nessas terras só com permissão. Se lhe encontrar de novo por lá, vai ter”. O homem ficou caladinho, humilde, só o ouvido funcionando de tão quietinho que ficou. O vaqueiro esporeou o cavalo e saiu no pinote. O pobre, humilhado, sentou na minha calçada e ficou quase hora só cismando a vida.

Mas o vaqueiro não é culpado, é um iludido. Tem vaqueiro que está morrendo de fome por aí, ganhando 100 mil contos por mês, e se ouvir falar de reforma agrária acha que vai perder o patrão, fica doido.

Revista — E os fazendeiros daqui da região, como reagiriam diante de uma reforma agrária?

S. Santos — A gente nem deve falar muito disso: tem que ficar igual a pinto perto de galo, de bico fechado. Os fazendeiros estão com o poder todo, não querem ouvir o pobre e nem ouvir a barriga dele roncar. Mas muitos estão temerosos, dá para presentir. Afinal, ficaram com muita terra, pouco fazendo nela, e agora estão com medo da justiça.

Eu acho isso difícil, a reforma agrária, porque vai mexer com os latifundiários, os homens que mandam no Brasil. Mas o Brasil, para voltar a ser o Brasil de todos os brasileiros, tem que ter uma reforma agrária. Até um cego enxerga isso.

Se o povo for conscientizado, de um lado e do outro, poderia ser feita uma reforma agrária sem briga, sem violência. Eu acompanho as notícias pelo rádio e há algum tempo, bastante tempo, ouvi que na China teve e todo mundo está vivendo, acabou um pouco da fome.

Revista — A nossa chegada aqui em Cotaxé coincidiu com a partida de algumas pessoas para a Rondônia. Alguns, inclusive, partindo sem levar a família porque não dava para pagar a passagem de todos e a própria vida nova por lá ainda era coisa muito incerta. O Sr., que tem filhos ainda novos, não tem vontade de partir com eles?

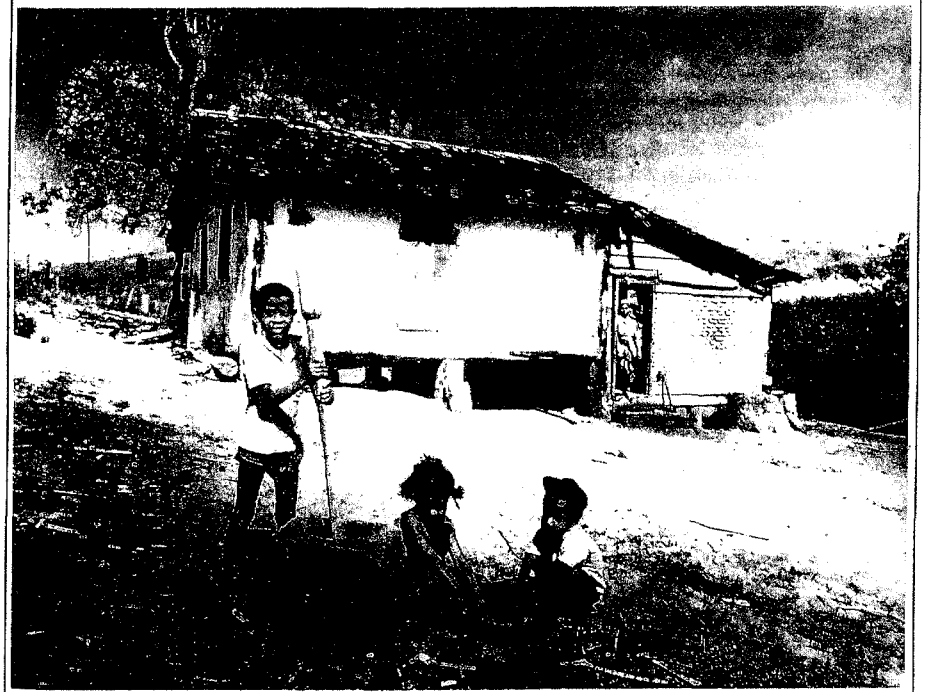
S. Santos — Eu sou da opinião que os filhos, crescendo, devem ir procurar melhor sorte. Eu tenho 11 filhos e só três aqui comigo. Os outros estão espalhados aí pelo mundo. A coisa é mais complicada para as moças, é de fazer pena, isso em toda família. Os irmãos vão arribando e as mocinhas ficam encurraladas aqui nessa cerca de capim.

Tem muita gente indo para Rondônia. As casas vão ficando fechadas, com os troços trancados, uma desolação.

Desde pequeno que ouço falar na reforma agrária. Se vier para o tempo dos meus filhos, dos netos, eu fico satisfeito. Mas eu vou ficando por aqui mesmo, nesse lugar de gente velha e fracassada.



« O pobre não tem o que botar dentro da panela e nem como botar fogo debaixo dela »



RESENHA

Posseiros mortos, terra arrasada

DIAS, Luzimar Nogueira – *Massacre em Ecoporanga. Vitória, Cojes, 1984.*

COTAXÉ, 1957

Uma centena de posseiros ouve a música acompanhada por um sanfoneiro da Polícia Militar destacado em Cotaxé:

Caranguejo,
você deixa de roubar.
Caranguejo, caranguejo,
tô sujeito a te matar.
A terra custou dinheiro,
dinheiro custou a ganhar.
Vamos que vamos,
O pau tá quebrando
e o pau vai quebrar.
A terra é do seu "Franquin"
e não é pro senhor roubar.
Vamos, caranguejo,
que o pau tá quebrando
e o pau vai quebrar.
A terra é do seu "Franquin"
não é terra pra você morar,
não é terra pra você entrar.

Eles dançam durante várias horas. Nus e desajeitados, homens, mulheres e crianças circulam dentro do curral da fazenda de Francisco Modesto. Encostados na cerca de arame, em torno do sanfoneiro, estão os componentes da captura comandada pelo tenente Jadir Resende, recentemente nomeado delegado de Ecoporanga.

Em fila, os posseiros continuam dançando.

Eles são os caranguejos.

A fila é assim: sem distinção de sexo ou idade, os lavradores requebram em círculo, sob ameaça de armas, cada um com uma mão sobre o ombro do outro e com o dedo na bunda do companheiro da frente. De vez em quando um chicote estala nas costas dos que se revoltam com a humilhação. Estes são obrigados a lamber pisaduras dos animais presos no curral.

Os militares riem e, impotentes, muitos moradores do povoado assistem ao quadro.



"Massacre em Ecoporanga" relata os conflitos entre posseiros, grileiros e latifundiários na zona do Contestado, localizada na divisa do Espírito Santo e Minas Gerais. Retrata, com detalhes e fidelidade, as lutas dos posseiros no período que antecede a "revolução" de 1964. Falar em lutas dos camponeses sem terra é falar sobretudo nas dimensões ideológicas e políticas de sua prática histórica como classe. Isto é, trata-se do modo como eles elaboram e exprimem seus interesses coletivos, do modo como lutam para fazer valer tais interesses, do modo como se integram no processo político e na correlação de forças sociais, ou seja, com quem se aliam e a quem se opõem.

A luta pela modificação de uma estrutura agrária injusta nada mais é do que a projeção no meio rural do conflito milenar entre a minoria que é dona dos meios de produção e a imensa legião dos que apenas dispõem de sua força de trabalho. Ela se trava de maneira surda e aberta, por meios pacíficos ou violentos, entre os que monopolizam a terra e aqueles que nela trabalham ou dela vivem, mas não lhe possuem a propriedade.

Domina no campo uma prática patro-

nal e das classes dominantes de descaracterização das relações sociais e dos diferentes setores do campesinato. Há um paternalismo autoritário e de caráter privado que marca todas as relações. Quem se integra como trabalhador assalariado deve "gratidão" ao "favor" do patrão. Os parceiros arrendatários e agregados, devido à "ajuda" e à "boa vontade" do proprietário da terra, passam a ser "moradores de favor". Os que, sem título de propriedade, ocupam e usam terras não são "posseiros" mas "invasores", na ótica das classes proprietárias. Enfim, existe um código dominante que descaracteriza e subordina os diferentes segmentos de trabalhadores.

De todos os conflitos, tanto rurais — luta pela posse de um pequeno pedaço de terra — como judiciais, nota-se uma preocupação do autor em deixar registrado a bravura e o desejo de posse da terra dos posseiros daquela região.

O capixaba Luzimar Nogueira Dias trabalhou em O Diário, A Tribuna e em A Gazeta. Foi editor de Posição, semanário alternativo extinto em 1979. Neste mesmo ano de 1979, Luzimar lançou "ESQUERDA ARMADA", um testemunho de presos políticos.

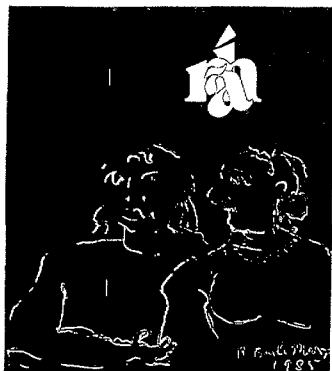
Tratando da questão agrária na região do conflito, registra Luzimar: "Os fazendeiros, os latifundiários que agora despontam, já encontram naquelas terras o trabalho do lavrador humilde. Aqueles que buscavam na terra o sustento do seu lar e possibilitavam, inclusive, o abastecimento de grandes áreas consumidoras, sofreram então a perseguição desumana dos poderosos, que, acumpliciando-se à polícia local, forçaram a sua retirada, com tiros de fuzis e metralhadoras, vindo de um momento para outro o seu trabalho sacrificado pelo fogo ateadado em sua miserável barraca que lhe servia de teto".

"A terra deve ser daqueles que a trabalham ou nela desejam trabalhar": a História exige a leitura de "O Massacre em Ecoporanga".

Julia Demoner*

*Formada em Letras pela Ufes, Técnico do IJSN (Redatora da Revista)

Francisca Proba*



Atração Literária

Com uma vontade imensa de garantir o seu lugar ao sol, à lua e à luz de outros corpos celestes, foi lançada recentemente entre conhecidos e desconhecidos, a Revista IMÃ, recheada de ilustrações capixabas, de gente como Atilio Colnagno, Hilal Sami Hilal, Ivan Alves, Joyce Brândão, Lando, Marco Antonio Nef-fa e Cesar Cola.

Abrindo veredas para gente nova e aclamando os já consagrados como Luiz Melodia, Hélio Oiticica, Waly Salomão, IMÃ ocupa o seu espaço pelo toque de qualidade, criatividade e uma excelente programação gráfica.

Recentemente, lançada em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, a revista percorre os caminhos culturais do país.

Feita e editada no Espírito Santo, o magnetismo de IMÃ não se limita só aos capixabas, mas é aberta à participação de pessoas do país inteiro. Está à venda em livrarias do Rio e São Paulo e futuramente em Curitiba e Salvador.

O próximo número contará com um poema de Carlos Drummond de Andrade, além da par-

ticipação de Caetano Veloso, Herbert Daniel, Amylton de Almeida, Caio Fernando Abreu, Roberto Piva, Antonio Cícero, Lígia Clarck, Matinas — editor da revista Ilustrada, e Itamar Assunção.

IMÃ é essencialmente uma Revista literária, nova e com ênfase para a criação gráfica. Por este motivo, sai semestralmente, evitando queda na qualidade que espelha. O brilho, a técnica e a imaginação do espelho gráfico, estão entregues aos dedos e delírios de Ivan Alves.

A convite da editora de IMÃ Sandra Medeiros, Waly Salomão e Antônio Cícero vão dividir a edição de textos na próxima revista. Todos os números terão duas páginas dedicadas à literatura infantil, sendo publicado o melhor trabalho, tanto feito por criança ou adulto, dando preferência à criança.

Talento é o único requisito de IMÃ para atrair colaboração. Ligue-se.

Feira do Livro

“O resgate dos valores culturais de uma terra é um passo decidido para a afirmação de um povo”. Com um olho no exemplo de IMÃ e outro na Praça Costa Pereira, a mais popular de Vitória, o Departamento Estadual de Cultura — DEC, lutou para que a Feira Capixaba de Literatura voltasse a ocupar o seu espaço, uma vez que este evento havia desaparecido das praças de Vitória. Assim, aconteceu em agosto de 1984 a 1ª feira, repetindo-se este ano, com o mesmo vigor.

Com o objetivo de divulgar a literatura não só do Espírito Santo, a feira veio trazer ao povo desta terra um maior incentivo à

leitura, conhecimentos literários e, principalmente incentivar o escritor capixaba, que pôde ver sua obra sendo divulgada e procurada. Intitulado Feira do Livro, este evento foi muito mais do que isto: houve mostra de filmes com a presença de autores, adaptação de textos para cinema, como aconteceu com a obra de Guimarães Rosa — A Hora e a Vez de Augusto Matraga — adaptada pelo cineasta paulista Roberto Santos. Paralelo à feira aconteceu também um Seminário Cultural, com palestra de vários autores nacionais.

Comercialmente falando, grandes objetivos foram alcançados, com um gratificante consumo de livros, totalizando uma venda de Cr\$ 250.000.000. A leitura da Feira confirma a intenção.

Gritos de Eugênio

“É como se cada desenho ou pintura fosse uma estória que quero contar”. Como convém aos gritos de seus sonhos, a pintura de Eugênio Herkenhoff transmite um secreto erotismo, magia e angústia, enriquecidos por sua sensibilidade e talento, presentes em cada uma de suas emolduradas manhãs.

Eugênio Geaquinto Herkenhoff, capixaba de 26 anos, nascido em Cachoeiro do Itapemirim-ES, atualmente trabalha no IJSN onde faz a maior parte das ilustrações da Revista/IJSN. Essa é sua primeira exposição individual, que permaneceu na Galeria Homero Massena até 30 de agosto.

Esta exposição, como definiu Oscar Gama, é “feita para a massa cultural, onde não cabem

nomes, individualidades e nem existe a preocupação de seguir um estilo e sim, o desejo de revelar nas cores vibrantes um mistério”. Mas tudo fica mais claro quando se descobre que com cada um dos quadros acontece alguma coisa além das formas geométricas e das cores, capaz de mostrar um intenso mergulho de talento, prazer e expressão.

Capixabas em São Paulo

No dia 08 de agosto, artistas capixabas pintaram o 7 em São Paulo. Na Fundação Armando Álvares Penteado, variados e diversos artistas plásticos **daqui** expuseram desenhos e óleos numa mostra bem representativa da arte no Espírito Santo.

Ivan Alves, Sazito e Zupo, colaboradores da Revista do Instituto Jones dos Santos Neves, participaram da exposição que permaneceu até 15 de agosto. Mais uma vez o talento pulou o muro. Após feri-lo com pinceladas e bicos, óbvio.

Agricultura Alternativa

Aconteceu em Vitória o 10 Seminário de Agricultura Alternativa, na Estação Experimental Mendes da Fonseca, em Aracê, Domingos Martins, nos dias 19 a 23 de agosto.

O objetivo do Seminário é o de debater os métodos naturais de controle da produção agrícola e o uso dos recursos disponíveis em cada região, bem como o de incentivar uma agricultura que respeite o meio ambiente, produzindo alimentos de melhor quali-

*Jornalista, Técnico do IJSN (Redatora da Revista)

dade e garantindo ao agricultor maior auto-suficiência no processo produtivo.

A abertura do Seminário se deu com uma proposta do Secretário de Agricultura no dia 19 de agosto, seguindo na trajetória de dias com a participação dos debatedores Jorge Zimerman, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária do Distrito Federal; Manoel Baltazar, da Secretaria de Agricultura de São Paulo, e Adilson Paschoal, da Escola Superior de Agricultura Luiz Queiroz-USP-SP.

A Cuca Vai Pegar

A CUCA voltou para mexer com a sua cabeça.

A revista de Cultura Capixaba, que promete ser bimensal, está de volta com a intenção de servir como veículo de informação, análise e difusão da nossa produção artística e dos nossos valores culturais.

A CUCA vai pegar autores consagrados, iniciados e debutantes em geral. Neste número, além de poemas inéditos de Miriam Cardoso (do conselho Editorial da Revista IJSN) temos contos de Paulo Roberto Sodrê, uma peça de teatro de Paulo de Paula sobre Domingos Martins e outros.

Mão-de-Obra Rural

Nos últimos anos vêm crescendo os debates sobre a função social da terra. Fazer a terra produzir mais e melhor é um desafio que não se pode evitar, e terá que ser vencido, sob pena de se ver aumentar ainda mais a fome.

O longo tempo que passou sem se dar o devido valor, e o merecido apoio às causas da agricultura, e paralelamente, a melhoria das condições de vida da população de periferia das grandes metrópoles, provocou um esvaziamento no setor agrícola, com o agravante de que aqueles que permaneceram no meio ru-

ral são, via de regra, os menos letrados e que apresentam maiores dificuldades em assimilar as técnicas disponíveis e necessárias à produção agropecuária.

Dentre os fatores de produção, terra, capital e trabalho, a mão-de-obra é o mais importante e sua qualificação se faz necessária e indispensável. A formação profissional rural é um processo educativo e permanente, resultado de uma necessidade sentida pelo próprio indivíduo que deve ser chamado a participar da decisão de "em que se aperfeiçoar" e "em que grau de profundidade".

História. Com a finalidade de organizar e administrar Programas de Formação Profissional no meio rural, foi criado, em 31 de março de 1976, o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural — Senar —, vinculado ao Ministério do Trabalho, representado em todos os Estados brasileiros através de suas Delegacias.

A exemplo das demais Delegacias do Senar, a do Espírito Santo iniciou suas atividades em 1979, delegando a outras instituições através de convênios a responsabilidade de realização de treinamento de mão-de-obra rural. A partir de 1980 o Senar deu



Treinamento de castração de bovinos

início à formação de seu corpo técnico com vistas a assumir direta e definitivamente as atividades de planejamento, execução, acompanhamento, avaliação e controle das ações de Formação Profissional Rural.

Metodologia. A falta de literatura e de uma metodologia adequada à Formação Profissional no meio rural levou o Senar a desenvolver sua própria metodologia. Hoje o Senar possui os princípios básicos e um Modelo Operativo bem definidos.

As características de dispersão da população e diferentes necessidades direcionam as ações desenvolvidas pelo Senar para um tipo de ação móvel, com a

flexibilidade necessária ao atendimento dessa clientela heterogênea.

Inicialmente, desenvolve-se todo um trabalho de diagnóstico que resulta na classificação e eleição dos Municípios e das atividades agropecuárias a serem atendidas. Passando a fase seguinte, identificam-se as comunidades, dentro da área eleita, que apresentam maiores problemas de desempenho.

Sem qualquer despesa para os participantes, os treinamentos são programados para atender às reais necessidades do grupo e sempre o mais próximo possível de seus locais de trabalho, evitando assim o deslocamento e o afastamento do homem de suas obrigações diárias.

O Senar/ES promoveu até o mês de junho/85, o aperfeiçoamento de 32.061 produtores e trabalhadores rurais, totalizando 52.904 horas em treinamento, sendo 36.542 horas realizadas por outras instituições em convênio com o Senar e 16.362 horas realizadas diretamente pelas Unidades Operativas.

Constituinte do Café

Com a promoção da Secretaria de Estado da Agricultura SEAG, foi realizado em Vitória, no auditório da própria Secretaria, debates e palestras intitulados **Constituinte do Café**, no período de 15 a 16 de agosto.

Reunindo autoridades e técnicos da área cafeeira, foram discutidos temas básicos da Política do Café, tais como: Problemas Estruturais e Conjunturais da Cafeicultura, apresentado por Regis Norberto da Cunha Alimandro, economista e técnico da Fundação Getúlio Vargas; Política de Produção do Café, por Odilon Fevoretto; Política de Comercialização e Consumo Interno, por Vanderlino de Medeiros Bastos, Política de Exportação do Café, por Elias Breda.

Para encerrar, houve debates com Nahum Soeiro, Diretor do IBC e Ricardo Santos Secretário de Estado da Agricultura.



Preparo de subextrato para produção de mudas de café

Assembléia Constituinte

De todas as matérias publicadas, chamou-me atenção a entrevista com o governador Camata e o Debate. Acerca da entrevista com o governador, admirei-me a fé desse moço idealista nos destinos do Brasil e principalmente do nosso Espírito Santo. Só o achei, a falar verdade, demasiadamente otimista a respeito da futura constituinte. Ele acredita ser a Constituinte "o anseio da consciência democrática nacional". E é. Mas, para atingirmos o ideal a que visamos, necessitamos que os futuros constituintes passem uma esponja de desinfetante sobre o que vigiu até a eleição de Tancredo Neves e que os que ficaram substituindo o grande mineiro não se prendam a estabelecer encontros com aqueles que foram baluartes ostensivos do autoritarismo, em entrevistas que servem a demonstrar não terem estes perdido a força. É necessário, agora, que se tenha sempre em mente que o lobo, perca embora pelo, não perde nunca a índole má. Que os futuros constituintes pensem mais no Brasil do que

pensaram os do autoritarismo falhado e falido que envergonhou este país.

Antônio Pinheiro — Rio de Janeiro-RJ.

Discriminação Racial

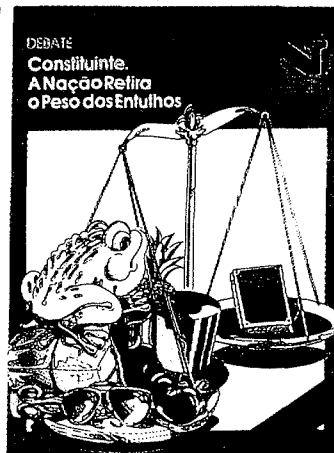
Lí estarecido e humilhado, na Revista IJSN, o lúcido artigo de Miriam Cardoso sobre o problema racial. O artigo conseguiu sintetizar a problemática da opressão dos pobres em geral e do negro pobre em particular. É claro que o homem de cor que atinge melhor situação financeira goza de regalias, como é próprio do sistema capitalista, mas nem com todo o dinheiro do mundo consegue se libertar da discriminação.

A situação é revoltante, bárbara, injusta e envergonha o cristianismo, o socialismo e todo o tipo de pensamento que se diz "progressista".

Não fica bem sequer elogiar o artigo, que é ótimo.

Fausto Porto — Superintendente da Companhia de Engenharia Rural e mecanização Agrícola — CERMAG.

REGISTRO



Uma revista bem impressa e de excelente feição gráfica, que se preocupa única e exclusivamente com nossa unidade federada, cuidando de seus múltiplos problemas, sobretudo dos que pertinem à sua situação sócio-econômica.

É, portanto, digno de ênfase a postura da revista, para a qual felicitamos sua direção, seu corpo redatorial e seus colaboradores, augurando que continue a trilha que tem pautado seus atos, dentro de um jornalismo sério e dinâmico.

Domingos Gomes de Azevedo — Coordenador Estadual da Fundação Projeto Rondon

Congratulo-me com a Revista IJSN onde se registram, oportunamente, os mais diversificados assuntos, mormente, na área político-ideológica.

Trabalho de grande envergadura como este, merecerá, por certo, os aplausos de todos os capixabas.

Roberto Luiz Comper — Coordenador Estadual do SINE/ES

Recebi com alegria a Revista IJSN e tive a satisfação de constatar o elevado e apurado conteúdo das mesmas.

Agradeço muitíssimo e gostaria de poder receber suas várias publicações rotineiramente.

João Eurípedes Franklin Leal — Rio de Janeiro-RJ.

Agradecemos o envio da Revista, enfatizando a satisfação de encontrar em seus artigos "a participação popular nas tomadas de decisão".

Marculino Camargo — Presidente da Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos — Aditepo — Curitiba-PR.

Parabéns pela excelente publicação, não só por sua arteficial como pelos textos divulgados.

Renato J. C. Pacheco — Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.

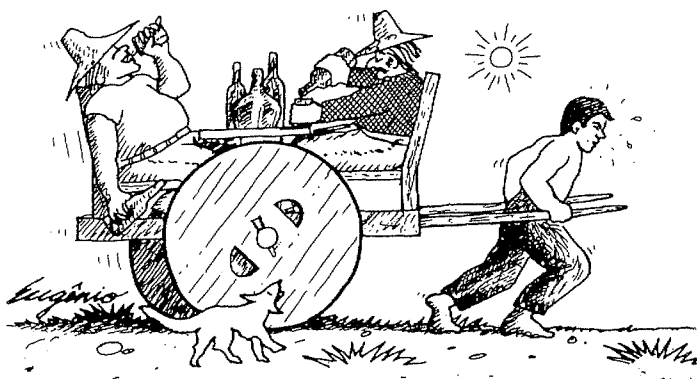
Acusamos com prazer o recebimento da Revista, realmente uma contribuição inestimável para difusão da cultura de nosso povo.

Alda Martins de Paulo — Secretária Municipal da Administração da Prefeitura de Viana-ES.

Envio cumprimentos pela excelência da publicação e seu substancioso conteúdo.

Agradeço a gentileza da remessa, esperando receber exemplares de novas edições da Revista IJSN.

Deputado Gil César Moreira de Abreu — Secretário de Estado de Minas e Energia-MG.



Lista bibliográfica

- AGRICULTURA fará a segunda etapa da reforma agrária. *A Gazeta*, 16 maio de 1985, 1. cad. p. 7, c. 2 e 3. (Pasta Agricultura - 2)
- ALBUQUERQUE, Maria Beatriz de & DAVID, Maurício Dias. A agricultura chilena: capitalista ou regressão a formas tradicionais? *Estudos Cebrap*, Petrópolis, Vozes (23):165-82, jan./mar. 1978.
- ANDRADE, Manuel Correia. *O planejamento regional e o problema agrário no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1976. 180 p.
- OS ANOS 70: a questão da terra. *Folhetim*, São Paulo, 3 fev. 1980, n. 159, 16 p.
- BASTOS, Edinaldo G. & KIJEKMAN, Dirk. Reestruturação agrária, experiência administrativa e eficiência técnica. *Revista de Economia Rural*, Brasília, SOBER, 19(4):681-93, out./dez. 1981.
- BORDONI, Luiz Carlos. Ministério já tem as áreas para começar reforma agrária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 maio 1985, 1. cad. p. 11, c. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 (Pasta Agricultura - 2)
- BORGES, César. Sarney cria ministério para a reforma agrária. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 1 e 2 maio 1985, 2. cad. p. 19, c. 2, 3 e 4. (Pasta Agricultura)
- BRANDIMARTE, Vera. Reforma agrária, estatuto da terra é o ponto de partida. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28 maio 1985. Suplemento Especial, p. 1-12. (Pasta Agricultura)
- Brasil. Leis, decretos, etc. Decreto nº 55.890 de 31 de março de 1965; aprova o Regulamento Geral do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. (Doc. avulso, 94)
- BRASIL. Leis, decretos, etc. Decreto n. 58.197 de 15 de abril de 1966; Regulamento a criação e funcionamento das Cooperativas Integradas de Reforma Agrária - CIRA - instituídas pelo artigo 79/§ção V do cap. III do título de Lei n. 4.504 de 30 de novembro de 1964 - Estatuto de Terra. (Doc. avulso, 276)
- . Decreto n. 65.130 de 10 de setembro de 1969; aprova o Regulamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA. (Doc. avulso, 277)
- . Decreto-Lei n. 1.110 de 9 de julho de 1970; cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. (Doc. avulso, 278)
- . Lei n. 4.947 de 6 de abril de 1966; fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o sistema de organização e funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras providências. (Doc. avulso, 279)
- BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. *Proposta para a elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República - PNA*. Brasília, maio 1985. 70 p.
- CAPOZOLI, Ulisses. O fracasso de um plano de reforma agrária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 nov. 1979, 4. cad. p. 54, c. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura)
- CHONCHOL, Jacques. A reforma agrária e o desenvolvimento rural como estratégia de uma nova ordem econômica internacional. *Cadernos do CEAS*, Salvador, (85):7-23, maio/jun. 1983.
- CNBB quer reforma agrária nos latifúndios. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 30 maio 1985, 1. cad. p. 9, c. 1, 2 e 3. (Pasta Agricultura - 2)
- CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS, 3, Brasília, 21 a 26 maio, 1976. Anais... Brasília 1976. 224 p.
- CONTAG. Viabilidade política da reforma agrária. *Revista da Cultura*, RJ, Vozes, 75(3):198-203, abr. 1981.
- A CONTROVÉRSIA em torno da reforma agrária no país. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 abr. 1985, 1. cad. p. 26, c. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- CUNHA, Marcus. A reforma agrária. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, 11(4):6-13, jul./ago. 1981.
- DALTRO, Helena. Sarney diz que reforma agrária acabará com violência no campo. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 31 maio 1985, 1. cad. p. 5, c. 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- DEERE, Carmen Diana. O Primeiro ano da reforma sandinista na Nicarágua. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, Palmeiras 11(3):3-30, maio/jun. 1981.
- DIAS, Luzimar Nogueira. A falência da colonização em Rondônia. *Posição*, Vitória, 16 mar. 1979, n. 152, p. 4-9.
- . *Massacre em Ecoporanga*; lutas camponesas no Espírito Santo. Vitória, 1984. 175 p.
- EFICÁCIA na reforma agrária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 jun. 1985, 1. cad. p. 2, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- EMPRESÁRIOS rurais condenam programa de reforma. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 31 maio 1985, 1. cad. p. 12, c. 1, 2, 3 e 4. (Pasta Agricultura - 2)
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 3. ed. Rio de Janeiro, 1977. 93 p.
- GOMEZ, Sérgio. Depois do latifúndio-minifúndio, o quê? O caso chileno! *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, Palmeiras 11(13):31-44, maio/jun. 1981.
- GOVERNO decreta a reforma agrária na região do Araguaia. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 fev. 1980, 1. cad. p. 9, c. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8. (Pasta Agricultura)
- A GRILAGEM no Estado da Bahia. *Cadernos do CEAS*, Salvador (54):25-34, mar./abr. 1978.
- GRUPO de Estudos Agrários. *A questão agrária da Bahia*. Salvador, 1980. 68 p.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. 362 p.
- . *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 295 p.
- IANNI, Octávio. *Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1979. 137 p.
- JACOBSON, Maria Luiza Campos quer reforma agrária via tributação. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 23 jun. 1985, 3. cad. p. 35, c. 1, 2, 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- KAGEYAMA, Angela A. & SILVA, José Grogiano. *A estrutura agrária do Estado do Espírito Santo*. s. d.
- LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Brasil, anos 60: Igreja e reforma agrária. *Cadernos do CEAS*, Salvador (66):39-50 mar./abr. 1980.
- MAOS, Jacob O. *Planejamento físico e organização especial na colonização de terras*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 1978. 222 p.
- MARQUES, Walter. Sarney promete à CNBB não recuar na questão da reforma agrária. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 26 jun. 1985, 1. cad. p. 6, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*; terra e poder - o problema da terra na crise política. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1985. 134 p.
- Terra de negócio e terra de trabalho; contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil. *Cadernos do CEAS*, Salvador (67):34-44, maio/jun. 1980.
- MINISTRO quer modelo de reforma agrária que sociedade escolher. *A Gazeta*, Vitória, 18 maio 1985, 1. cad. p. 9, c. 2 e 3 (Pasta Agricultura - 2)
- MONTEIRO, Benetto. Uso e possibilidade da legislação Agrária. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, 14(5):61-52-68, set./dez. 1984.
- MULLER, Geraldo. *Estado, estrutura agrária e população*, ensaio sobre a estagnação e incorporação regional. Petrópolis, Vozes, 1980. 143 p.
- NÚMERO do acesso à terra. *Planejamento e Desenvolvimento*. Brasília, SEPLAN, 12(89):49-60, fev. 1985.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos de. O partido dos trabalhadores frente à questão agrária. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, 11(4):2-5 jul./ago. 1981.
- PASSOS, José Meirelles & SERRANO, Luiz Roberto. Uma confrontação atrás da outra: e uma reforma agrária não seria a solução? *ISTO É*. São Paulo, 4(126):98-100, 13 de maio 1979.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Reforma agrária e capitalismo. *A Gazeta*, Vitória 25 jun. 1985, 1. cad. p. 4, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- Reforma agrária inadiável. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 fev. 1980, c. 1, 2 e 3. (Pasta Agricultura)
- PLANO de reforma agrária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 29 maio 1985, 1. cad. p. 2, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- POMAR, Vladimir. Agrária; uma questão controversa. *Revista da ABRA*, Campinas 15(1):8-17, jan./abr. 1985.
- PRADO JUNIOR, Caio. *A questão agrária no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1979. 188 p.
- PRESIDENTE da Associação dos Agrônomos apresenta sugestão sobre reforma agrária. *A Gazeta*, Vitória, 30 jun. 1985, 2. cad. p. 5, c. 2, 3 e 4. (Pasta Agricultura - 2)
- RODRIGUES, José Honório. A reforma agrária. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 21 jun. 1985, 1. cad. p. 3, 4, 5 e 6.
- RAMA, Germán W. As tendências da mudança social e educativa na América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, (39):46-66, 1981.
- REFORMA agrária ameaça cindir Aliança Democrática. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 31 maio 1985, 1. cad. p. 5, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- REFORMA agrária começa pela revisão das concessões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 28 maio 1985, 1. cad. p. 5, c. 1, 2 e 3. (Pasta Agricultura - 2)
- "Reforma agrária não é contra a propriedade". *Folha de São Paulo*, São Paulo, 27 maio 1985, 1. cad. p. 6, c. 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- REFORMA agrária; como e porque. *FOLHETIM*, São Paulo, 14 set. 1980, n. 191, 12 p.
- REFORMA agrária; para o Governo Federal, E.S. não é prioritário. *A Gazeta*, Vitória, 7 mar. 1982, 1. cad. p. 3, c. 1, 2, 3 e 4. (Pasta Agricultura - 2)
- REFORMA agrária virá por desapropriação de áreas improdutivas. *A Gazeta*, Vitória, 29 maio 1985, 1. cad. p. 9, c. 2 e 3. (Pasta Agricultura - 2)
- RÊGO, José de Jesus Moraes. *Cooperativismo Nacional: dimensões políticas e econômicas*. Recife, Assocene, 1979. 103 p.
- REUNIÃO Nacional Mão-de-Obra volante na Agricultura, II, Botucatu, 03 dez. 1976. 115 p.
- REUNIÃO Nacional Mão-de-Obra volante na Agricultura, III, Botucatu, 01/12 dez. 1977. 392 p.
- REUNIÃO Nacional Mão-de-Obra volante na Agricultura, IV, Botucatu, 07/08 ago. 1978. 382 p.
- RIBEIRO leva texto da reforma agrária ao Congresso. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 28 maio 1985, 1. cad. p. 7, 8 e 9, c. 1, 2, 3, 4, 5, e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- RIBEIRO, Paulo de Assis. formação de cartógrafo para a reforma agrária. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 28(3):282-9, jul./set. 1966.
- SAMPAIO, Plínio de Arruda. Um balanço da reforma agrária na América Latina. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, Palmeiras, 11(3):45-52, maio/jun. 1981.
- SERVAIS, Freddy A. J. Grilagem na Bahia. *Caderno do CEAS*, Salvador (67):45-54, maio/jun. 1980.
- SEVERO, José Antônio. Reforma agrária pode beneficiar mais de 6 milhões de famílias. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 16 maio 1985, 1. cad. p. 16, c. 3, 4, 5 e 6. (Pasta Agricultura - 2)
- SILVA, José Francisco da. Agricultura brasileira; agenda para o amanhã. *Proposta*; revista a serviço de educação de base, Rio de Janeiro, FASE 3 (111):35-40 abr. 1979.
- SILVA, José Gomes da & PINTO, Luiz Carlos Guedes. Reforma agrária; a solução para o problema do "Boia-fria". *Cadernos do CEAS*, Salvador (54):35-42, abr. 1978.
- STEDUKE, João Pedro. O imposto territorial rural (ITR) e a reforma agrária. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, Campinas, Palmeiras, 13(3):24-6, maio/jun. 1983.
- SZMERECSENYI, Tamás. Geração de empregos, posse da terra e uso do solo. *Revista de Economia Rural*, Brasília, SOBER, (191):85-92, 1981. Número especial.
- TEXTO da reforma agrária vai mudar para evitar confusão. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 25 jun. 1985, 1. cad. p. 7, c. 1 e 2. (Pasta Agricultura - 2)
- VAZZOLER, Djalma. Uma autêntica reforma agrária exige o repensar da nossa sociedade. *Revista do Instituto Jones dos Santos Neves*, Vitória, 4(3):15-19, jul./set. 1985.

Armadão de cantos quebrados: cedro, polícoro em azul e vermelho original de assentamento de colonos alemães em Califórnia, município de Santa Leopoldina, E. S. segunda metade do século XIX.

Temos Uma História Para Contar



A colonização do Espírito Santo reuniu o trabalho e a esperança de muitos povos. As marcas desse esforço ficaram registradas nos costumes, nos hábitos, nas artes: no solo espiritosantense. A saga familiar encontra seu mais fiel cronista no mobiliário típico de cada gente. Peças de rica expressão sobressaem no vasto painel da história capixaba.

A preservação do mobiliário dos povos que construíram essa terra prodigiosa é uma forma do Espírito Santo contar a sua história.

